

# DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

EDIÇÃO 2017 • CAMPINAS/SP



**FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE  
CAMPINAS - FUNDAÇÃO ODILA E LAFAYETTE ALVARO**

**FUNDAÇÃO FEAC**

Rua Odila Santos de Souza Camargo, N° 34, Jd. Brandina –  
Campinas, SP – Brasil

CNPJ: 46.002.176/0001-83

**Projeto:**

Diagnóstico Socioterritorial – Demandas da Assistência  
Social de Campinas, São Paulo, Brasil

**Superintendente Socioeducativo**

Leandro Augusto Ferreira Vaz Pinheiro

**Gerente do Departamento de Assistência Social**

Lincoln César Moreira

**Equipe Técnica**

Alann Scheffer Oliveira – Psicologia

Ana Lídia Manzoni Puccini – Serviço Social

Lucas Marques Matos – Engenharia de Produção

**Estagiária**

Thaína Alves de Oliveira – Geografia

## Sumário

Glossário .....	9
Lista de Abreviações .....	12
Resumo .....	14
1. Introdução .....	16
2. Dados Gerais da cidade de Campinas .....	19
2.1 – Indicadores Sócio demográficos .....	19
2.2 – Vulnerabilidade social em Campinas .....	36
3. Atuação das OSCs executoras de assistência social e Educação em Campinas .....	40
4. Demandas da Assistência Social .....	43
4.1 – Atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS (Fonte: CENSO IBGE 2010) .....	46
4.2 – Oferta Geral dos Serviços da Proteção Social Básica – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) (Fonte: Secretaria de Assistência Social e Segurança Alimentar de Campinas/ Prefeitura Municipal de Campinas – SMASA/PMC) .....	62
4.3 – Atendimentos de crianças e adolescentes de 06 a 14 anos em situação de vulnerabilidade nos SCFV – 06 a 14 anos (Fonte: Secretaria de Assistência Social e Segurança Alimentar de Campinas – SMASA/PMC) .....	70
4.4 – Atendimentos de jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade nos SCFV – CCII (Fonte: Secretaria de Assistência Social e Segurança Alimentar de Campinas – SMASA/PMC) .....	76
4.5 – Mínimo de 30% de atendimento a jovens de 15 a 24 anos no SCFV – CCII (Fonte: Conselho Municipal de Assistência Social de Campinas – CMAS Campinas) .....	82
4.6 – Apoio do serviço de assistência social na erradicação Trabalho Infantil (Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano) .....	93
4.7 – Atendimento a pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade nos SCFVs (Ministério do Desenvolvimento Social – MDS) .....	103

4.8 – Mapeamento de demanda de crianças e adolescentes no Acolhimento Institucional em todas suas modalidades (2016) .....	111
4.9 – Novos casos de famílias e indivíduos atendidos na Proteção de Média Complexidade - Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI /2016) (Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social – MDS).....	119
4.10 – Abordagem Social de crianças e adolescentes em situação de rua (Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social – MDS).....	128

## Índice de Mapas

Mapa 1: Divisão territorial da Assistência Social de Campinas - 2017.....	23
Mapa 2: População residente em Campinas - 2010.....	24
Mapa 3: Índice de desenvolvimento humano municipal de Campinas - 2010 .....	28
Mapa 4: Índice de desenvolvimento humano municipal (educação) de Campinas - 2010 .....	29
Mapa 5: Índice de desenvolvimento humano municipal (longevidade) de Campinas - 2010 .....	30
Mapa 6: Índice de desenvolvimento humano municipal (renda) de Campinas - 2010 .....	31
Mapa 7: Renda per capita de Campinas - 2010.....	34
Mapa 8: Áreas de vulnerabilidade de Campinas - 2010.....	38
Mapa 9: Unidades executoras de assistência social e/ou educação parceiras e não parceiras da FEAC - 2017 .....	42
Mapa 10: Áreas de abrangência dos Centros de Referências de Assistência Social – CRAS de Campinas (cenário atual) - 2017 .....	52
Mapa 11: Distribuição das famílias vulneráveis nas áreas de abrangência dos CRAS de Campinas (cenário atual) - 2017 .....	53
Mapa 12: Tempo de deslocamento aos Distritos de Assistência Social de Campinas (cenário atual) - 2017 .....	55
Mapa 13: Áreas de abrangência dos Centros de Referências de Assistência Social – CRAS de Campinas (cenário ótimo) - 2017 .....	56
Mapa 14: Distribuição das famílias vulneráveis nas áreas de abrangência dos CRAS de Campinas (cenário ótimo) - 2017 .....	57
Mapa 15: Tempo de deslocamento aos Distritos de Assistência Social de Campinas (cenário ótimo) - 2017 .....	59
Mapa 16: Áreas de abrangência dos Centros de Referências de Assistência Social – CRAS de Campinas (cenário ideal) - 2017 .....	60
Mapa 17: Distribuição das famílias vulneráveis nas áreas de abrangência dos CRAS de Campinas (cenário ideal) - 2017 .....	66
Mapa 18: Unidades executoras da Proteção Social Básica (assistência social) de Campinas - 2017.....	67

Mapa 19: Ofertas da Proteção Social Básica (SCFV 06 a 14 anos e CCII) de Campinas (cenário atual) - 2017 .....	68
Mapa 20: Área de abrangência da Proteção Social Básica de Campinas (cenário atual) - 2017 .....	69
Mapa 21: Área de abrangência da Proteção Social Básica de Campinas (cenário ideal) - 2017 .....	73
Mapa 22: Demanda potencial para atendimento no SCFV – 06 a 14 anos de Campinas - 2017 .....	74
Mapa 23: Área de abrangência de atendimento do SCFV – 06 a 14 anos de Campinas (cenário ideal) - 2017 .....	75
Mapa 24: Jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade - 2010 .....	79
Mapa 25: Abrangência de atendimento do SCFV – CCII em relação aos jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade de Campinas (cenário atual) - 2010.....	80
Mapa 26: Abrangência de atendimento do SCFV – CCII em relação aos jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade de Campinas (cenário ideal) - 2010.....	81
Mapa 27: Áreas com taxa superior a 5% de trabalho infantil cobertas e não cobertas pelos CRAS's - 2010.....	98
Mapa 28: Áreas com taxa superior a 5% de trabalho infantil cobertas e não cobertas pelos CRAS's - 2010.....	99
Mapa 29: Áreas com taxa superior a 5% de trabalho infantil cobertas e não cobertas pelos CRAS's (cenário atual) - 2010 .....	100
Mapa 30: Áreas com taxa superior a 5% de trabalho infantil cobertas e não cobertas pelos CRAS's (cenário ótimo) - 2010.....	101
Mapa 31: Áreas com taxa superior a 5% de trabalho infantil cobertas e não cobertas pelos CRAS's (cenário ideal) - 2010 .....	102
Mapa 32: Pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade cadastradas no CADÚnico – Agosto/2016 .....	107
Mapa 33: Área de abrangência de atendimento da Proteção Social Básica (SCFV – 06 a 14 anos e CCII) em relação as pessoas com deficiência cadastradas no CADÚnico (cenário atual) – Agosto/2016 .....	108
Mapa 34: Área de abrangência de atendimento da Proteção Social Básica (SCFV – 06 a 14 anos e CCII) em relação as pessoas com deficiência cadastradas no CADÚnico (cenário ótimo) – Agosto/2016.....	109
Mapa 35: Área de abrangência de atendimento da Proteção Social Básica (SCFV – 06 a 14 anos e CCII) em relação as pessoas com deficiência cadastradas no CADÚnico (ideal) – Agosto/2016.....	110

## Índice de Tabelas

Tabela 1: Faixa etária por região (divisão territorial da assistência social) - 2010.....	27
Tabela 2: IDMH renda, longevidade e educação - 2010 .....	33
Tabela 3: Estimativa do total de pessoas em situação de vulnerabilidade em Campinas por idade - 2010.....	39
Tabela 4: Total de famílias em situação de vulnerabilidade no território de abrangência dos CRAS de Campinas (cenário atual) - 2017 .....	54
Tabela 5: Total de famílias em situação de vulnerabilidade no território de abrangência dos CRAS de Campinas (cenário otimizado) .....	58
Tabela 6: Total de famílias em situação de vulnerabilidade no território de abrangência dos CRAS de Campinas (cenário ideal).....	61
Tabela 7: Cenários de percentuais de atendimento no SCFV e números de metas adicionais necessárias.....	65
Tabela 8: Estimativa de demanda potencial de atendimento das crianças e adolescentes de 06 a 14 anos em situação de vulnerabilidade - 2017 .....	72
Tabela 9: Estimativa de demanda potencial de atendimento de jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade - 2017 .....	78
Tabela 10: Dados Gerais – Atendimento a jovens de 15 a 24 anos no SCFV – CCII por (divisão territorial da assistência social) 2017 .....	85
Tabela 11: Dados específicos 2017 – Atendimento a jovens de 15 a 24 anos SCFV - CCII - Região Leste .....	86
Tabela 12: Dados específicos 2017 – Atendimento a jovens de 15 a 24 anos SCFV - CCII - Região Noroeste.....	87
Tabela 13: Dados específicos 2017 – Atendimento a jovens de 15 a 24 anos SCFV - CCII - Região Norte .....	88
Tabela 14: Dados específicos 2017 – Atendimento a jovens de 15 a 24 anos SCFV - CCII - Região Sudoeste.....	89
Tabela 15: Dados específicos 2017 – Atendimento a jovens de 15 a 24 anos SCFV - CCII - Região Sul.....	90
Tabela 16: Dados específicos 2017 – Relação de entidades por ordem de % de atendimento – Acima de 30%.....	91
Tabela 17: Dados específicos 2017 – Relação de entidades por ordem de % de atendimento – Abaixo de 30%.....	92
Tabela 18: Cobertura de atendimento das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil - 2017.....	97
Tabela 19: Cobertura de atendimento de pessoas com deficiência cadastradas no CADÚnico pelo SCFV - 2016.....	106

Tabela 20: Dados sintéticos 2016 – Acolhimento institucional de crianças e adolescentes (Total de atendidos e unidades executoras).....	115
Tabela 21: Dados sintéticos 2016 – Acolhimento institucional de crianças e adolescentes (Idades dos atendidos).....	116
Tabela 22: Dados sintéticos 2016 – Acolhimento institucional de crianças e adolescentes (Tempo de acolhimento).....	117
Tabela 23: Dados sintéticos 2016 – Acolhimento institucional de crianças e adolescentes (Saída do serviço).....	118
Tabela 24: Dados gerais dos novos casos de atendimento do PAEFI em 2016.....	124
Tabela 25: Dados gerais dos novos casos de atendimento do PAEFI em 2016 – CREAS Leste/Norte/Sudoeste.....	125
Tabela 26: Dados gerais dos novos casos de atendimento do PAEFI em 2016 – CREAS Noroeste .....	126
Tabela 27: Dados gerais dos novos casos de atendimento do PAEFI em 2016 – CREAS Sul.....	127
Tabela 28: Dados gerais das abordagens sociais em 2016.....	132
Tabela 29: Dados gerais das abordagens sociais em 2016 – CREAS Leste/Norte/Sudoeste.....	133
Tabela 30: Dados gerais das abordagens sociais em 2016 – CREAS Noroeste .....	134
Tabela 31: Dados gerais das abordagens sociais em 2016 – CREAS Sul.....	135

## Índice de Gráficos

Gráfico 1: População total por região .....	25
Gráfico 2: População Urbana x População Rural por região .....	26
Gráfico 3: IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) .....	32
Gráfico 4: Renda per capita mensal média por região.....	35
Gráfico 5: Dados de evolução dos casos em acompanhamento pelos CREAS's em 2016 .....	122
Gráfico 6: Evolução dos novos casos nos CREAS's em 2016 .....	123
Gráfico 7: Evolução das abordagens sociais por CREAS's em 2016 .....	131

## Glossário

**Demanda Potencial de Atendimento** – no caso da política de assistência social, demanda potencial são indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e/ou vivendo em territórios vulneráveis: precário ou nula oferta de serviços públicos (saneamento básico, segurança, saúde, assistência social, educação, entre outros), que não estão identificadas/contabilizadas nos serviços da assistência social.

**Economicidade** - diz respeito a saber se foi obtida a melhor proposta para a efetuação da despesa pública, isto é, se o caminho perseguido foi o melhor e mais amplo, para chegar-se à despesa e se ela foi realizada com modicidade, dentro da equação custo-benefício

**Organizações da Sociedade Civil** - toda e qualquer instituição que desenvolva projetos sociais com finalidade pública. Tais organizações também são classificadas como instituições do Terceiro Setor, uma vez que não têm fins econômicos.

**Política de Assistência Social** - direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Lei Orgânica da Assistência Social – art. 1º)

**Proteção Social Básica** – seus serviços deverão se articular com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial (Política Nacional de Assistência Social – pg 36)

**Proteção Social Especial de Alta Complexidade** - garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. (Política Nacional de Assistência Social – pg 38)

**Proteção Social Especial de Média Complexidade** - destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos (Política Nacional de Assistência Social – pg 37)

**Serviços de assistência social** - Entendem-se por serviços sócio assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações são voltadas para as necessidades básicas da população. (Lei Orgânica da Assistência Social – art. 23)

**Território** – espaço de vivência de indivíduos e famílias, onde deverá ter ações e serviços que identifique os problemas concretos, as potencialidades e as soluções, para conjuntos populacionais em situações similares, e intervir através das

políticas públicas, com o objetivo de alcançar resultados integrados e promover impacto positivo nas condições de vida. (Política Nacional de Assistência Social – pg 44).

**Vulnerabilidade Social** – indivíduos em situação de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, entre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, entre outras) (Política Nacional de Assistência Social – pg 33).

## **Lista de Abreviações**

**CADÚnico** - Cadastro Único

**CCII** - Centro de Convivência Inclusivo e Inter geracional

**CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social

**CREAS** - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

**IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano

**IDHM** - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

**MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PAEFI** - Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

**PCD** - Pessoa com Deficiência

**PNAS** - Política Nacional de Assistência Social

**SCFV** - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

**SMASA** - Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar

**SSP** - Secretaria de Segurança Pública

**SUAS** - Sistema Único de Assistência Social

## Resumo

Em 2017, a Fundação FEAC iniciou a discussão deste diagnóstico socioterritorial com o objetivo de identificar dados de vulnerabilidade social de Campinas em escala Microterritorial e melhor subsidiar sua atuação e investimento em projetos que ajudem no combate à vulnerabilidade social da cidade. Este trabalho foi elaborado com foco em 10 demandas da política de assistência social a serem georreferenciadas em escala municipal, regional (Campinas têm 5 regiões, conforme a política de assistência social: leste, noroeste, norte, sudoeste e sul) e microterritorial. Para a realização do estudo, foram utilizados dados do CENSO IBGE 2010, do Atlas do Desenvolvimento Humano, da Secretaria de Assistência Social e Segurança Alimentar de Campinas – SMASA/PMC e do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. A espacialização dos resultados demonstrou que as regiões: noroeste, sudoeste e sul (abaixo da Rodovia Anhanguera) são as regiões de maior vulnerabilidade, conforme os indicadores, previamente escolhidos, da assistência social no município de Campinas. O microterritório abrangendo o Jd. Campo Belo e o Satélite Iris, é a região que apresenta os piores indicadores sociais. Por esse motivo, demandam mais atenção de ações de intervenção e investimento.

Vale ressaltar que há demandas que estão em formato de tabelas e gráficos devido à indisponibilidade de dados que possibilitem a construção de mapas e análises micro territoriais, sendo possível analisá-las apenas em escala municipal.

Este diagnóstico é um projeto em constante desenvolvimento. Os dados aqui apresentados estão sujeitos a revisões e atualizações à medida que mais e melhores informações estejam disponíveis. Na mesma linha, novas análises e camadas de informação serão continuamente adicionadas ao diagnóstico com objetivo de evidenciar demandas e subsidiar planos de ação para otimizar investimentos e contribuir para reduzir a vulnerabilidade e o risco social em Campinas.

**Palavras-chaves:** Demandas Assistência Social, Georreferenciamento, Território, Campinas.

## 1. Introdução

O diagnóstico sócio territorial de Campinas é fruto de um esforço da fundação FEAC para melhor subsidiar sua atuação e investimento em projetos que ajudem no combate à vulnerabilidade social do município de Campinas.

Este trabalho é produto de esforços de colaboração com outras instituições e, em especial, agradece-se à Secretaria de Assistência Social de Campinas e o Ministério do Desenvolvimento social pela solicitude e transparência no fornecimento de dados e informações solicitados. Além disso, é um estudo em constante desenvolvimento, aberto a futuras revisões internas e externas assim como complementos nos dados que aqui são apresentados. Espera-se um aprimoramento constante do conteúdo para

subsidiar com informações mais detalhadas os investimentos da Fundação FEAC. De forma transparente, existe também a abertura para colaborar com quaisquer instituições que se interessem em utilizar os dados deste estudo sobre a vulnerabilidade social na cidade para auxiliar em sua atuação.

A partir de 2017, a Fundação FEAC como um todo, atuante na promoção de iniciativas de assistência social no município há mais de 50 anos, iniciou um questionamento sobre como seria possível atuar de forma focada nas questões de vulnerabilidade social da cidade em seus microterritórios. Assim sendo, percebeu-se que, para alcançar este objetivo, uma necessidade de primeira importância seria ampliar o conhecimento sobre as áreas em situação de vulnerabilidade social e as necessidades de assistência social no município em áreas e regiões

específicas. Com os dados aqui apresentados, a Fundação FEAC espera aprimorar seu potencial de geração de impacto social positivo e sua efetividade no uso de recursos.

Na maioria dos municípios do Brasil, os dados que embasam a atuação dos serviços de assistência social são encontrados em escala municipal ou, em alguns casos, regional. No entanto, dentro de um mesmo município, há peculiaridades em relação às diferentes regiões e, mais especificamente, microterritórios, por onde está dispersa a população vulnerável da cidade. Por esse motivo, entende-se que com um estudo de detalhamento como o aqui apresentado, que explora informações dos microterritórios, se torne possível melhor direcionar os investimentos realizados e elaborar planos de ação e futuros projetos mais efetivos.

A questão do detalhamento na escala dos dados se torna ainda mais relevante quando consideradas as situações às quais populações vulneráveis estão expostas. Muitas vezes sem fácil acesso a serviços públicos básicos como: transporte, educação, saúde, ou mesmo acesso à informação, é a política de assistência que precisa ser levada a estas populações, e não o contrário, algo que só é possível se conhecidas as necessidades específicas e as áreas de cobertura fornecidas por cada serviço a cada microterritório.

No caso específico de Campinas, os dados disponíveis sobre as áreas de vulnerabilidade no município abrangem o nível municipal e regional. Sendo assim, ao fornecer dados espacializados em escala microterritorial, tem-se como objetivo também contribuir com a discussão de ações de assistência social fundamentadas e embasadas

por dados concretos e objetivos, ajudando a possibilitar a construção de ações a nível dos microterritórios do município.

Neste diagnóstico é oferecido um panorama sobre algumas das demandas de assistência social de Campinas que foram focadas para detalhamento e exploração dos dados ao nível de microterritórios do município. Além disso, são fornecidas, onde possível, recomendações de cenários ótimos e ideais de alocação de recursos para as demandas foco, ou então recomendações de dados ou diagnósticos a serem realizados futuramente.

Mais uma vez, este diagnóstico socioterritorial busca então fornecer um maior detalhamento na identificação e conhecimento sobre as áreas de vulnerabilidade de Campinas e prover subsídios para os programas e projetos a serem desenvolvidos pela Fundação FEAC e outras

instituições públicas e privadas, que atuam para reduzir a vulnerabilidade e o risco social no município de Campinas e veem como pertinentes os dados aqui apresentados.

## **2. Dados Gerais da cidade de Campinas**

### **2.1 Indicadores Sócio demográficos**

Segundo os dados do Censo 2010, Campinas tinha à época 1.080.113 habitantes, distribuídos por 794.571 km<sup>2</sup>, o que corresponde a uma densidade demográfica de 1.360 habitantes/km<sup>2</sup>. Em 2017, o número de habitantes estimado pelo IBGE era de 1.182.429, um crescimento de quase 10%. Dos 1.080.113 habitantes registrados em 2010, 1.061.540, ou seja, 98,3% residiam em áreas urbanas, enquanto 18.573, ou 1,7%, eram residentes de áreas rurais.

O município, conforme a política municipal de assistência social municipal, é atualmente dividido em cinco regiões, sendo elas: Leste, Noroeste, Norte, Sudoeste e Sul. As fronteiras destas regiões são delimitadas

conforme exibidas no Mapa 1. Em seguida, no Mapa 2, é possível observar o nível de densidade demográfica dentro do perímetro urbano do município de Campinas. Seguindo a distribuição das regiões, é possível observar no Gráfico 1 que a região Sul é a mais populosa da cidade, com 285.483 pessoas. Ela é seguida pela região Leste, com 236.798 pessoas. Em terceiro lugar está a região sudoeste, com 218.851 habitantes. Por último, as regiões norte e noroeste são as menos populosas, com, 201.195 e 137.786, respectivamente. A faixa etária dos habitantes de cada região é exibida com maiores detalhes na Tabela 1.

Todas as regiões têm a grande maioria de sua população residindo em áreas urbanas e, como exibido no Gráfico 2, a região com maior população rural tanto absoluta quanto relativa, 6,491 pessoas, ou aproximadamente 5% do total de habitantes da região, é a região Noroeste da cidade. Já

a Sudoeste é a região que concentra a menor parcela, com 1148 habitantes em zona rural, que representam aproximadamente 0,5% do total da região.

Em relação à economia da cidade, Campinas é um importante polo industrial e tecnológico do País. Segundo dados do IBGE de 2015, o município tinha, à época, um PIB per capita de R\$ 48.449,65, o que a colocava em 259ª dentre os PIBs per capita mais elevados do país e também entre os 5% dos municípios mais ricos.

No que diz respeito ao desenvolvimento humano da cidade, o principal indicador utilizado é o índice de desenvolvimento humano (IDH), calculados pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento e utilizados internacionalmente para comparar dados de desenvolvimento econômico e social e a qualidade de vida da população - no nível município, o indicador

disponibilizado e utilizado é o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). Neste indicador, a cidade ocupava, em 2010, a 28ª posição dentre todos os 5.570 municípios do Brasil, com um índice de 0,805 - quando acima de 0,800 considera-se que o índice de desenvolvimento é alto. Sendo assim, é importante observar que, de acordo com este indicador, a cidade de Campinas pode ser considerada relativamente desenvolvida e está entre o 1% das cidades mais desenvolvidas do Brasil em termos de desenvolvimento humano.

Apesar deste elevado índice geral, deve-se levar em conta os dados exibidos no Gráfico 3, que mostram a desigualdade existente em relação ao desenvolvimento humano do município. Na região Leste da cidade, por exemplo, o índice é de 0,835, comparável a países como

Portugal e Chile. Por outro lado, nas regiões Sudoeste e Noroeste, estes índices são bastante mais baixos, de 0,735 e 0,717, respectivamente. Além deste panorama geral fornecido pelo indicador, o IDH pode ser calculado e analisado sob a ótica de cada um dos seus componentes, que são: renda, longevidade e educação, para melhor traduzir a realidade em cada uma dessas áreas.

Mais uma vez, observando de perto vemos que há distribuição bastante desigual entre os índices nas regiões do município. Na Tabela 2, podemos observar máximos de 0,885 no indicador de longevidade na região Leste, até mínimos de 0,645 no índice relativo à Educação na região Noroeste, considerados de intermediários para baixos. Em geral, estes números do IDHM de Campinas são particularmente preocupantes no que diz respeito à Educação. O Mapa 4 exhibe este panorama e nele é possível

observar que uma área significativa da cidade apresenta índices considerados baixos.

Como explorado no Gráfico 4, é possível observar que a mesma desigualdade se aplica aos números da renda per capita em relação às regiões da cidade. Enquanto na região Leste a renda per capita era de R\$ 2.007,43, valor próximo a 4 salários mínimos em valores de 2010, nas regiões Sudoeste e Noroeste, os habitantes tinham renda per capita mensal de R\$ 752,54 e R\$ 711,61, respectivamente, o que representava um pouco menos de 1,5 salários mínimos à época. A análise da desigualdade a nível de regiões municipais, no entanto, ainda não traduz a situação da vulnerabilidade social como se visa explorar neste trabalho. Um olhar mais próximo, oferecido no Mapa 7, nível dos microterritórios da cidade, chama a atenção por apresentar áreas extensas do município onde a faixa de

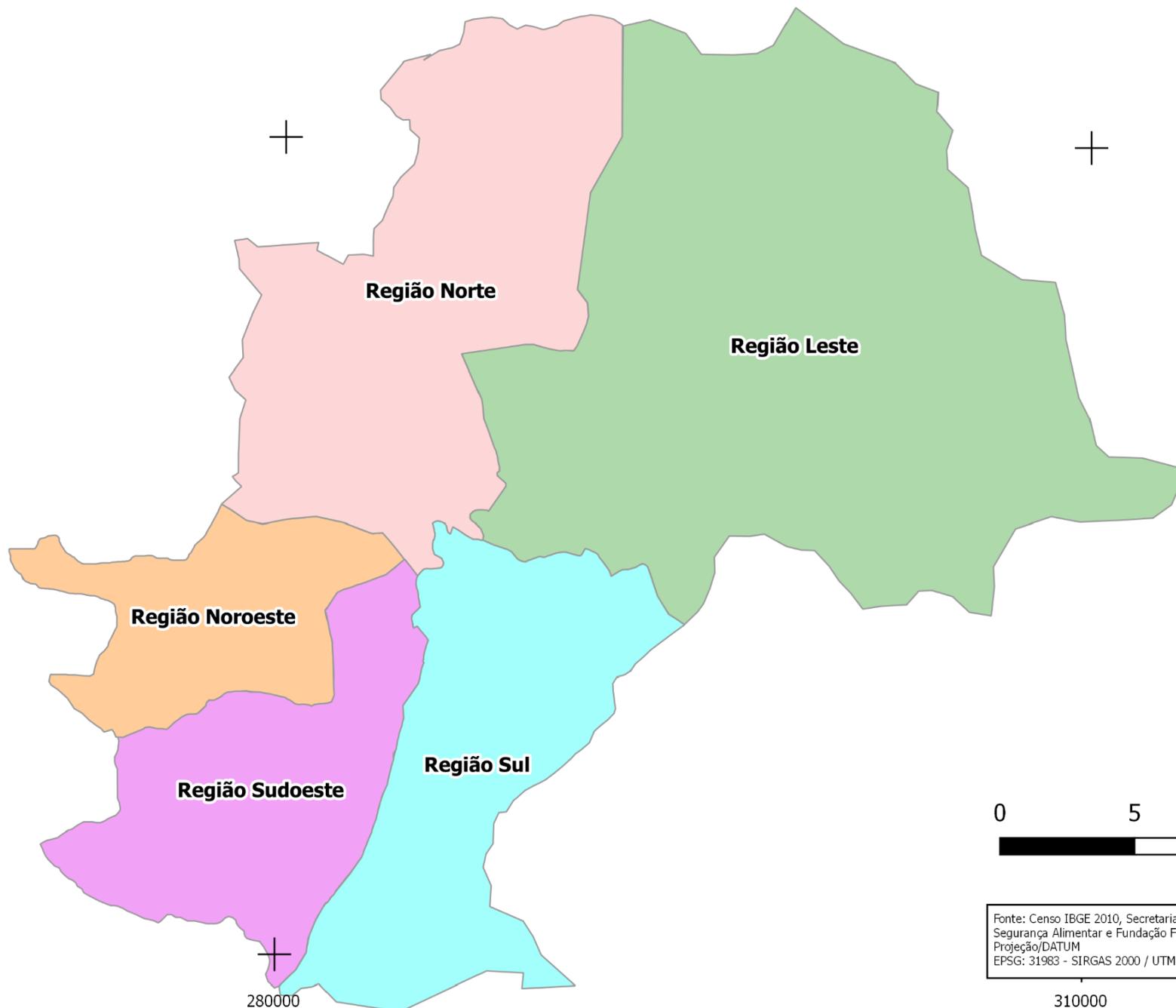
renda per capita é inferior a 1 salário mínimo. Dentro destas faixas de renda, há ainda extremos mínimos em que as pessoas sequer possuem renda considerada suficiente para a subsistência. De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano, em 2010 cerca de 4,22% da população da cidade vivia com menos de R\$ 140 mensais, o que as coloca em situação de pobreza. Nestes 4,22% estão inclusos ainda o 1% da população da cidade, ou 11.360 pessoas, que vivem com menos de R\$ 70 mensais, em situação de extrema pobreza.

Observando estes indicadores sócio demográficos, é possível concluir que, apesar de ter um nível de desenvolvimento relativamente alto para os padrões brasileiros, a cidade de Campinas tem ainda desafios relativos ao combate das questões da vulnerabilidade social.

Novamente, e visando contribuir com o combate a estes desafios, a seguir são apresentadas e detalhadas demandas de assistência social do município de Campinas a nível micro territorial, identificadas e analisadas neste estudo pela Fundação FEAC.

# Divisão territorial da Assistência Social de Campinas - 2017

Mapa 1



Fonte: Censo IBGE 2010, Secretaria de Assistência Social e Segurança Alimentar e Fundação FEAC  
Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



7450000

280000

315000

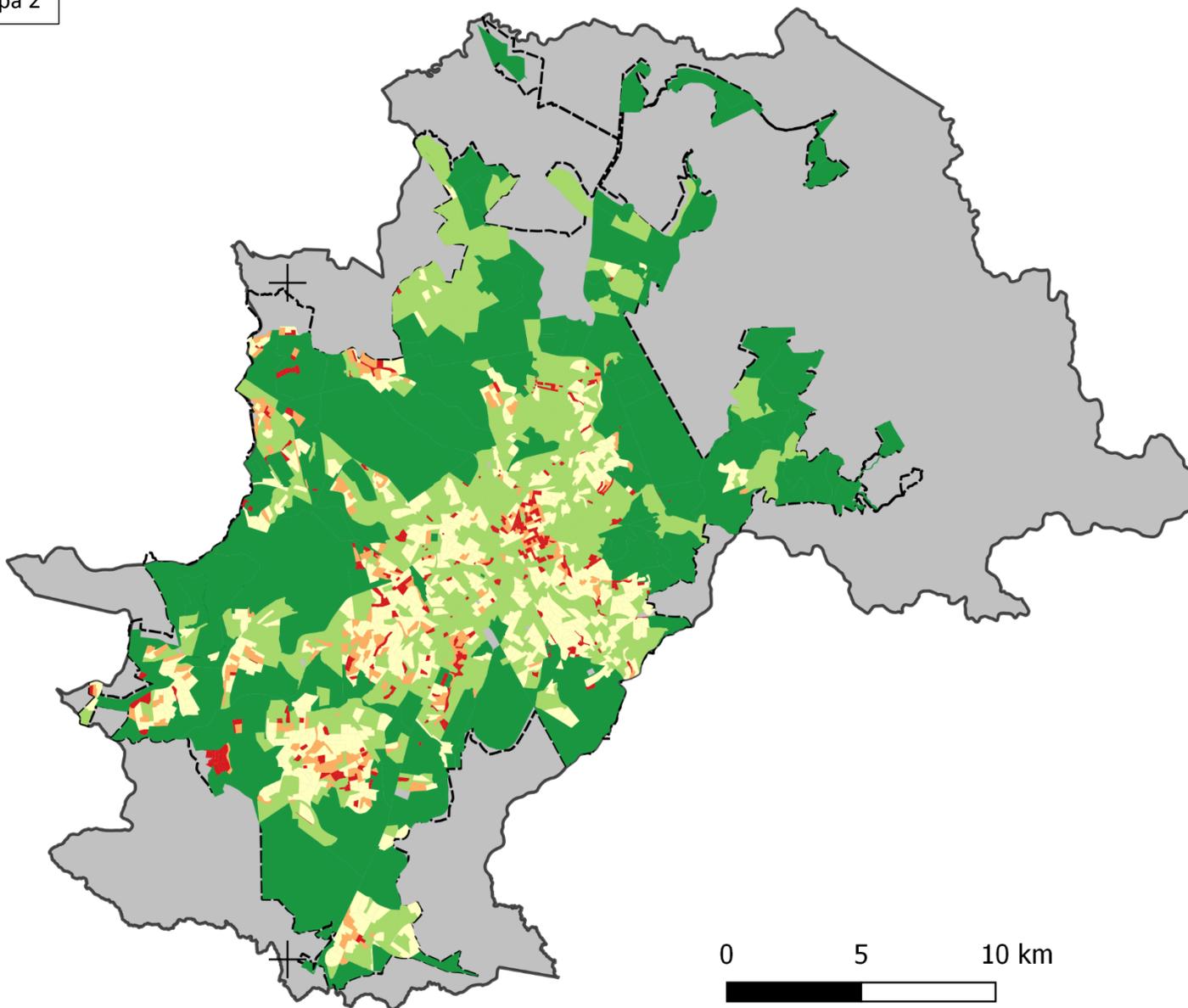
# Densidade demográfica de Campinas (perímetro urbano) - 2010

Mapa 2



7475000

7475000



## Legenda

Densidade Demográfica  
Habitante por Km<sup>2</sup> (Hab/km<sup>2</sup>)

-  0 - 1.000 - Hab/km<sup>2</sup>
-  1.001 - 5.000 - Hab/km<sup>2</sup>
-  5.001 - 10.000 - Hab/km<sup>2</sup>
-  10.000 - 15.000 - Hab/km<sup>2</sup>
-  15.000 - 192.333 - Hab/km<sup>2</sup>
-  Perímetro Urbano
-  Área Rural

7450000

7450000

0 5 10 km



280000

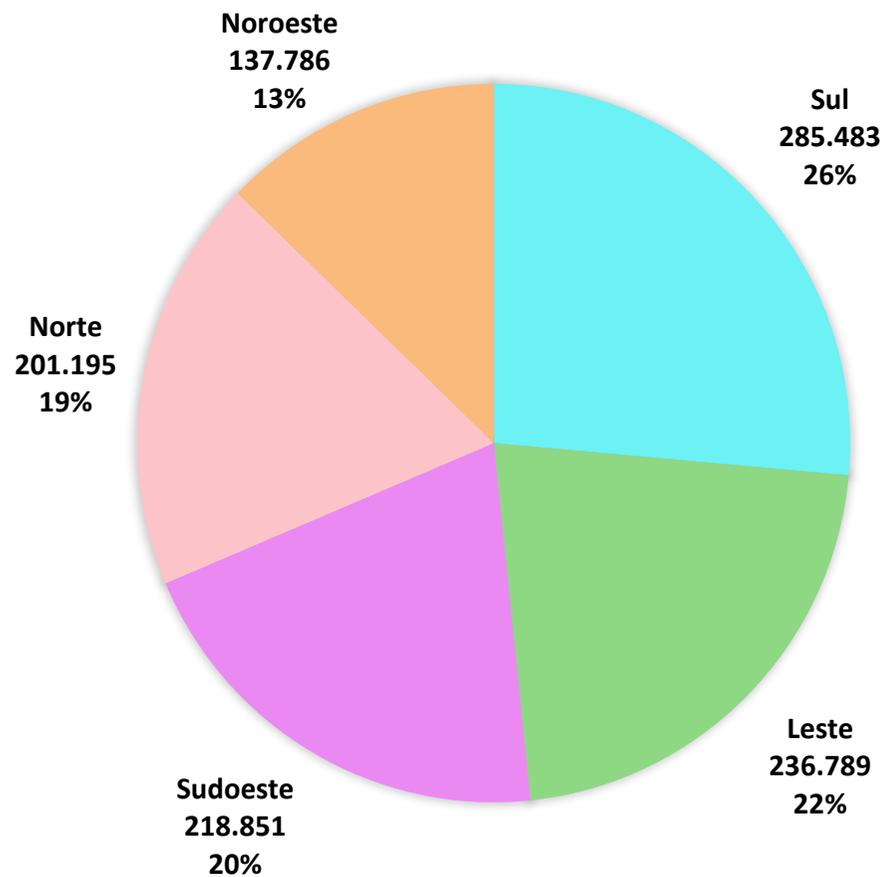
315000

Fonte: Censo IBGE 2010 e Fundação FEAC

Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S

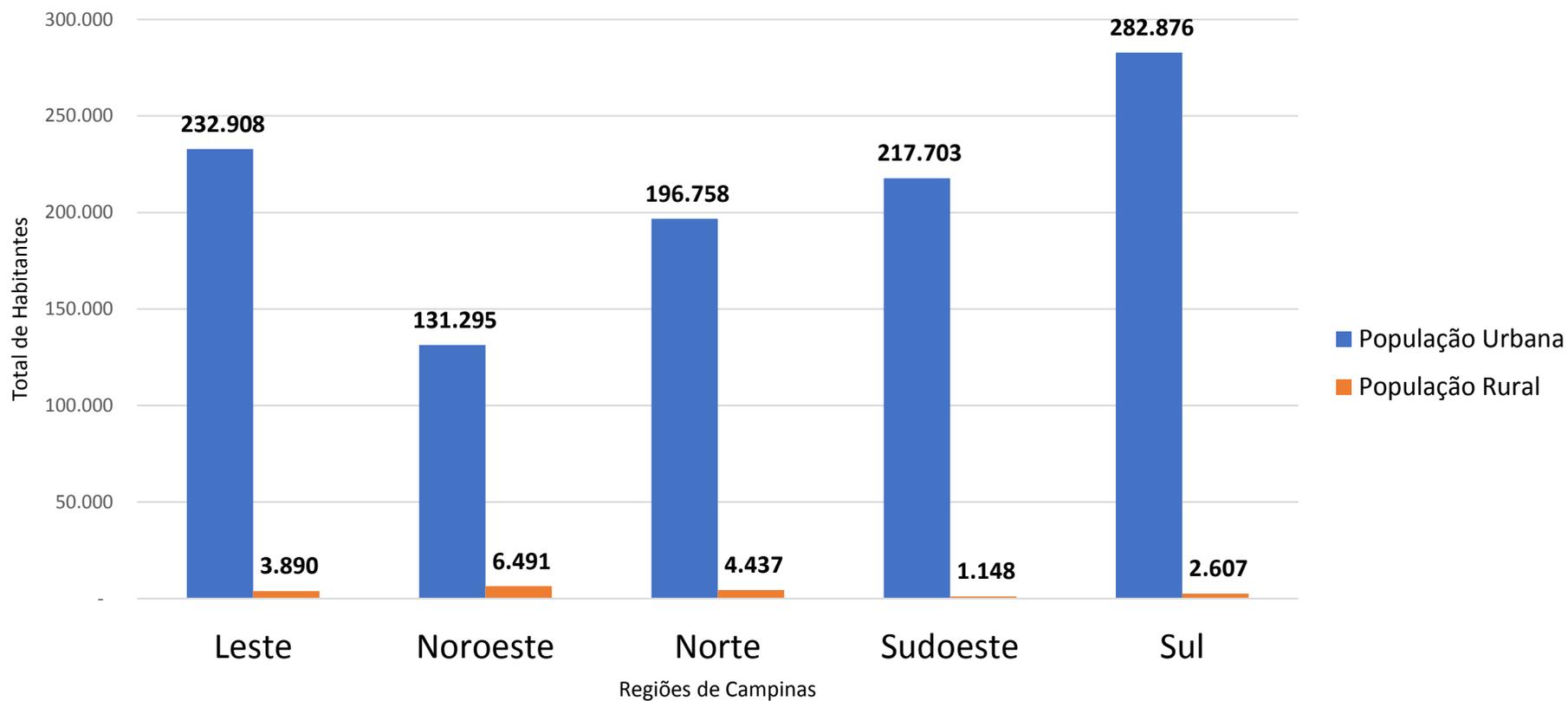


**Gráfico 1: População total por região (divisão territorial da assistência social) - 2010**



Fonte: CENSO IBGE 2010

**Gráfico 2: População Urbana x População Rural por região (divisão territorial da assistência social) - 2010**



Fonte: CENSO IBGE 2010

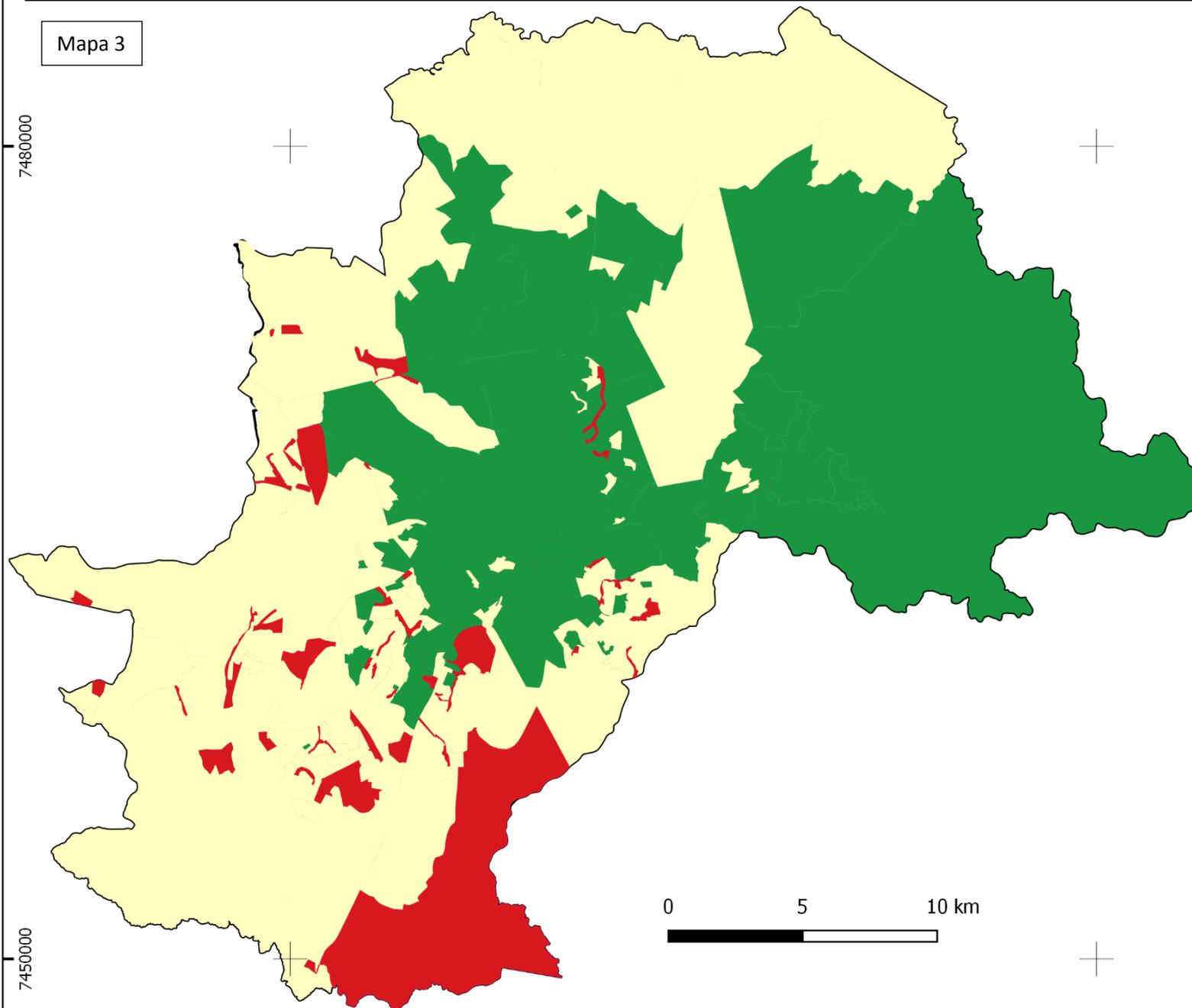
**Tabela 1: Faixa etária por região (divisão territorial da assistência social) - 2010**

<b>Região</b>	<b>0 a 3 anos</b>	<b>4 a 5 anos</b>	<b>6 a 14 anos</b>	<b>15 a 24 anos</b>	<b>Acima de 65 anos</b>
Leste	8.676	4.251	20.922	34.496	28.433
Noroeste	7.648	3.875	20.495	24.567	8.002
Norte	9.184	4.572	23.593	33.986	17.314
Sudoeste	11.476	5.781	30.995	39.054	12.645
Sul	14.264	7.131	35.373	46.405	25.137
<b>Campinas</b>	<b>51.248</b>	<b>25.610</b>	<b>131.378</b>	<b>178.508</b>	<b>91.531</b>

Fonte: CENSO IBGE 2010

# Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Campinas - 2010

Mapa 3



## Legenda

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010

- 0 - 0.699
- 0.700 - 0.799
- 0.800 - 1

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano e Fundação FEAC  
Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



280000

310000

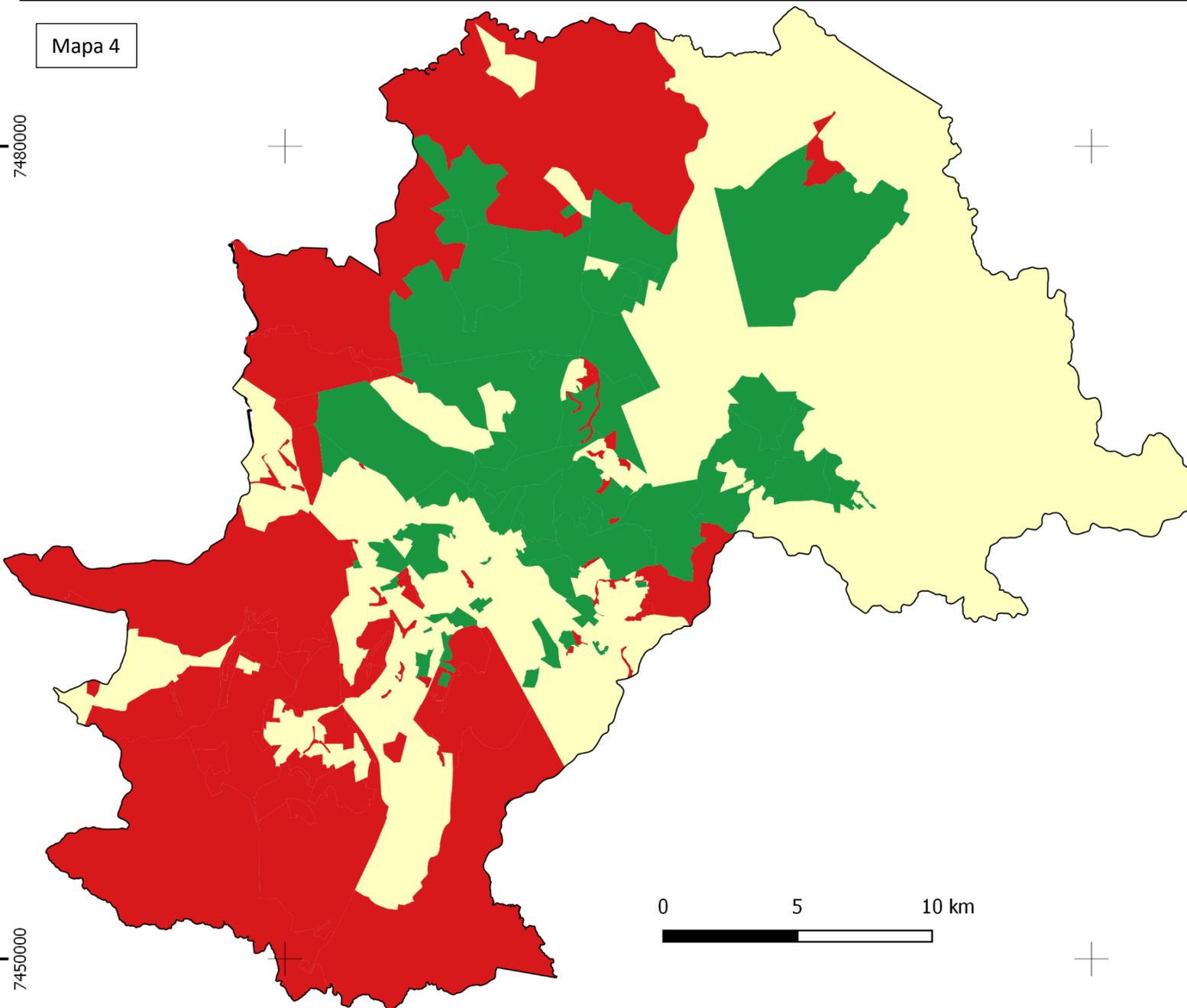
# Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (Educação) de Campinas - 2010

Mapa 4



7480000

7480000



## Legenda

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (Educação)

 0 - 0.699

 0.700 - 0.799

 0.800 - 1

0 5 10 km



7450000

7450000

280000

310000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano e Fundação FEAC  
Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S

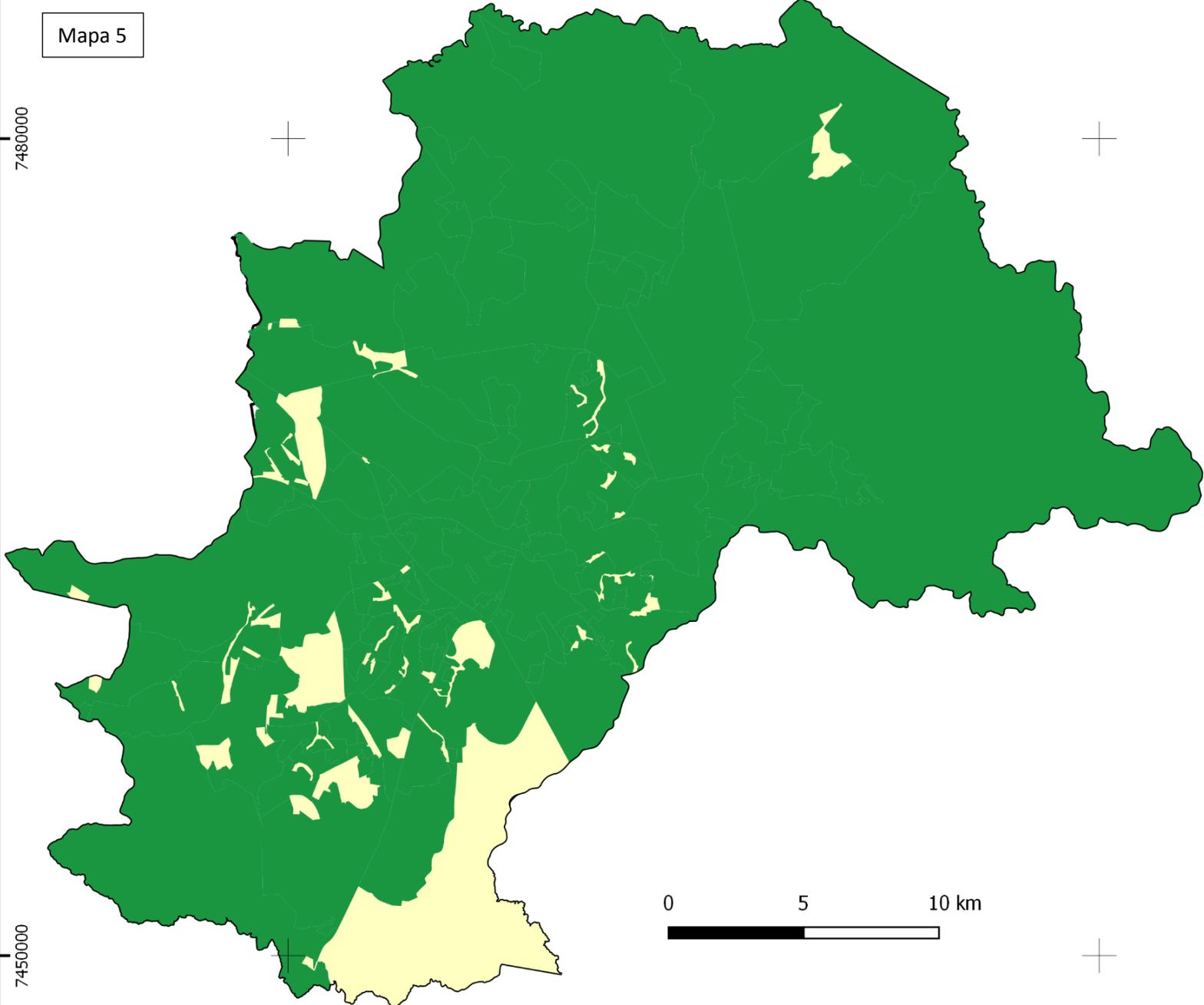


280000

310000

# Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (Longevidade) de Campinas - 2010

Mapa 5



## Legenda

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (Longevidade)

 0 - 0.699

 0.700 - 0.799

 0.800 - 1

0 5 10 km



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano e Fundação FEAC  
Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



7480000

7480000

7450000

7450000

280000

310000

280000

310000

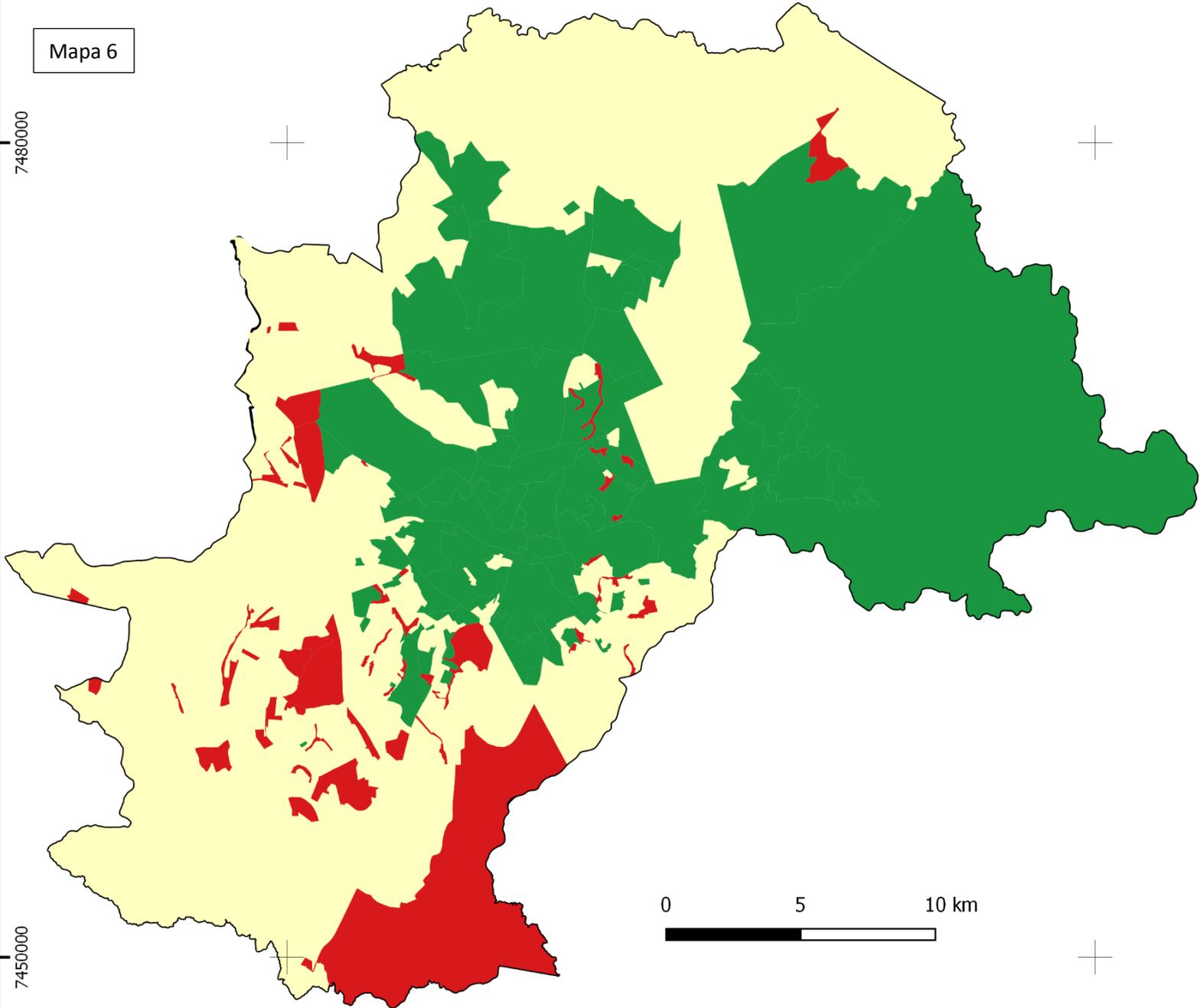
# Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (Renda) de Campinas - 2010

Mapa 6



7480000

7480000



## Legenda

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (Renda)

0 - 0.699

0.700 - 0.799

0.800 - 1

0 5 10 km



7450000

7450000

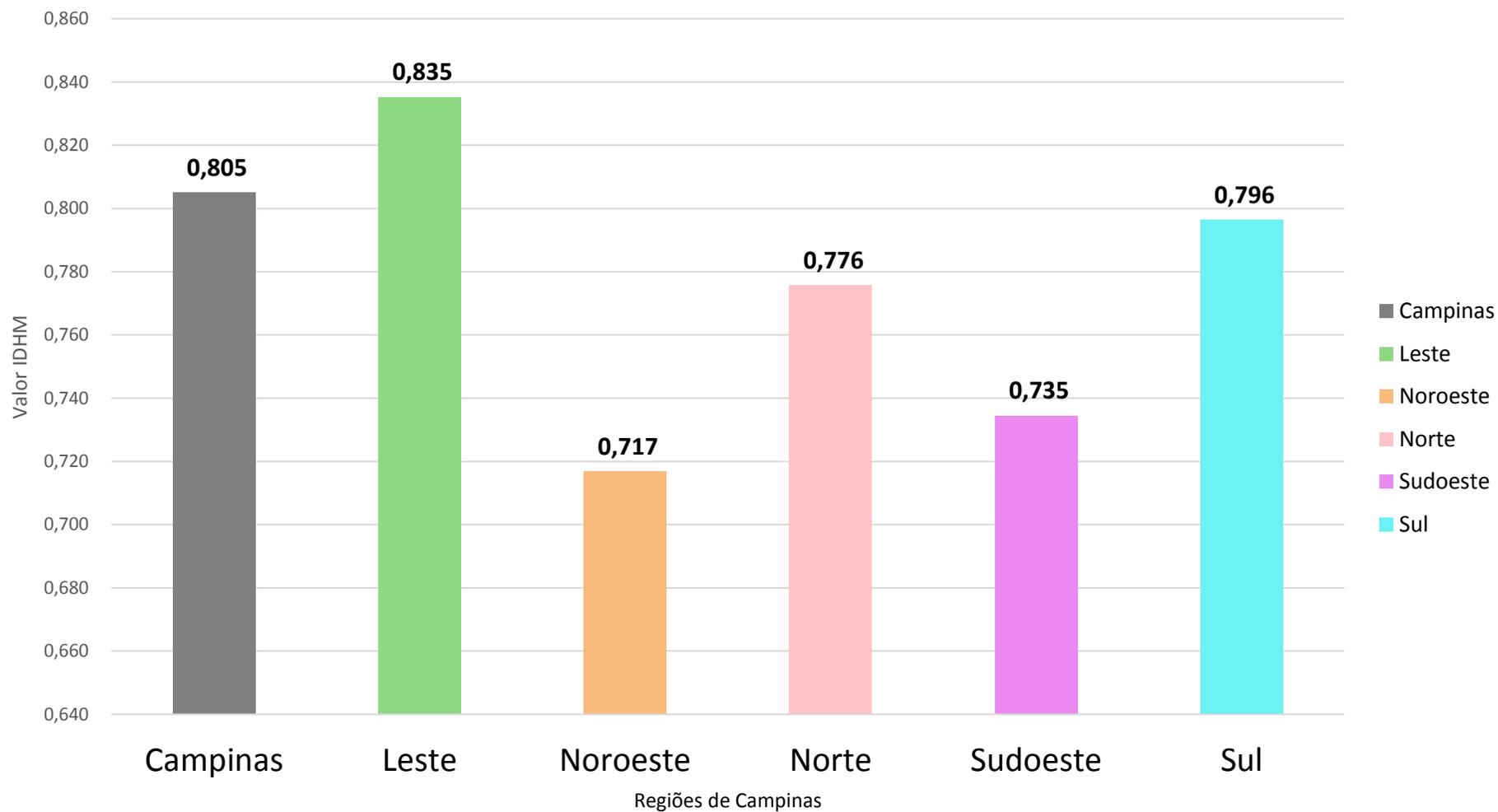
280000

310000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano e Fundação FEAC  
Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



**Gráfico 3: IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) - 2010**



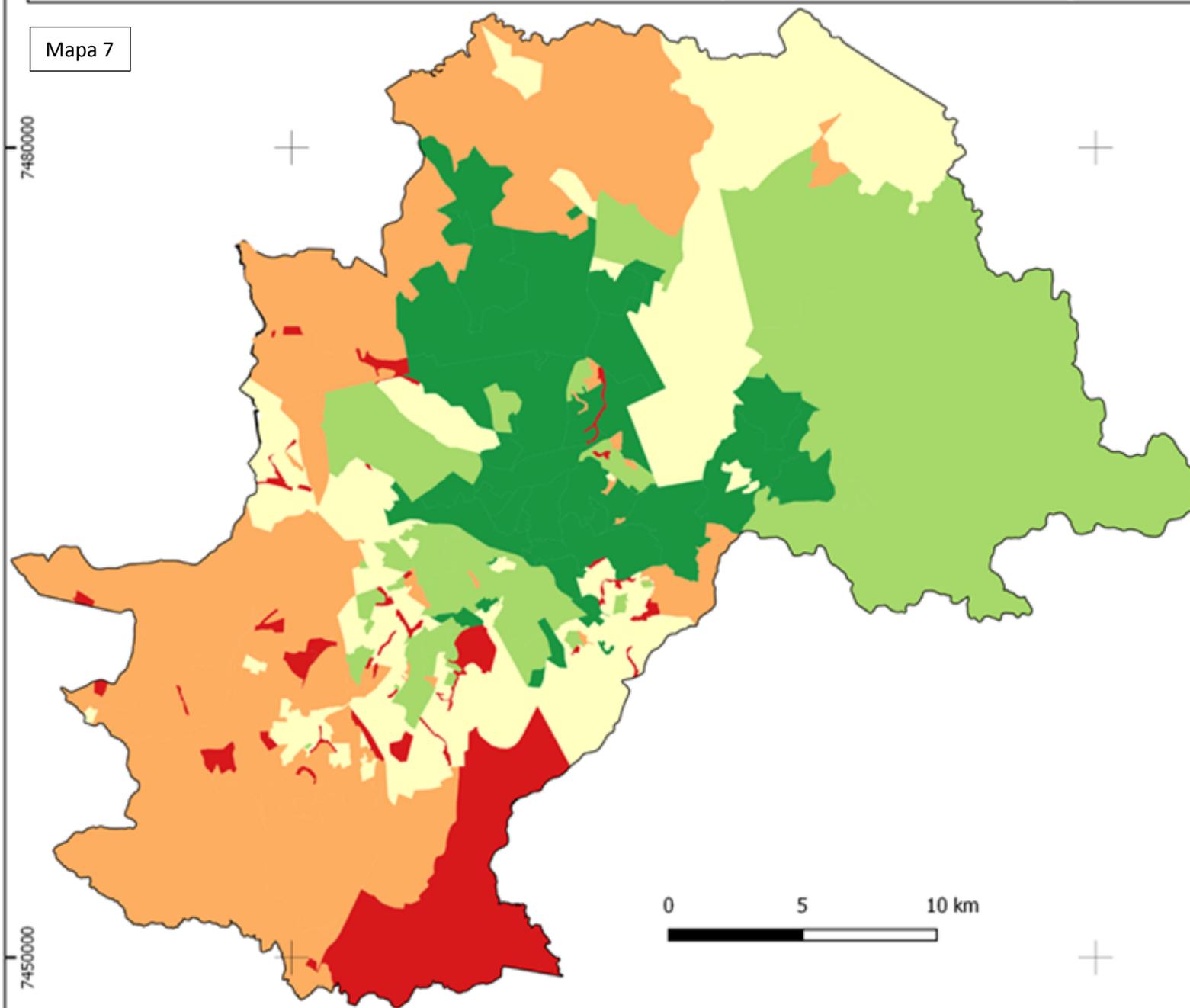
**Tabela 2: IDMH renda, longevidade e educação - 2010**

<b>Região</b>	<b>IDHM Renda</b>	<b>IDHM Longevidade</b>	<b>IDHM Educação</b>
Leste	0,844	0,885	0,781
Noroeste	0,707	0,808	0,645
Norte	0,775	0,850	0,711
Sudoeste	0,720	0,820	0,672
Sul	0,789	0,862	0,743
<b>Campinas</b>	<b>0,829</b>	<b>0,860</b>	<b>0,731</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

# Renda Per Capita Mensal de Campinas - 2010

Mapa 7



## Legenda

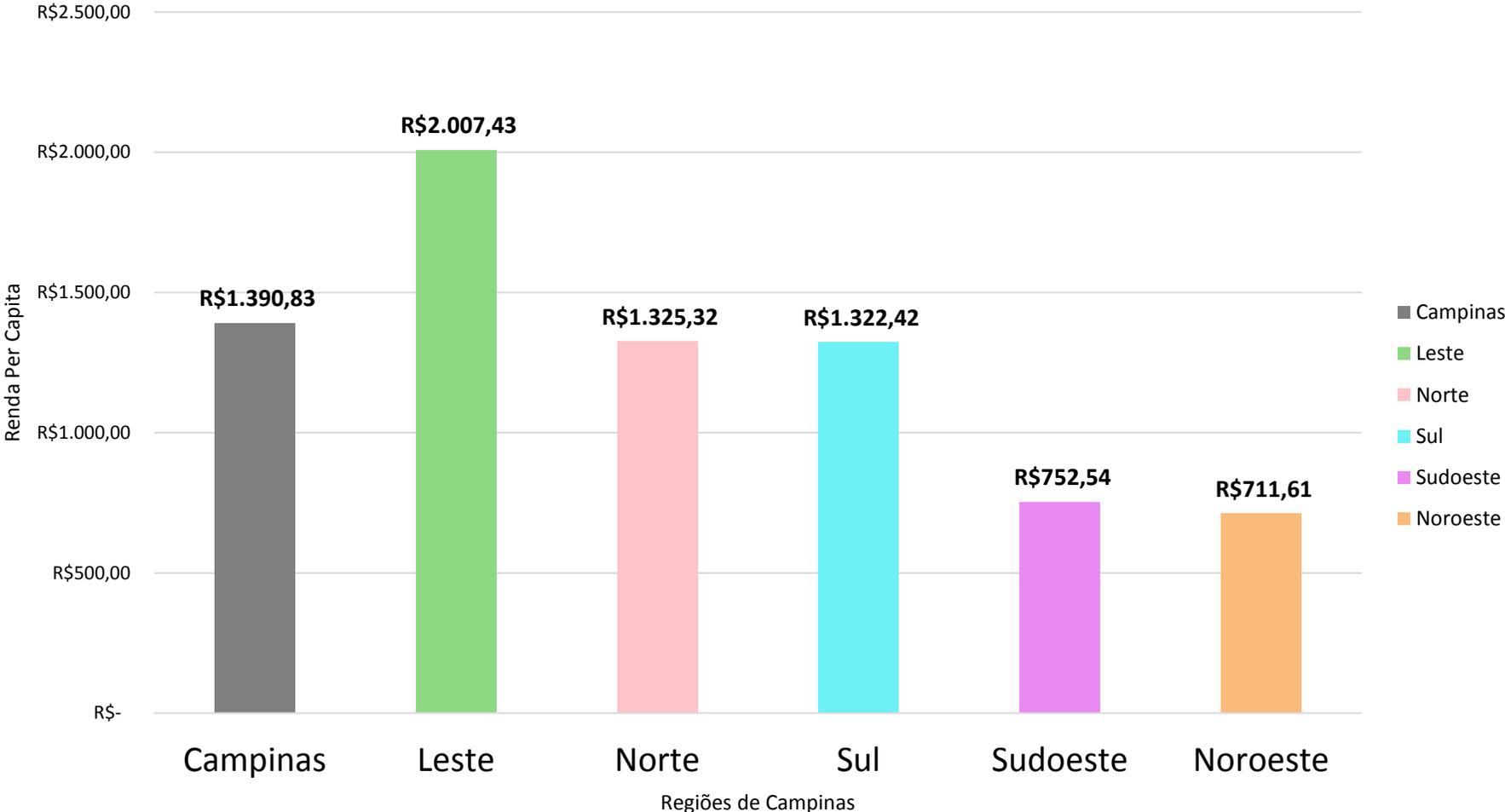
Renda Per Capita Mensal de Campinas - 2010

- R\$ 422,00 - R\$ 491,00
- R\$ 491,01 - R\$ 754,00
- R\$ 754,01 - R\$ 1.006,00
- R\$ 1.006,01 - R\$ 1.776,00
- R\$ 1.776,01 - R\$ 4.537,00

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano e Fundação FEAC  
Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



**Gráfico 4: Renda per capita mensal média por região (divisão territorial da assistência social) - 2010**



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2015

## 2.2 Vulnerabilidade social em Campinas

Além da análise dos indicadores sócio demográficos, neste tópico foi feita uma análise micro territorial para identificar em detalhes a localização das populações vulneráveis de Campinas.

Segundo os dados extraídos do CENSO 2010 e analisados, a vulnerabilidade social da cidade de Campinas estava distribuída conforme o Mapa 8, elaborado e disposto a seguir. Observando este mapa é possível constatar que, além de algumas pequenas “ilhas” de áreas vulneráveis em pontos centrais da cidade, a grande maioria da população vulnerável está situada nas áreas periféricas. Além disso, na Tabela 3 são estimados os números de pessoas vulneráveis como percentual de cada faixa etária. Ao todo, cerca de 20,4% da população da cidade, ou

220.499 pessoas, se encontravam, em 2010, em situação de vulnerabilidade social.

Particularmente preocupantes são os dados relacionados às populações jovens. Novamente na Tabela 3, pode-se observar que dentre a população de 0 a 14 anos, os percentuais que indicam a população vulnerável oscilam entre 27,8% e 28,5%, ou seja, mais de um quarto de todos os jovens na cidade nesta faixa etária se encontram em situação de vulnerabilidade, caracterizando um grande desafio para a assistência social. Considerando que os dados utilizados são prévios à crise econômica que o país enfrentou na primeira metade desta década, é razoável inferir que os percentuais tenham se agravado conforme aumentaram os índices de desemprego e houve uma forte queda na renda per capita nacional. Neste cenário, estima-se que número de crianças e adolescentes em situação de

vulnerabilidade social em Campinas pode chegar à preocupante marca de um terço da população nesta faixa etária no fim desta década (2020).

280000

310000

# Áreas de vulnerabilidade de Campinas - 2010

Mapa 8

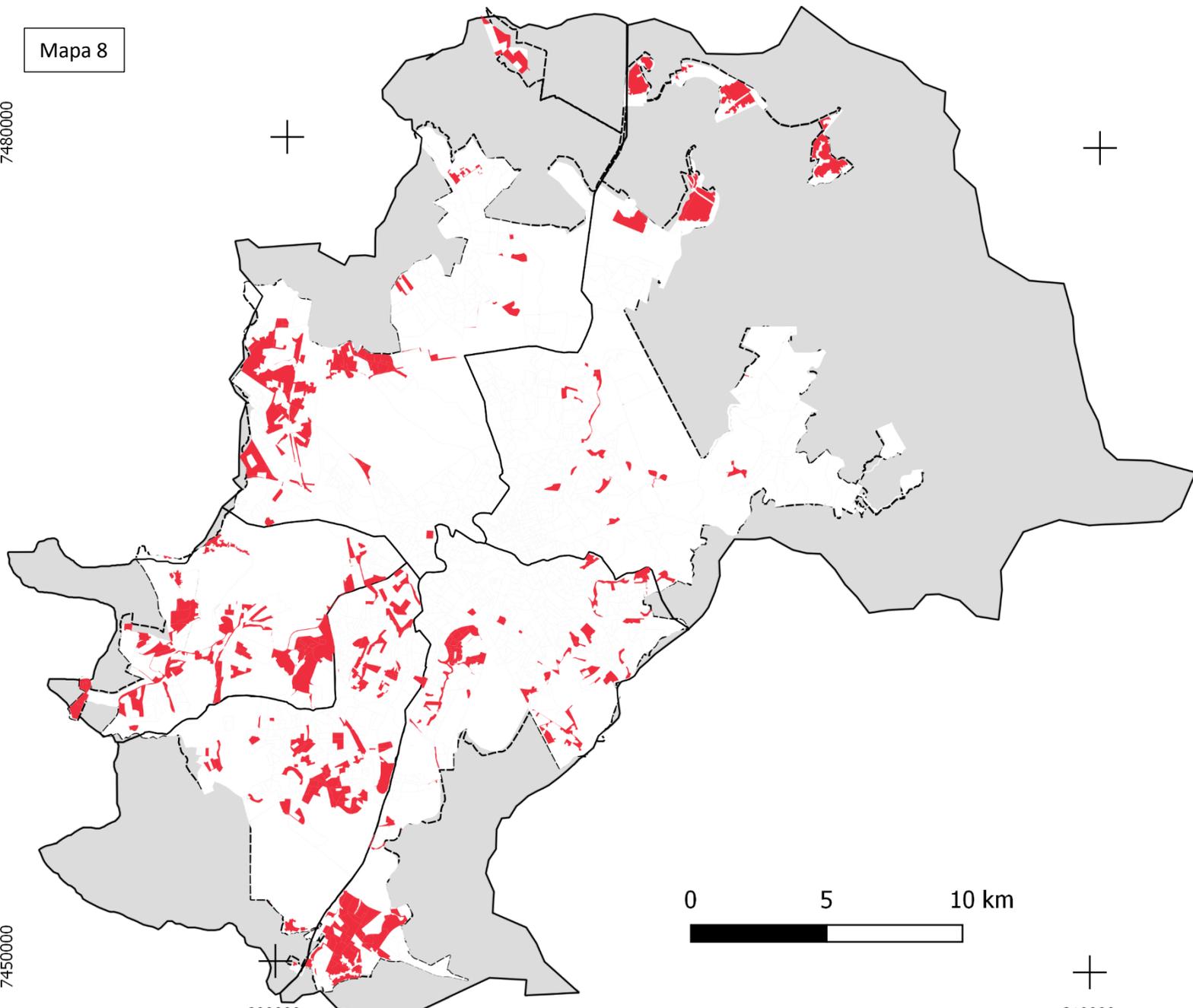


7480000

7480000

## Legenda

-  Áreas vulneráveis
-  Divisão territorial de Campinas (Assistência Social)
-  Perímetro Urbano
-  Área Rural



0 5 10 km



7450000

7450000

Fonte: Censo IBGE 2010 e Fundação FEAC  
Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



280000

310000

**Tabela 3: Estimativa do total de pessoas em situação de vulnerabilidade em Campinas por idade - 2010**

<b>Estimativa de pessoas em situação de vulnerabilidade em Campinas (2010)</b>		
<b>Idade</b>	<b>Total de pessoas em situação de vulnerabilidade</b>	<b>Porcentagem em relação a população total de Campinas por faixa etária</b>
0 – 3 anos	14.264	27,8%
4 – 5 anos	7.231	28,2%
6 – 14 anos	37.409	28,5%
15 – 24 anos	41.550	21,2%
25 – 59 anos	104.112	17,7%
Acima de 60 anos	15.933	12%
<b>Total</b>	<b>220.499</b>	<b>20,4%</b>

Fonte: CENSO IBGE 2010 \*População total em Campinas 2010 – 1.080.113

### **3. Atuação das OSCs executoras de assistência social e Educação em Campinas**

Neste tópico, foi realizado um estudo para ilustrar a distribuição das OSCs executoras de políticas públicas na cidade de Campinas sobreposta às áreas de vulnerabilidade detalhadas ao nível dos microterritórios. A definição de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), detalhada no marco regulatório das organizações da sociedade civil (MROSC) promulgado em 2014 é apresentada no glossário do diagnóstico. As OSCs são executoras de políticas públicas na forma de parcerias com o poder público ou atuação independente. Por esse motivo, representam também um ator fundamental a ser considerado quando se trata das demandas de assistência social do município.

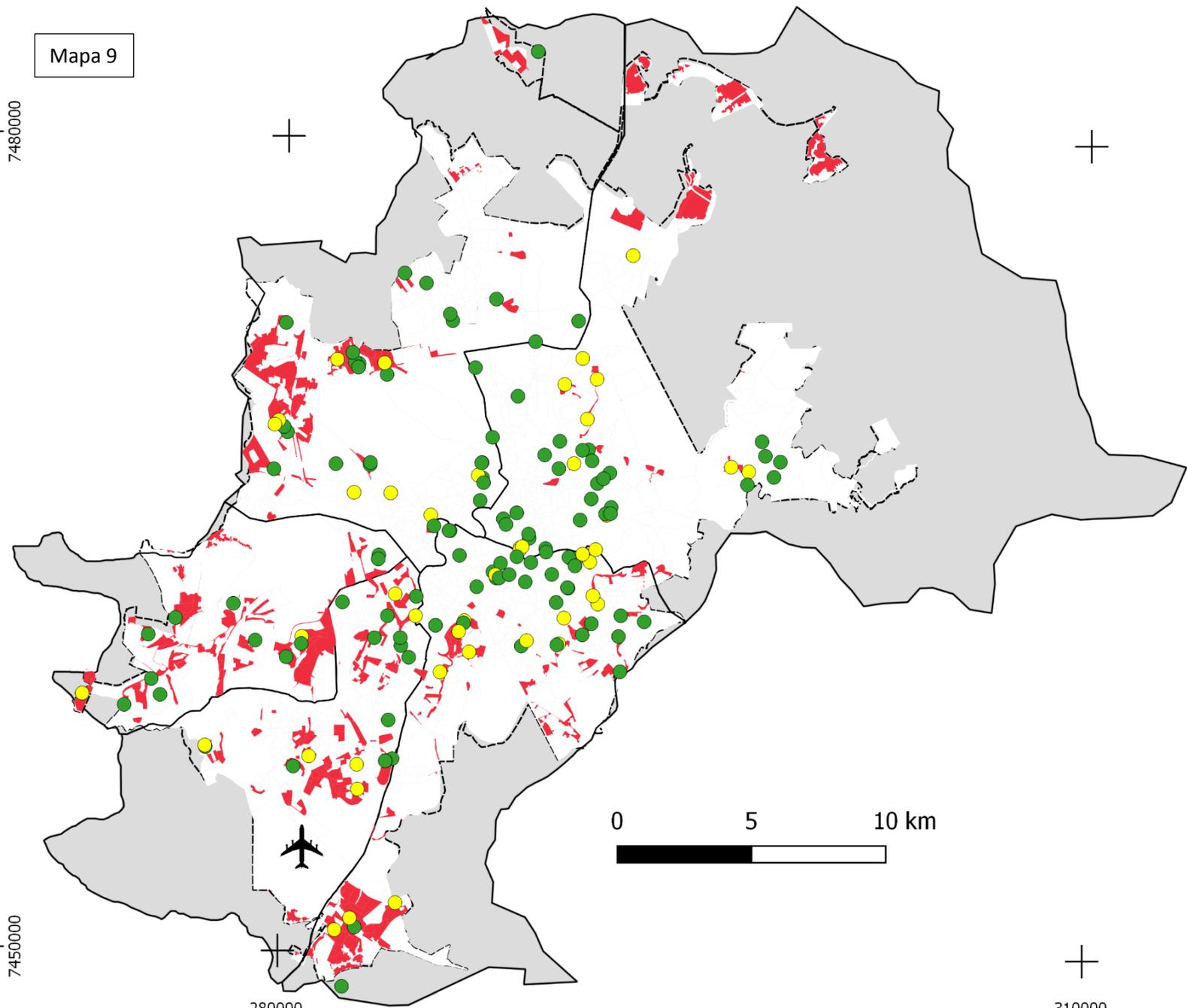
A Fundação FEAC atua hoje em parceria com 77 Organizações da Sociedade civil distribuídas em 125 unidades no município de Campinas, destacadas no Mapa 9. Estas 125 unidades somam 19.485 atendimentos diretos em Assistência Social e Educação - algumas delas executam exclusivamente um dos tipos de serviço, outras são mistas e executam ambos os serviços.

No Mapa 9 é possível observar toda a rede de OSCs parceiras e não parceiras da FEAC sobreposta aos territórios vulneráveis da cidade. Neste Mapa é possível observar que há grande centralização no número de OSCs na região central da cidade, distante das principais áreas de vulnerabilidade. Deve-se levar em conta, no entanto, que alguns dos serviços proporcionados não necessariamente precisam ser oferecidos de forma próxima aos usuários da rede. Todavia, espera-se que com

esse estudo OSCs que buscam a expansão, novas OSCs que desejam se instalar, ou mesmo gestores públicos que desejam formular políticas públicas a este respeito, tenham um referencial das principais áreas demandantes de cada política ao cruzarem os dados de vulnerabilidade e unidades de atendimento, exibidos no Mapa 9, os indicadores sóciodemográficos nos Mapas 3 a 6 e os dados pertinentes exibidos em cada uma das demandas específicas posteriores.

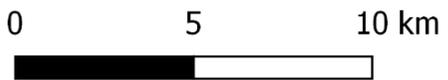
# Unidades executoras de assistência social e/ou educação parceiras e não parceiras da FEAC - 2017

Mapa 9



## Legenda

- Unidades executoras de Assistência Social e/ou educação 2017
  - Unidades não parceiras da FEAC
  - Unidades parceiras da FEAC
- Áreas vulneráveis
- Perímetro Urbano
- Regiões de Campinas
- Área Rural



Fonte: CENSO IBGE 2010 e Fundação FEAC  
Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



#### **4. Demandas da Assistência Social**

Com objetivo de produzir um documento focado em questões objetivas, o trabalho foi organizado em 10 demandas da assistência social escolhidas como foco. Desta forma, o propósito foi a realização de um diagnóstico detalhado sobre este conjunto objetivo de questões, que subsidie uma análise mais aprofundada de cada uma delas. A partir disso, espera-se que hajam ganhos para a Fundação FEAC na efetividade de aplicação de seus recursos no combate à vulnerabilidade social.

Os dados apresentados são detalhados a nível dos microterritórios da cidade e, onde possível, são feitas recomendações de cenários propositivos para colaborar e fornecer subsídios para a alocação de recursos pertinentes à política de assistência social de Campinas.

Partindo principalmente das informações disponíveis no CENSO 2010 e no Atlas de Desenvolvimento Humano, além de fontes complementares referenciadas, foram realizadas análises e sistematizações de dados para prover detalhamento às questões de assistência social foco do diagnóstico, aprofundando assim o conhecimento sobre estas questões.

Os produtos apresentados são: a análise territorial a nível dos microterritórios do município, a consideração das demandas para que a política de assistência social seja efetivamente levada àqueles que dela precisam e, por fim e onde foi possível, sugestões de cenários propositivos para a cobertura territorial dos serviços a partir da otimização dos recursos existentes e outros de situação ideal, que evidenciam o que seria necessário para complementar o atendimento de cada um dos serviços

identificados a toda a população vulnerável da cidade. Em pontos em que há oportunidade de maior detalhamento sobre a situação do município, são recomendadas ações de diagnósticos futuros.

A fundação FEAC, atuante há mais de 50 anos na área, ambiciona que este diagnóstico torne possível direcionar esforços futuros para potencializar suas ações e, também as de outros atores sociais que podem se beneficiar destas informações.

Ao propor este diagnóstico, a análise foi feita visando obter o maior nível de profundidade e especificidade em relação a cada uma das demandas a partir dos dados disponíveis. Nos casos específicos das demandas 8, 9 e 10, a indisponibilidade de dados relativos aos territórios tornou inviável uma análise das demandas de assistência a nível dos microterritórios. Portanto, estas

demandas estão quantificadas e analisadas apenas a nível municipal, com recomendações de diagnósticos futuros a serem desenvolvidos.

Para a obtenção de dados para este diagnóstico foram utilizados, além do CENSO 2010 e do Atlas do Desenvolvimento Humano, informações da Secretaria Municipal de Assistência Social e dados do Ministério do Desenvolvimento Social, detalhados nas demandas em que foram utilizados.

No CENSO 2010 foram coletadas principalmente informações e dados sobre as características socioeconômicas da população brasileira. Estes dados são detalhados a nível do que o IBGE, órgão responsável pela pesquisa, chama de setores censitários - subdivisões utilizadas para facilitar a operacionalização da pesquisa e posterior análise dos dados. Seguindo esta metodologia, o

IBGE utilizou no último CENSO 314.018 setores censitários em todo o Brasil, dos quais 1.749 estão em Campinas.

Outra fonte importante de extração de informações foi o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, um mapeamento de indicadores socioeconômicos de todo o Brasil, realizado em um esforço conjunto entre o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a Fundação João Pinheiro e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil engloba o Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios e também o Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas, trazendo mais de 200 indicadores socioeconômicos detalhado que se baseiam nas informações dos CENSOS nacionais.

Além destas duas fontes principais, foram utilizados os dados da Secretária Municipal de Assistência Social – SMASA/PMC e do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, detalhados nas demandas em que são utilizados.

Antes de apresentar as demandas de assistência social, é importante destacar também o que foi tratado como vulnerabilidade social neste diagnóstico. A definição de vulnerabilidade social pode ser lida no glossário do trabalho para facilitar a compreensão das demandas apresentadas a seguir.

A seguir, são então apresentadas e discutidas as Demandas de assistência social identificadas na cidade de Campinas.

#### **4.1 – Atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS (Fonte: CENSO IBGE 2010)**

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são as unidades físicas de atendimento em áreas de vulnerabilidade responsáveis pela oferta e organização de serviços de proteção social básica em um território. É através do atendimento no CRAS que a população tem acesso, por exemplo, ao cadastro e acompanhamento de programas de transferência de renda através do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, o PAIF, que faz parte da estrutura de proteção social básica. Em outras palavras, o CRAS é a porta de entrada pela qual a política de assistência social, de forma mais ampla, é levada a quem dela necessita. Além de ofertar estes serviços, é também função do CRAS atender e encaminhar a população em seu território para outras políticas sociais a

partir das demandas dos usuários. Desta forma, a disponibilidade ou indisponibilidade de um CRAS propriamente dimensionado e acessível em um território impacta significativamente no trabalho de proteção social.

Além dos CRAS, a política de assistência social de Campinas tem a peculiaridade de gerenciar o atendimento à população vulnerável através dos DAS (Distrito de Assistência Social), uma forma de organização própria do município e não tipificada na política nacional de assistência social - PNAS. Os DAS são órgãos gestores descentralizados que tem a função de coordenar a atuação dos CRAS e as demais ações de assistência social em cada uma das regiões da cidade - Norte, Sul, Leste, Noroeste, Sudoeste – e também atender e encaminhar a população atendida que excede a capacidade de atendimento nos CRAS aos serviços de assistência social pertinentes.

Segundo a última edição da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS 2012), cada um dos CRAS deve atender em sua área de até um máximo de 5.000 famílias referenciadas. Já o DAS, por não estar tipificado na política nacional de assistência social, não tem número mínimo e máximo de atendimentos dimensionado, que também não é considerado pela política municipal de assistência.

Em relação aos números, Campinas possui atualmente 12 CRAS e 5 DAS distribuídos em suas cinco regiões, conforme é possível observar no Mapa 10. Segundo o CENSO 2010 haviam, à época, aproximadamente 73.499 famílias em situação de vulnerabilidade no município, o que correspondia a 220.499 pessoas. Destas 73.499 famílias, 47.139 estavam nas áreas de cobertura dos CRAS destacadas nos Mapas 10

e 11 e distribuídas conforme a Tabela 4, estando o restante das famílias, 26.360, direcionado aos DAS para atendimento.

Ao analisarmos a distância dos DAS que atendem as famílias fora da área de cobertura do CRAS, observamos no Mapa 12 que o tempo de deslocamento para atendimento pode chegar a um máximo de 152 minutos. Além do problema do tempo, este deslocamento gera um custo com que a família vulnerável muitas vezes não pode arcar, fato que se agrava quando observado que Campinas tem tarifas de transporte público dentre as maiores de todo o país. Tanto o tempo de deslocamento quanto o custo de transporte são impedimentos para o atendimento da população.

Além das áreas de cobertura não atendidas pelos CRAS, detalhadas no Mapa 10, há ainda questões

relacionadas ao dimensionamento de sua capacidade de atendimento. No Mapa 11, pode-se observar que enquanto alguns CRAS têm demanda potencial - lembrando que o termo demanda potencial se refere a famílias que poderiam necessitar de atendimento e não necessariamente àquelas que estão sendo efetivamente atendidas - que excede sua capacidade de atendimento determinada por lei – 5.000 famílias -, outros estão subdimensionados e atendem regiões onde não há demanda potencial para ocupar sua capacidade máxima. Estes CRAS subdimensionados não seriam um problema em áreas onde a população vulnerável é plenamente atendida. No entanto, e conforme exposto anteriormente, a cobertura dos CRAS e dos DAS não é atualmente integral e, desta forma, a disposição e a área de cobertura atuais

destes pode indicar oportunidades de melhoria em relação à distribuição da capacidade.

Atualmente, a população sob área de cobertura dos 12 CRAS de Campinas representa cerca de 64,1% da demanda potencial de atendimento deste serviço. Em um exercício propositivo, nos Mapas 13 a 16 foram feitas modificações na área de atendimento ou localização dos CRAS atuais, levando em conta as restrições dos critérios de economicidade e conformidade legal da política pública de assistência social, colocados pela constituição federal e detalhados no glossário deste diagnóstico.

Sem adicionar novas unidades de atendimento, na proposta dos Mapas 13 e 14 seria possível ampliar a área de cobertura dos CRAS para 73,1%, ou seja, 53.728 famílias distribuídas conforme a Tabela 5. Este número está mais próximo de 60.000, que seria o número de saturação de

atendimento com os 12 CRAS atuais – 12 CRAS x 5.000 Famílias em cada – e, portanto, representa uma melhora de 6.589 famílias atendidas sem expandir a estrutura existente. No entanto, é possível observar na tabela 4 que há CRAS no município que atendem um número superior de famílias do que os 5.000, que são considerados o máximo possível de famílias atendidas por um único CRAS. No Jd. Campo Belo, segundo os dados o pior caso, está disponível um CRAS em uma área de atendimento que abrange 7.867 famílias.

Para chegar a estes números, seria necessário que os CRAS Anhumas e o CRAS Flamboyant, hoje atendendo abaixo da capacidade máxima, fossem convertidos em um único CRAS, com área de cobertura ligeiramente ampliada para atender à população vulnerável do território. Além disso, respeitando a capacidade do CRAS tipificada por lei,

a capacidade excedente proveniente da unificação destes dois CRAS poderia ser deslocada para a criação de um novo CRAS na região do Jardim São Fernando, hoje distante do atendimento dos DAS e da cobertura de outros CRAS. Este CRAS que seria criado no Jardim São Fernando já nasceria com demanda potencial próxima da saturação de 5.000 famílias referenciadas. Por fim, os CRAS Vila Reggio e São Luís precisariam de uma pequena ampliação da área de atendimento, que seria responsável por uma grande ampliação no número de pessoas cobertas.

Neste cenário, apesar de melhorado, cerca de 19 mil famílias continuariam sob supervisão dos DAS, muitas vezes ainda distantes do território em que residem.

Em um segundo exercício propositivo, exposto no Mapa 16, é feita uma proposta sobre um cenário que se consideraria ideal em relação ao atendimento dos CRAS do

município de Campinas. Para tanto, são ainda considerados os critérios de economicidade e disposição territorial, mas seriam necessários novos investimentos para atendimento. Com a criação dos 8 novos CRAS, destacados no Mapa 16, a cidade chegaria a um total de 20 CRAS para atendimento da população dentro dos territórios vulneráveis. Com estes novos CRAS, seria possível chegar a um total de 68.294 famílias atendidas pelos CRAS físicos, ou 93% das famílias em situação de vulnerabilidade, estando o restante atendido por uma equipe volante.

Devido ao critério de economicidade, não seria considerado viável construir novos CRAS em áreas rurais, em áreas onde haveria demasiada subutilização do serviço ou então em “ilhas”, áreas isoladas como as destacadas na região do Centro e do Jardim Eulina, distantes do atendimento de CRAS físicos. Por esse motivo, para chegar

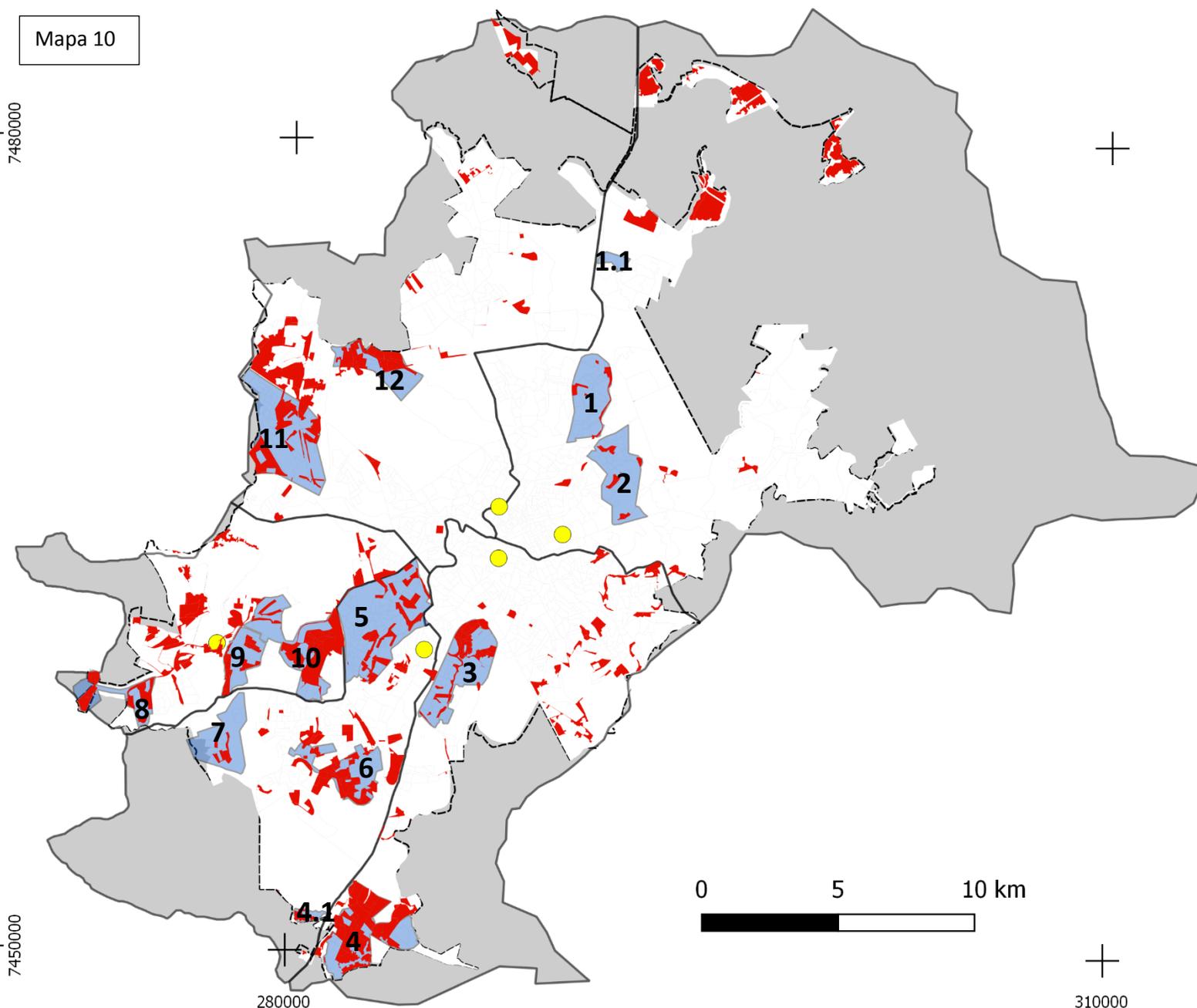
aos 100% de cobertura, sugere-se que as áreas distantes, ainda fora da área de cobertura neste cenário, sejam atendidas por uma equipe volante, uma atuação que leva as equipes e serviços até populações isoladas. Por fim, para a criação destes novos CRAS e aumento da área de cobertura, os CRAS Campo Belo, Bandeiras e Nelson Mandela, foram desmembrados para distribuir sua capacidade no território e aumentar a área de cobertura.

Na Tabela 6, é possível observar a nova distribuição proposta das famílias sob a área de cobertura dos CRAS em um cenário que se consideraria ideal, com o atendimento distribuído conforme a Tabela 6. Em casos como os do CRAS Villa Régio e Nelson Mandela, onde há 109 e 19 famílias, respectivamente, que excedem a capacidade de atendimento dos CRAS, sugere-se que a demanda excedente seja atendida pela equipe volante, já que a

criação de novos CRAS físicos para o atendimento não respeitaria os critérios de economicidade.

# Áreas de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS de Campinas (cenário atual) - 2017

Mapa 10



## Legenda

- Distrito de Assistência Social - DAS
- Área de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
- Áreas vulneráveis
- Regiões de Campinas
- Perímetro Urbano
- Área Rural

## Nomes dos CRAS

- 1 – CRAS Anhumas
- 1.1 – CRAS Anhumas – extensão
- 2 – CRAS Flamboyant
- 3 – CRAS Bandeiras
- 4 – CRAS Campo Belo
- 4.1 – CRAS Campo Belo - extensão
- 5 – CRAS Campos Elíseos
- 6 – CRAS Nelson Mandela
- 7 – CRAS Novo Tempo
- 8 – CRAS São Luís
- 9 – CRAS Florence
- 10 – CRAS Satélite Iris
- 11 – CRAS Vila Réggio
- 12 – CRAS Espaço Esperança

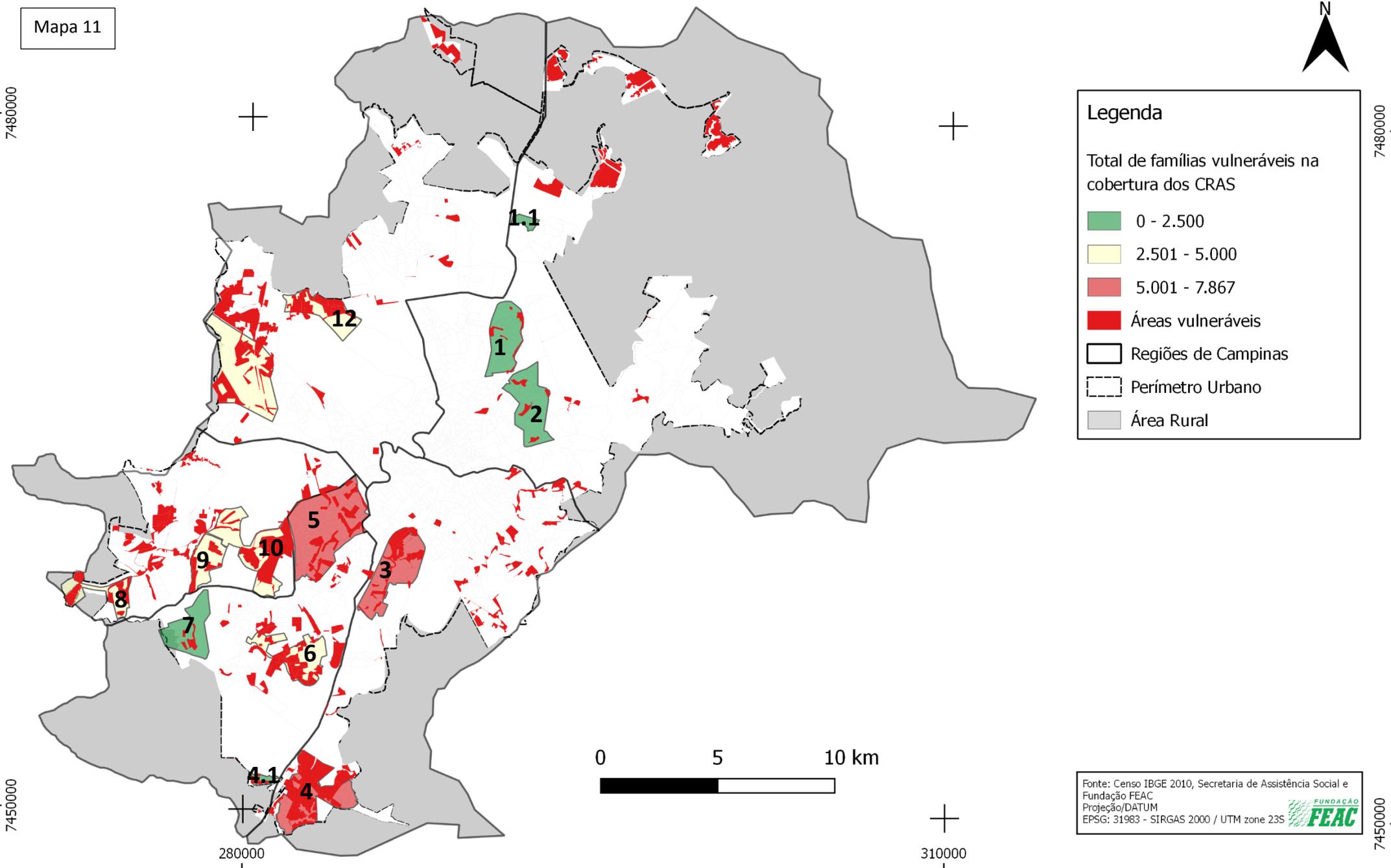
Fonte: Censo IBGE 2010, Secretaria de Assistência Social e Segurança Alimentar  
Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



7450000

# Distribuição das famílias vulneráveis nas áreas de abrangência dos CRAS de Campinas (cenário atual) - 2017

Mapa 11



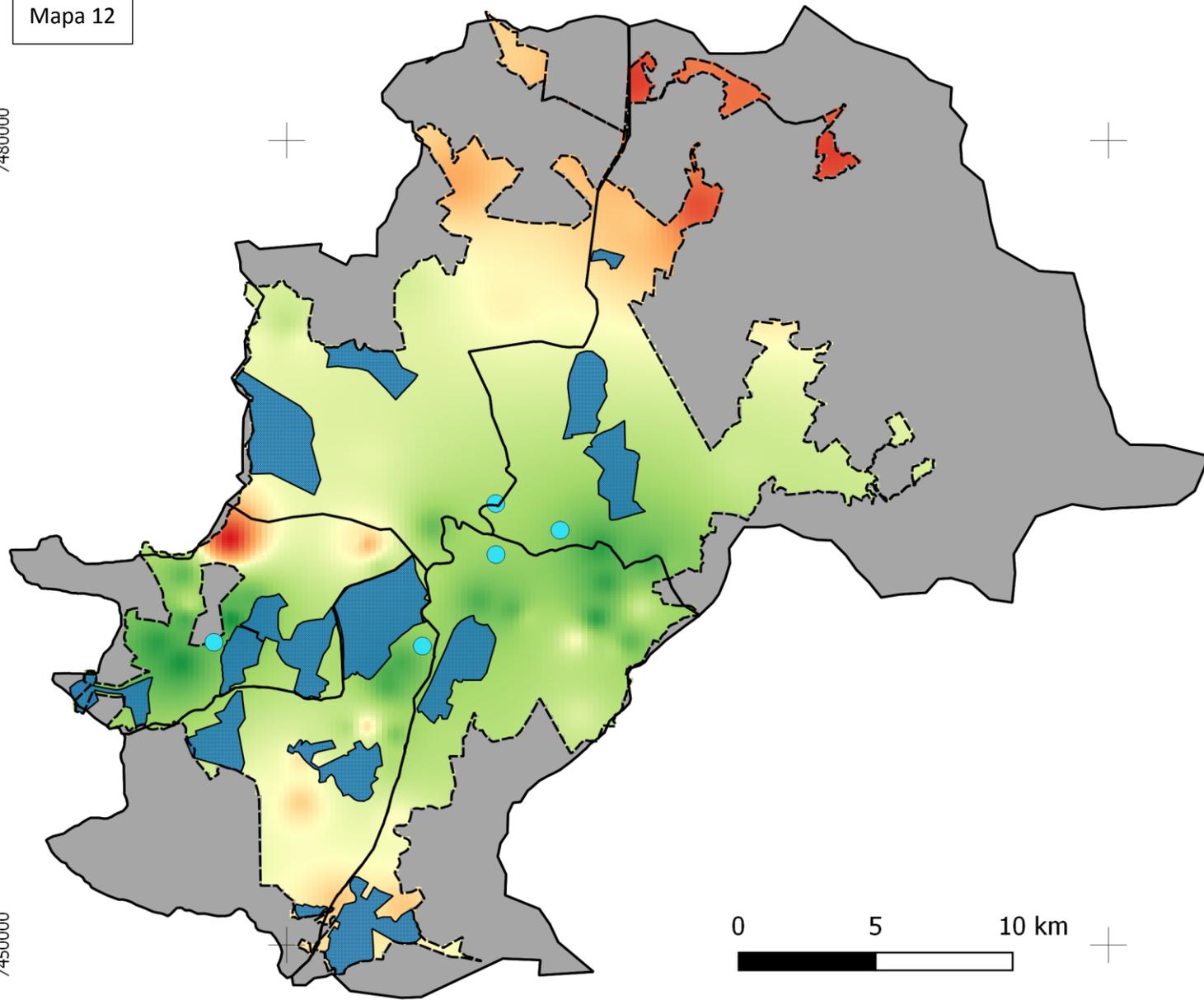
**Tabela 4: Total de famílias em situação de vulnerabilidade no território de abrangência dos CRAS de Campinas (cenário atual) - 2017**

<b>Centro de Referência de Assistência Social</b>	<b>Total de famílias no território de abrangência do CRAS</b>
1 - CRAS Recanto Anhumas	1.198
1.1 - CRAS Recanto Anhumas - extensão	-
2 - CRAS Flamboyant	1.919
3 - CRAS Bandeiras	5.794
4 - CRAS Campo Belo	7.867
4.1 - CRAS Campo Belo - extensão	253
5 - CRAS Campos Elíseos	5.656
6 - CRAS Nelson Mandela	4.938
7 - CRAS Novo Tempo	1.550
8 - CRAS São Luís	2.969
9 - CRAS Florence	2.564
10 - CRAS Satelite Iris	3.551
11 - CRAS Vila Réggio	4.089
12 - CRAS Espaço Esperança	4.791
<b>Total</b>	<b>47.139</b>

Fonte: CENSO IBGE 2010 e Fundação FEAC

# Tempo de Deslocamento aos Distritos de Assistência Social de Campinas (cenário atual) - 2017

Mapa 12



**Legenda**

Tempo de Deslocamento ao DAS

- 1 - 15 minutos
- 16 - 30 minutos
- 31 - 45 minutos
- 46 - 60 minutos
- 61 - 100 minutos

● Distrito de Assitência Social

■ Áreas dos CRAS (cenário atual)

□ Regiões de Campinas

⋯ Perímetro urbano

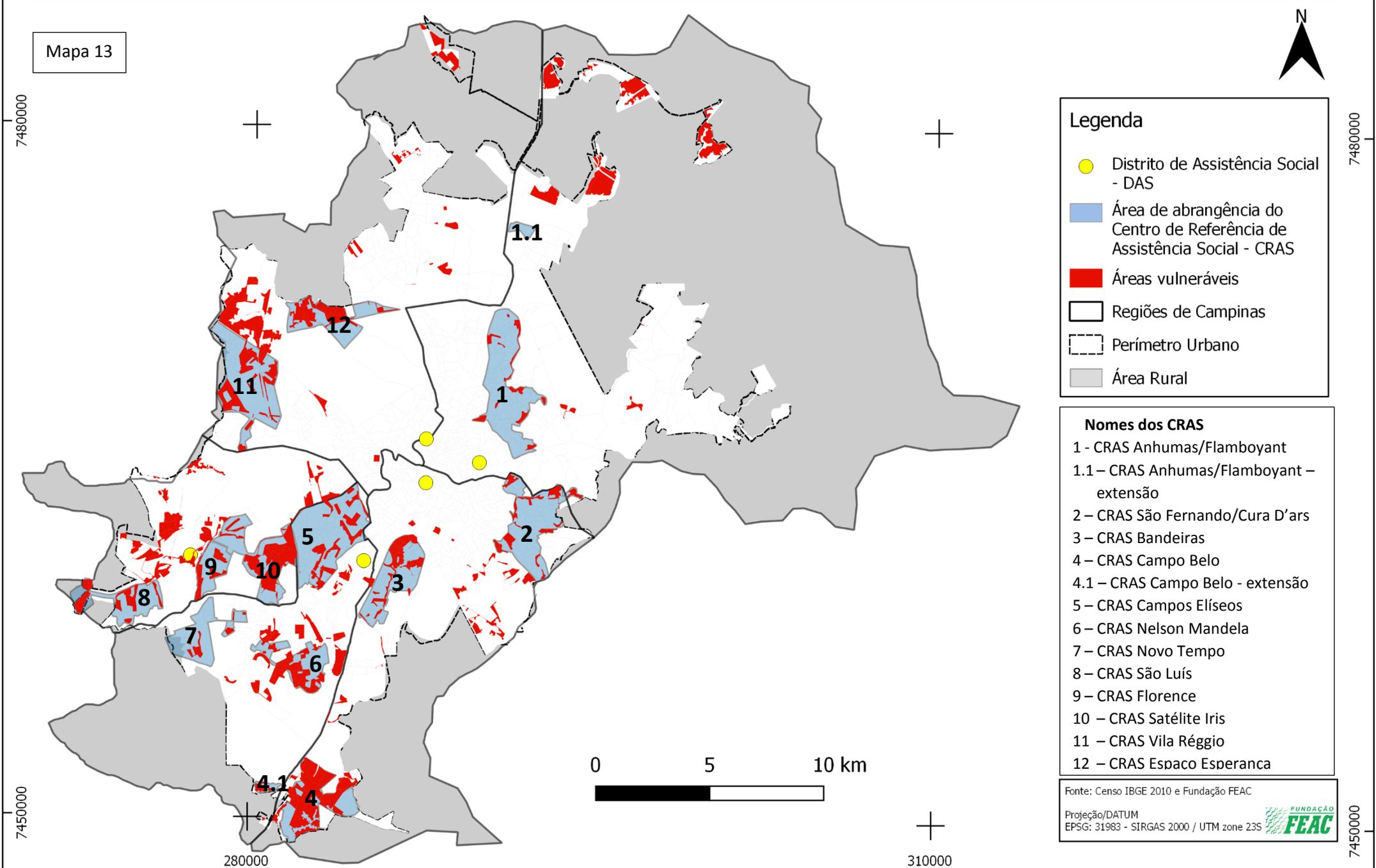
■ Área rural

Fonte: Censo IBGE 2010, Secretaria de Assistência Social e Segurança Alimentar e Fundação FEAC  
Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



# Áreas de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS de Campinas (cenário ótimo) - 2017

Mapa 13



**Legenda**

- Distrito de Assistência Social - DAS
- Área de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
- Áreas vulneráveis
- Regiões de Campinas
- Perímetro Urbano
- Área Rural

- Nomes dos CRAS**
- 1 - CRAS Anhumas/Flamboyant
  - 1.1 - CRAS Anhumas/Flamboyant - extensão
  - 2 - CRAS São Fernando/Cura D'ars
  - 3 - CRAS Bandeiras
  - 4 - CRAS Campo Belo
  - 4.1 - CRAS Campo Belo - extensão
  - 5 - CRAS Campos Elíseos
  - 6 - CRAS Nelson Mandela
  - 7 - CRAS Novo Tempo
  - 8 - CRAS São Luís
  - 9 - CRAS Florence
  - 10 - CRAS Satélite Iris
  - 11 - CRAS Vila Réggio
  - 12 - CRAS Espaço Esperança

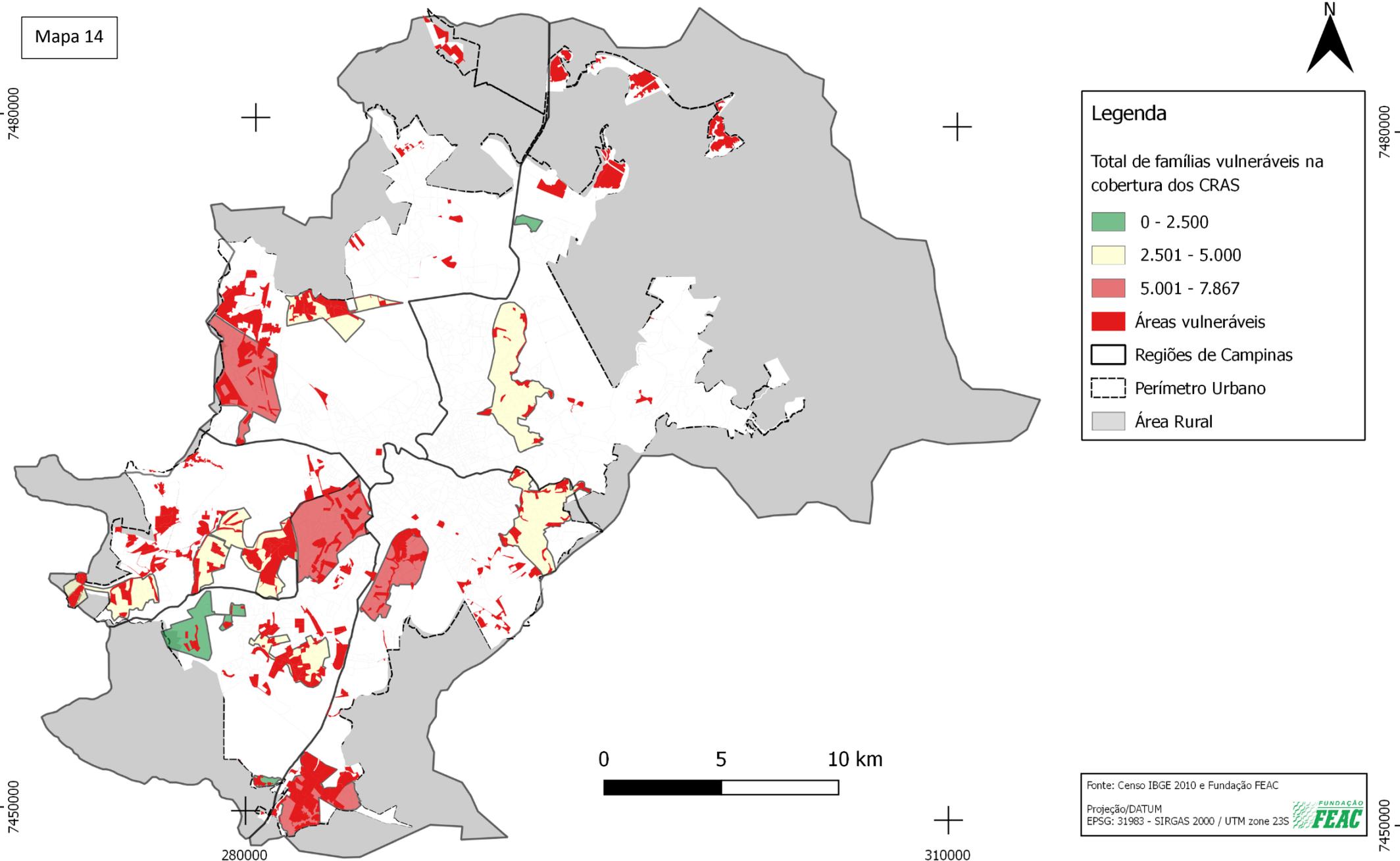
Fonte: Censo IBGE 2010 e Fundação FEAC

Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



# Distribuição das famílias vulneráveis nas áreas de abrangência dos CRAS de Campinas (cenário ótimo) - 2017

Mapa 14



## Legenda

Total de famílias vulneráveis na cobertura dos CRAS

- 0 - 2.500
- 2.501 - 5.000
- 5.001 - 7.867
- Áreas vulneráveis
- Regiões de Campinas
- Perímetro Urbano
- Área Rural

Fonte: Censo IBGE 2010 e Fundação FEAC

Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



7450000

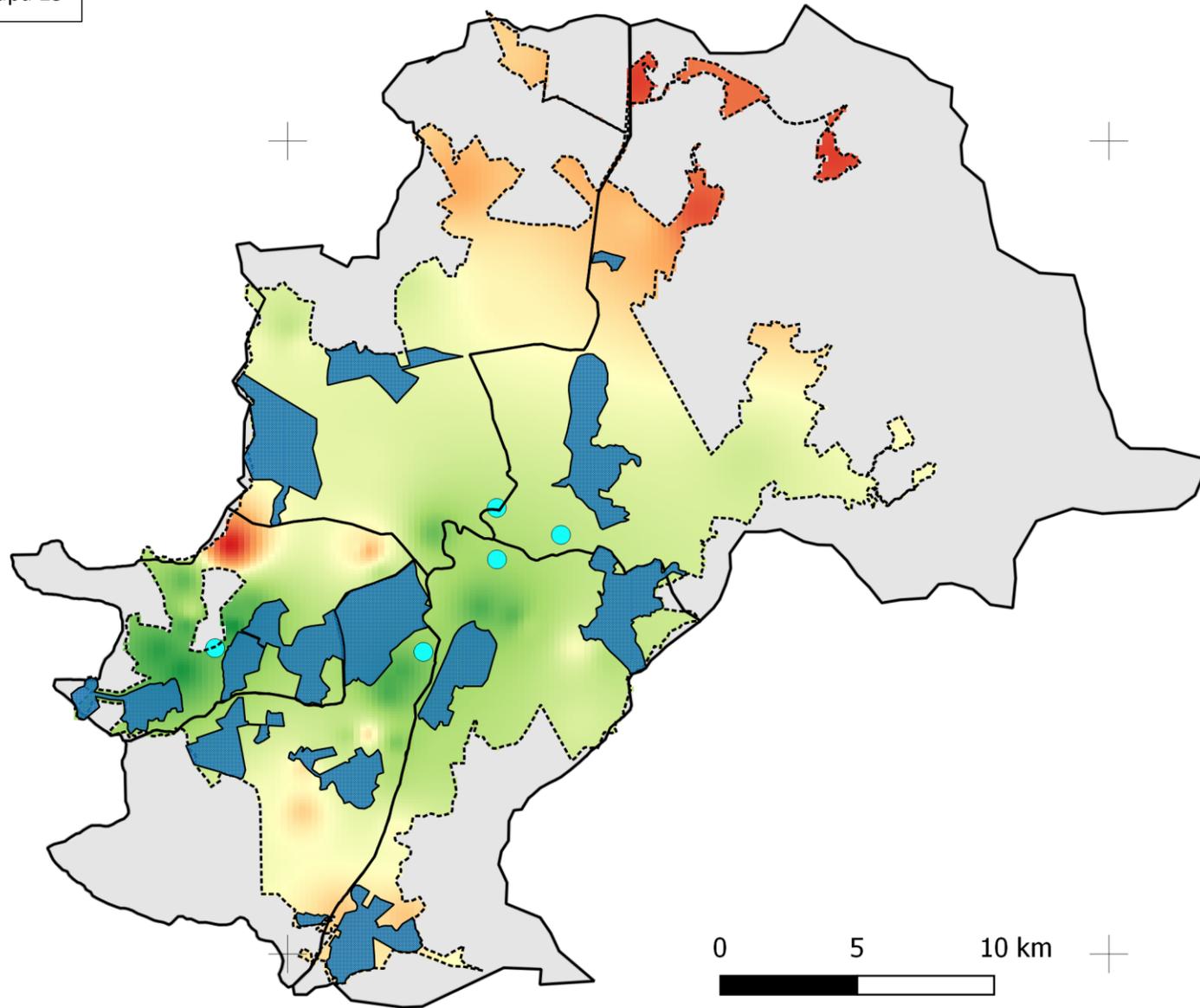
**Tabela 5: Total de famílias em situação de vulnerabilidade no território de abrangência dos CRAS de Campinas (cenário otimizado)**

<b>Centro de Referência de Assistência Social</b>	<b>Total de famílias no território de abrangência do CRAS</b>
1 - CRAS Anhumas/Flamboyant	3.351
1.1 - CRAS Anhumas/Flamboyant - extensão	-
2 - CRAS São Fernando/Cura D'ars	4.385
3 - CRAS Bandeiras	5.794
4 - CRAS Campo Belo	7.867
4.1 - CRAS Campo Belo - extensão	253
5 - CRAS Campos Elíseos	5.656
6 - CRAS Nelson Mandela	4.938
7 - CRAS Novo Tempo	2.063
8 - CRAS São Luís	3.401
9 - CRAS Florence	2.564
10 - CRAS Satélite Iris	3.551
11 - CRAS Vila Réggio	5.109
12 - CRAS Espaço Esperança	4.799
<b>Total</b>	<b>53.731</b>

Fonte: CENSO IBGE 2010 e Fundação FEAC

# Tempo de Deslocamento aos Distritos de Assistência Social de Campinas (cenário ótimo) - 2017

Mapa 15



## Legenda

Tempo de Deslocamento ao DAS

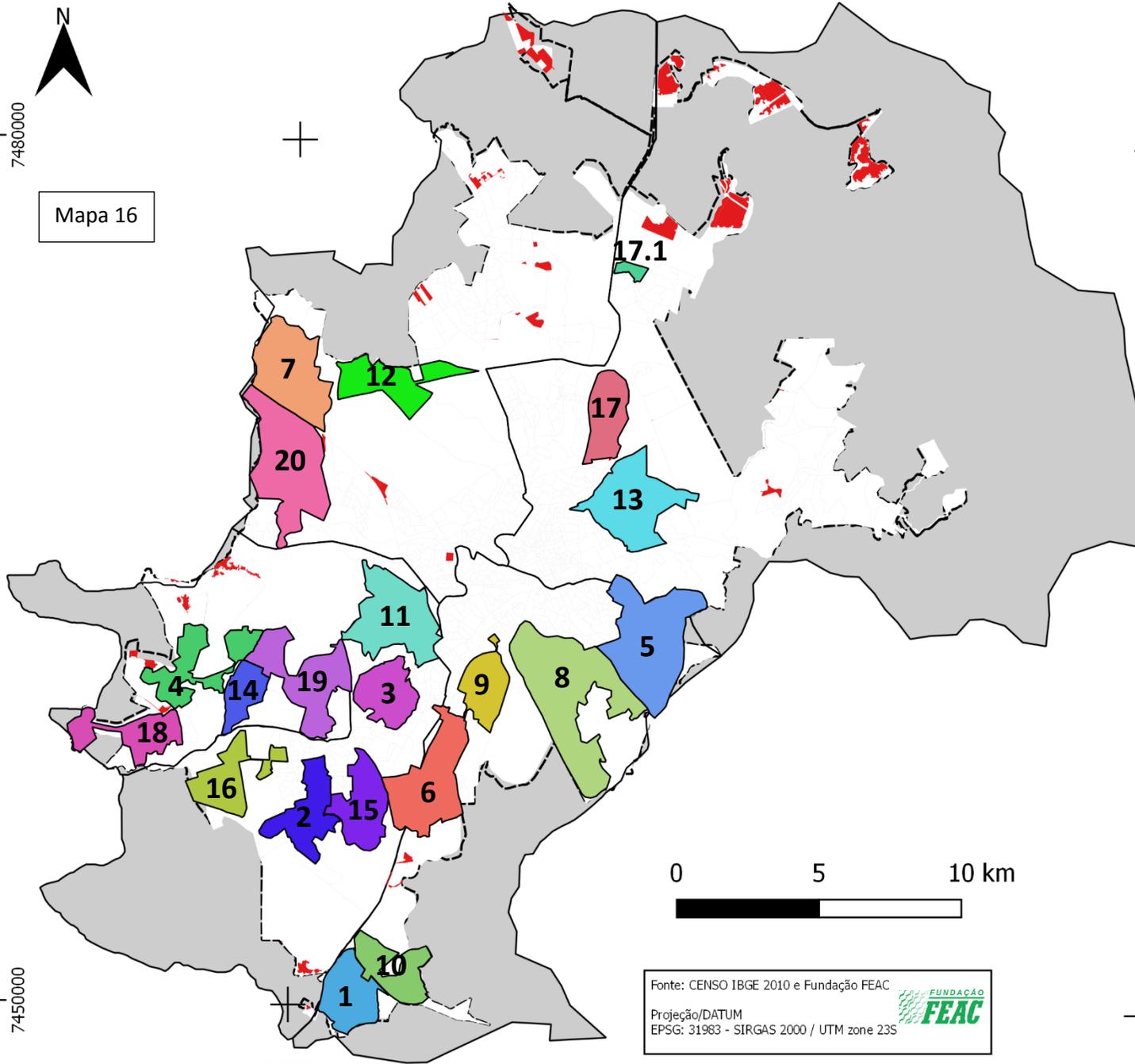
- 1 - 15 minutos
- 16 - 30 minutos
- 31 - 45 minutos
- 46 - 60 minutos
- 61 - 100 minutos
- Distrito de Assistência Social
- Áreas dos CRAS (cenário atual)
- Regiões de Campinas
- Perímetro Urbano
- Área rural de Campinas

Fonte: Censo IBGE 2010 e Fundação FEAC

Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



# Áreas de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS de Campinas (Cenário ideal) - 2017



Mapa 16

## Legenda

### Nomes dos CRAS

- 1 - CRAS Jd. Itaguaçu\*
- 2 - CRAS Jd. Santa Lúcia\*
- 3 - CRAS Jd. São Pedro de Viracopos\*
- 4 - CRAS Nova Esperança\*
- 5 - CRAS San Martin\*
- 6 - CRAS São Fernando\*
- 7 - CRAS São José/Itatinga\*
- 8 - CRAS Vila Formosa\*
- 9 - CRAS Bandeiras
- 10 - CRAS Campo Belo
- 11 - CRAS Campos Elíseos
- 12 - CRAS Espaço Esperança
- 13 - CRAS Flamboyant
- 14 - CRAS Florence
- 15 - CRAS Nelson Mandela
- 16 - CRAS Novo Tempo
- 17 - CRAS Recanto Anhumas
- 17.1 - CRAS Recanto Anhumas extensão
- 18 - CRAS São Luis
- 19 - CRAS Satélite Íris
- 20 - CRAS Vila Reggio
- Áreas vulneráveis atendidas pela equipe volante
- Divisão territorial
- Perímetro urbano
- Área Rural

Fonte: CENSO IBGE 2010 e Fundação FEAC  
 Projeção/DATUM  
 EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



\* Novos CRAS

**Tabela 6: Total de famílias em situação de vulnerabilidade no território de abrangência dos CRAS de Campinas (cenário ideal)**

<b>Centro de Referência de Assistência Social</b>	<b>Total de famílias no território de abrangência</b>
1 - CRAS Jd. Itaguaçu	4.183
2 - CRAS Jd. São Pedro de Viracopos	4.072
3 - CRAS Jd. Santa Lúcia	3.696
4 - CRAS Nova Esperança	4.799
5 - CRAS São Fernando	3.728
6 - CRAS São José/Itatinga	2.988
7 - CRAS San Martin	1.413
8 - CRAS Vila Formosa	1.266
9 - CRAS Bandeiras	4.492
10 - CRAS Campo Belo	4.662
11 - CRAS Campos Elíseos	4.465
12 - CRAS Espaço Esperança	3.616
13 - CRAS Flamboyant	2.153
14 - CRAS Florence	2.564
15 - CRAS Nelson Mandela	5.019
16 - CRAS Novo Tempo	2.063
17 - CRAS Recanto Anhumas	1.198
17.1 - CRAS Recanto Anhumas extensão	-
18 - CRAS São Luís	3.401
19 - CRAS Satélite Iris	3.929
20 - CRAS Vila Reggio	5.109
CRAS Volante	4.683
<b>Total</b>	<b>73.299</b>

Fonte: CENSO IBGE 2010 e Fundação FEAC

#### **4.2 – Oferta Geral dos Serviços da Proteção Social Básica – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) (Fonte: Secretaria de Assistência Social e Segurança Alimentar de Campinas/ Prefeitura Municipal de Campinas – SMASA/PMC)**

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço de proteção social básica de caráter preventivo ao agravamento da vulnerabilidade social. Sua atuação é focada principalmente: na prevenção de situações de risco social e atuação complementar aos CRAS no desenvolvimento de comunidades e na defesa de direitos e acesso a serviços. Os SCFV são divididos de acordo com faixas etárias para atuar sobre necessidades específicas de cada público. No município de Campinas, há também os SCFV estabelecidos como CCII (Centro de convivência inclusivo e Inter geracional), para o atendimento ao público em geral. Segundo a Política

Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 – os SCFVs devem estar localizados em áreas de vulnerabilidade social e oferecer serviços de fomento à convivência comunitária. Para isso, devem estar próximos à sua demanda e levar essa política de assistência social a quem dela precisa.

Os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFVs) podem ser oferecidos tanto pela rede pública quanto em um modelo de parceria, onde as próprias OSCs atuam como SCFVs. Em Campinas, atualmente, o modelo vigente é justamente este de parceria com as OSCs para a oferta dos serviços.

Em 2017, haviam na cidade 99 SCFVs, sendo 57 para crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos e 42 CCII. Destes, apenas uma unidade era oferecida pela rede pública e todas as outras eram OSCs parceiras. Estas chamadas “unidades executoras da proteção social básica”

estão localizadas conforme o Mapa 17 e as unidades executoras deste serviço que atuam em parceria com a fundação FEAC são destacadas em verde. Em relação ao número de pessoas atendidas, a média era de 155 crianças e jovens por unidade de 6 a 14 anos e 175 pessoas por unidade nos SCFV - CCII. O total de vagas de proteção básica disponíveis nos dois tipos de SCFV destacados é demonstrado no Mapa 18 e, considerando um raio de atendimento de 1,5km de cada unidade, onde os atendidos não precisam realizar deslocamento significativo para chegar aos pontos de serviço, a área de cobertura total da rede de SCFVs é exibida no Mapa 19. Estes mesmos dados são exibidos de forma específica para os SCFV – 06 a 14 anos no Mapa 22 e para os SCFV – CCII no Mapa 25.

Os dados específicos para cada um dos tipos de atendimento são detalhados nas demandas 4.3, 4.4 e, no

caso das pessoas com deficiência (PCDs), na demanda 4.7. Em geral, no entanto, ao observarmos os Mapas 17, 18 e 19, é possível constatar que há áreas de vulnerabilidade que não estão na área de cobertura da rede de assistência social dos SCFVs em nenhum dos casos. Ademais, e especificamente no Mapa 18, vê-se que há grandes áreas vulneráveis bastante populosas cobertas territorialmente pelo serviço, mas com capacidade de atendimento bastante reduzida, e outras ainda que estão descobertas.

Se observados os dados gerais da cidade de Campinas, havia, em 2010, uma população vulnerável de 220.499 pessoas e, multiplicando a média de atendimentos por unidade dos SCFVs pelo número de unidades havia, em 2017, uma capacidade para atender 16.185 pessoas, ou seja, 7,65% do total da população em situação de vulnerabilidade, relativa a 2010, número que se infere que

tenha aumentado em 2017 devido à crise enfrentada pelo país na última década - a ser observado no CENSO 2020.

Como proposta para integralidade da abrangência do serviço, no Mapa 20 é proposto um cenário que se consideraria ideal em relação à cobertura territorial dos SCFVs do município. Para chegar a este cenário, onde há 100% de cobertura, seria necessário o investimento em unidades adicionais, alocadas segundo o Mapa 20.

Mesmo havendo cobertura territorial integral em um cenário de disposição ideal de unidades, o número de metas ofertado pelas atuais unidades precisaria ser ampliado para chegar à integralidade de atendimento à população vulnerável do município. Para chegar à integralidade de cobertura da demanda potencial pelo serviço, precisariam ser adicionadas 204.312 metas de atendimento distribuídas pelas unidades do município -

lembrando que esta estimativa diz respeito a uma demanda potencial de atendimento e não necessariamente representa a totalidade da demanda real. Os números de metas necessários para alcançar percentuais mais altos de atendimento de forma gradual são detalhados na Tabela 7. A alocação destas vagas poderia ter uma primeira orientação a partir de um cruzamento de dados dos Mapas 8, 18 e 20.

Por fim, observa-se que este cenário, não foram considerados pequenos vilarejos e fazendas com demanda para atendimento que estão nas áreas rurais de Campinas, por estarem fora do limite urbano.

**Tabela 7: Cenários de percentuais de atendimento no SCFV e números de metas adicionais necessárias**

---

**Número de metas adicionais necessárias para atingir % específicos de Atendimento - 2017**

---

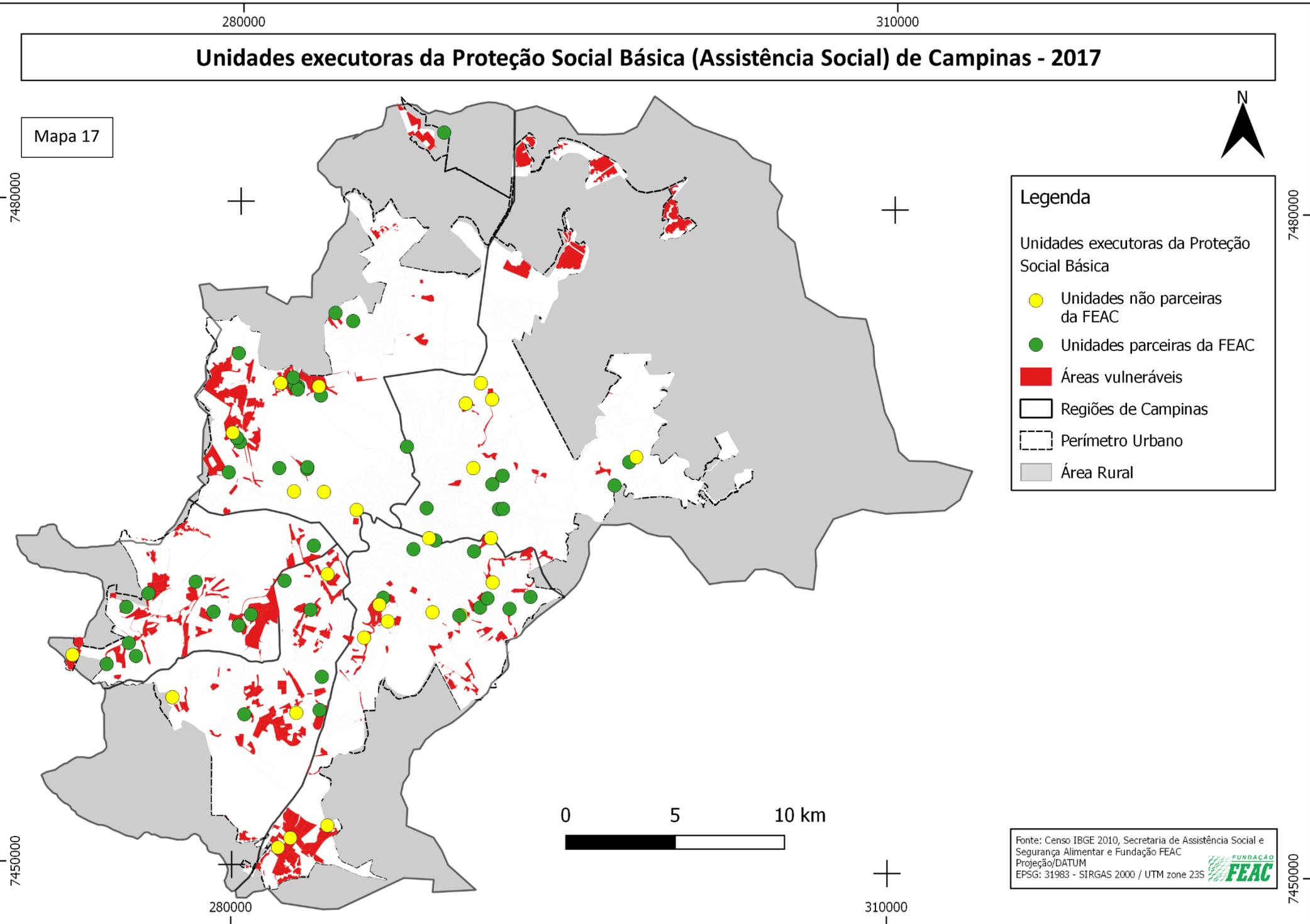
<b>Cenários</b>	<b>Número de metas adicionais</b>
10% de Atendimento	5.865
20% de Atendimento	27.915
30% de Atendimento	49.965

---

Fonte: CENSO IBGE 2010 e Fundação FEAC, 2017

# Unidades executoras da Proteção Social Básica (Assistência Social) de Campinas - 2017

Mapa 17



**Legenda**

Unidades executoras da Proteção Social Básica

- Unidades não parceiras da FEAC
- Unidades parceiras da FEAC
- Áreas vulneráveis
- Regiões de Campinas
- ⋯ Perímetro Urbano
- Área Rural

Fonte: Censo IBGE 2010, Secretaria de Assistência Social e Segurança Alimentar e Fundação FEAC  
Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



280000

310000

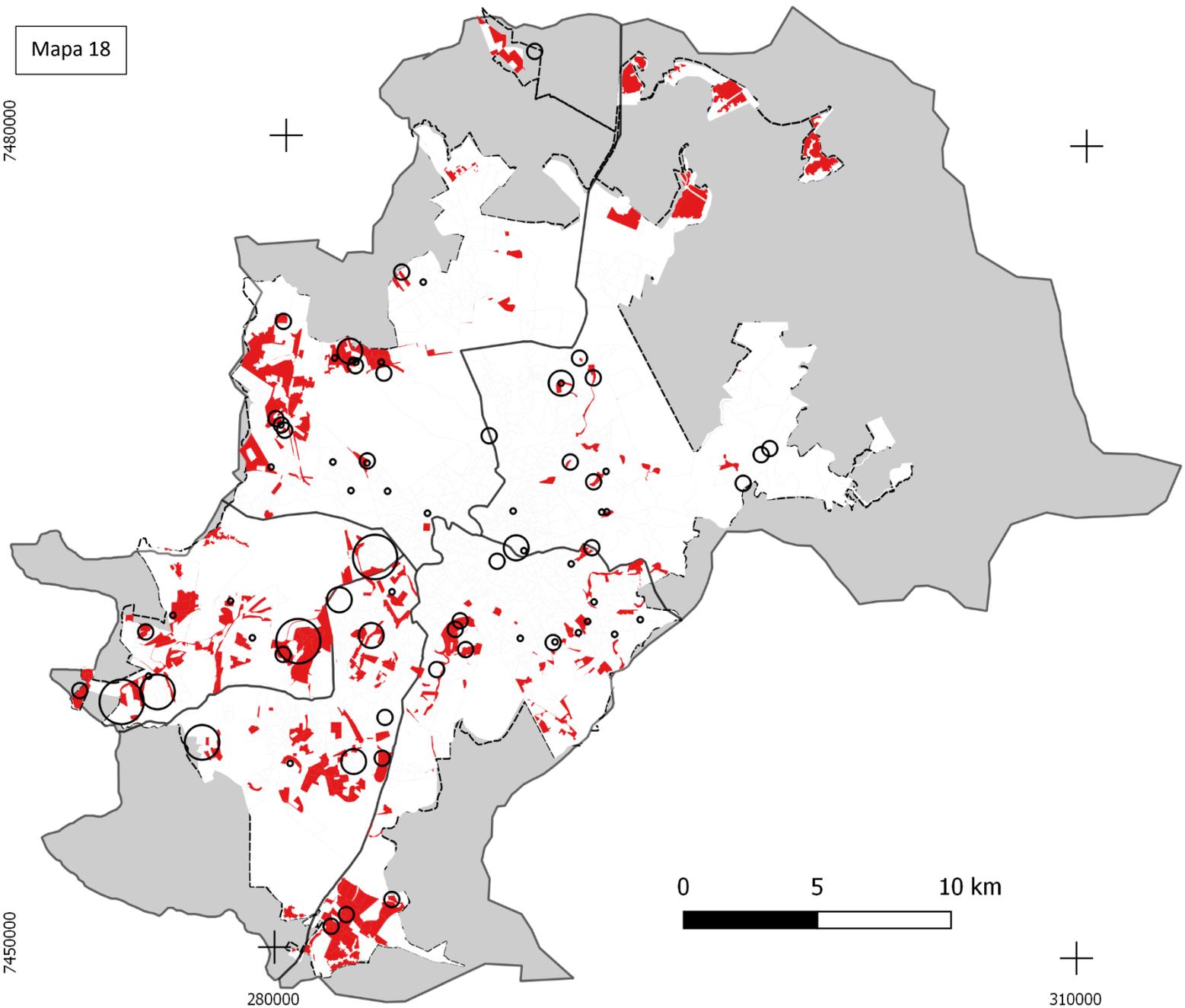
# Oferta da Proteção Social Básica (SCFV 06 a 14 anos e CCII) de Campinas - 2017

Mapa 18



7480000

7480000



**Legenda**

Total de metas da Proteção Social Básica

- 60 - 150
- 151 - 300
- 301 - 450
- 451 - 600
- 601 - 870

- Áreas vulneráveis
- Regiões de Campinas
- Perímetro Urbano
- Área Rural

7450000

7450000

280000

310000



Fonte: Censo IBGE 2010, Secretaria de Assistência Social e Segurança Alimentar e Fundação FEAC  
 Projeção/DATUM  
 EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



280000 310000

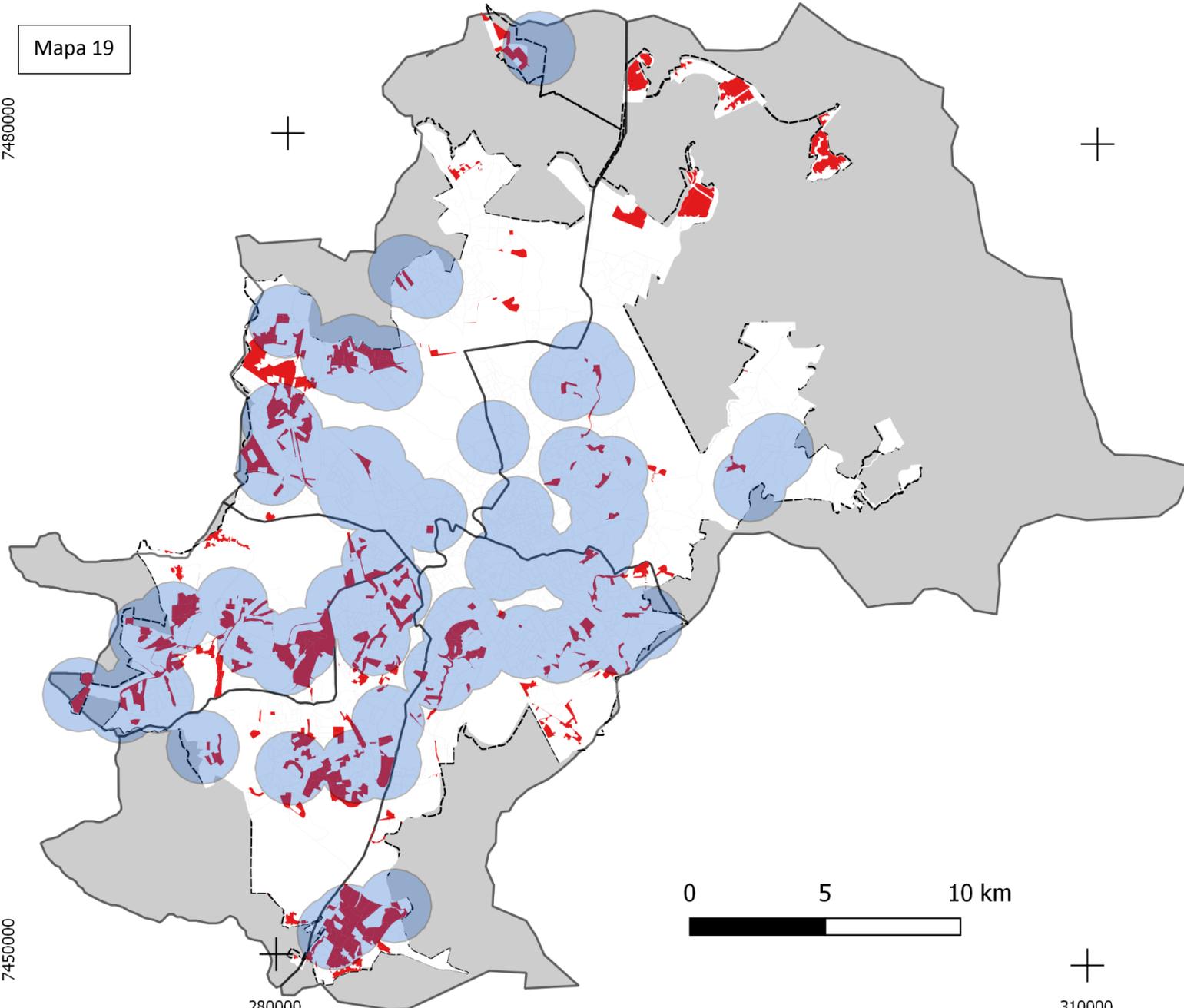
# Área de abrangência da Proteção Social Básica de Campinas (cenário atual) - 2017

Mapa 19



## Legenda

- Área de abrangência de atendimento da Proteção Social Básica (SCFV 06 a 14 anos e CCII)  
**Raio 1,5 km**
- Áreas vulneráveis
- Regiões de Campinas
- Perímetro Urbano
- Área Rural



0 5 10 km



Fonte: Censo IBGE 2010, Secretaria de Assistência Social e Segurança Alimentar e Fundação FEAC  
Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



7480000

7480000

7450000

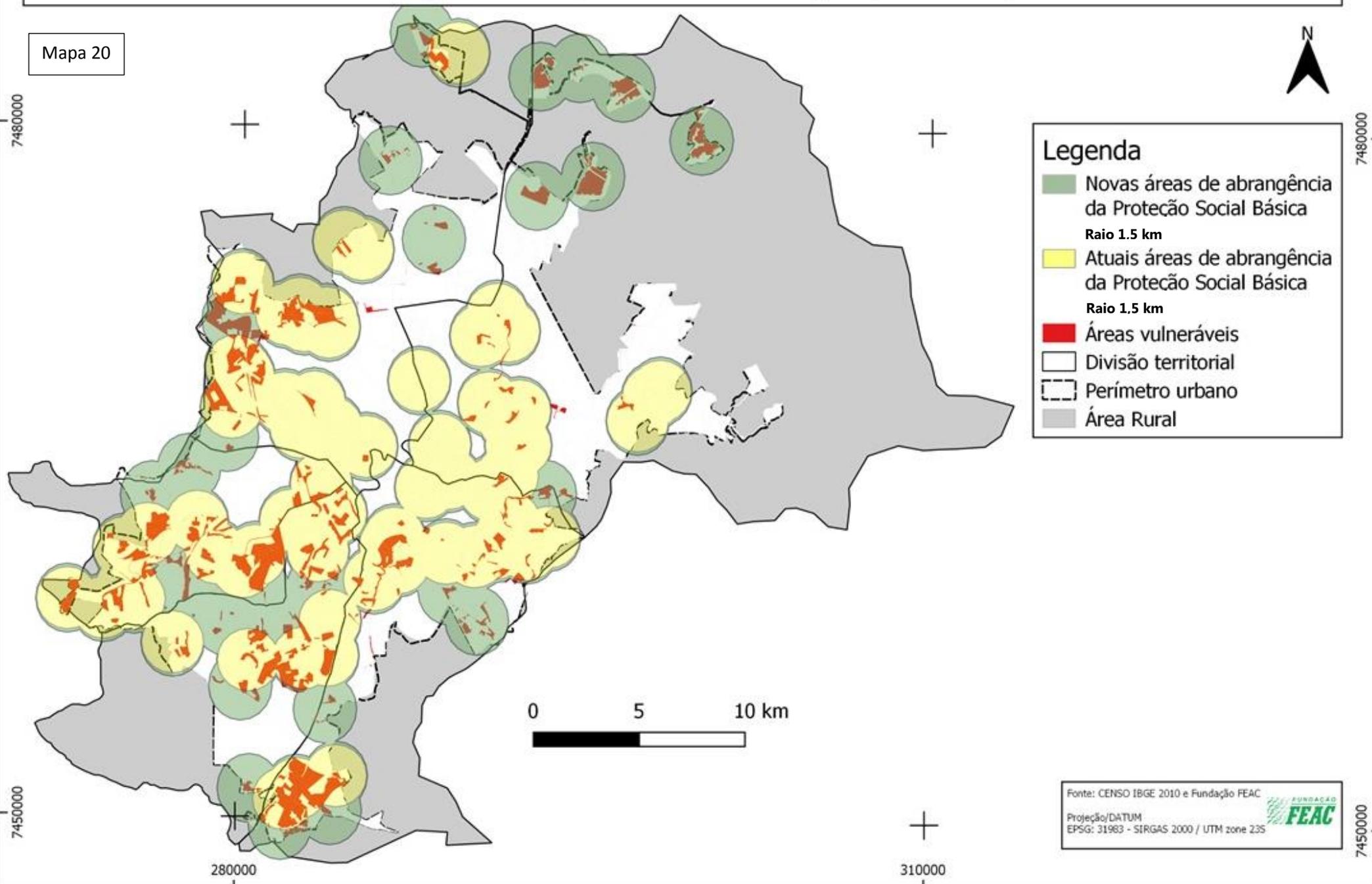
7450000

280000

310000

Áreas de abrangência da Proteção Social Básica de Campinas (Cenário ideal) - 2017

Mapa 20



### **4.3 – Atendimentos de crianças e adolescentes de 06 a 14 anos em situação de vulnerabilidade nos SCFV – 06 a 14 anos (Fonte: Secretaria de Assistência Social e Segurança Alimentar de Campinas – SMASA/PMC)**

Como exibido na Demanda 4.2, de forma geral, a área de cobertura e a oferta de vagas do serviço dos SCFVs não atendem a toda a demanda potencial da cidade. Nesta demanda e na seguinte, são especificados os dados de oferta da proteção básica dos SCFVs para crianças e adolescentes e jovens, respectivamente. A opção desta especificação foi feita para dar uma maior detalhamento e foco a estes itens, visto que os serviços de proteção social básica oferecidos nos SCFV tem públicos diferentes.

Crianças e adolescentes são um público prioritário para atendimento de assistência social segundo a constituição federal e também uma faixa etária onde o

trabalho de atendimento básico e prevenção do agravamento da vulnerabilidade social geram desdobramentos de grande impacto.

No município de Campinas há, aproximadamente, 37.409 crianças e adolescentes de 06 a 14 anos em situação de vulnerabilidade. Destes, apenas 8.840 eram em 2017 atendidos pelos 57 SCFVs específicos para esta faixa etária, número que representa 23,6% do total. Dentre as 28.569 crianças e adolescentes restantes sem atendimento, 6.273 (30%) estão hoje fora de área de atendimento, delimitada por um raio de 1,5km de cada SCFV, exibida nos Mapas 21 e 22. Estas crianças e adolescentes tem maiores dificuldades de acessarem os serviços, pois estão longe do raio de atendimento das unidades que ofertam as vagas do serviço, que deve ser territorializado.

Ainda neste sentido, nos mapas 21 e 22 pode-se observar que há áreas vulneráveis com elevada demanda potencial para atendimento de crianças e adolescentes nos SCFV que estão fora da área de cobertura da rede de atendimento atual. Além disso, e apesar de haverem, são poucas as regiões onde há mais oferta para atendimento do que demanda pelo serviço, tanto no perímetro urbano quanto no rural - particularmente problemático pelas distâncias e por ter menos serviços oferecidos.

Para formular um cenário de cobertura territorial ideal, onde 100% das crianças de 06 a 14 anos em situação de vulnerabilidade no município estão dentro do raio de cobertura dos SCFVs, no Mapa 23, foram adicionadas novas unidades de atendimento, conforme destacado – lembrando que este é um cenário ideal apenas em relação à cobertura territorial do serviço. Todavia, para chegar à

integralidade de cobertura e de atendimento, seria necessária além desta realocação de unidades também a adição de 28.569 novas vagas no serviço de atendimento de 06 a 14 anos. Neste cenário de 100% de atendimento, é premente considerar a dificuldade de adequação do atual sistema para a adição destas vagas adicionais que impactariam de forma significativa a atual estrutura.

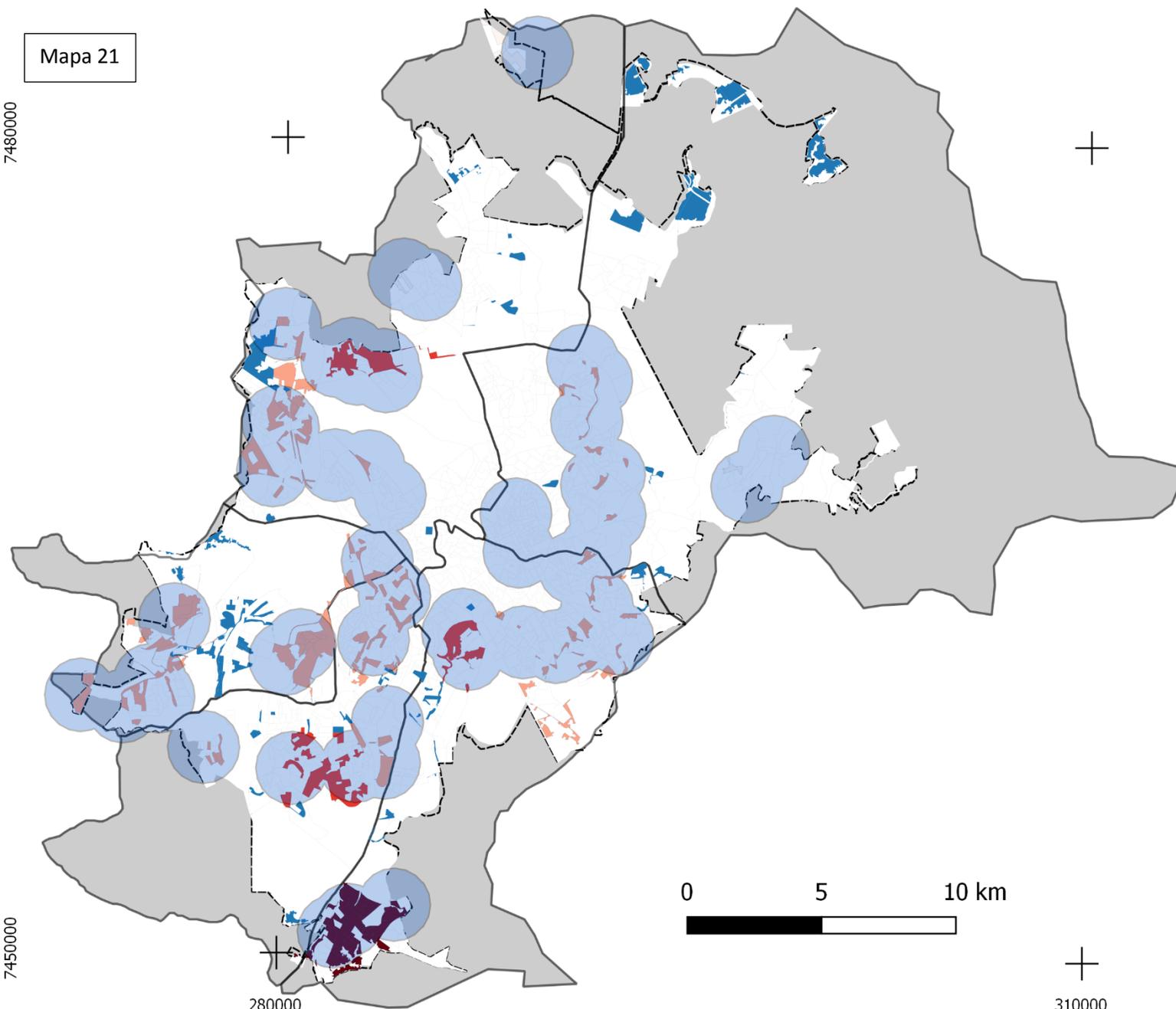
**Tabela 8: Estimativa de demanda potencial de atendimento das crianças e adolescentes de 06 a 14 anos em situação de vulnerabilidade - 2017**

<b>Atendimento e cobertura de crianças e adolescentes de 06 a 14 anos</b>	<b>Total de crianças e adolescentes de 06 a 14 anos em situação de vulnerabilidade (cenário atual)</b>	<b>Total de crianças e adolescentes de 06 a 14 anos em situação de vulnerabilidade (cenário ideal)</b>
Total de crianças e adolescentes de 06 a 14 anos atendidos pelo SCFV – 06 a 14 anos	8.840	37.409
Total de crianças e adolescentes de 06 a 14 anos sem atendimento e dentro da cobertura do SCFV – 06 a 14 anos	22.296	---
Total de crianças e adolescentes de 06 a 14 anos sem atendimento e fora da cobertura do SCFV – 06 a 14 anos	6.273	---
<b>Total</b>	<b>37.409</b>	<b>37.409</b>

Fonte: CENSO IBGE 2010, Secretaria de assistência social e Fundação FEAC

# Demanda potencial para atendimento no SCFV - 06 a 14 anos de Campinas (estimativa atual) - 2017

Mapa 21



## Legenda

Total de demanda potencial para atendimento no SCFV - 06 a 14 anos

- Mais oferta do que demanda\*
- 1 - 1.500
- 1.501 - 3.000
- 3.001 - 4.569
- Raio de abrangência de atendimento do SCFV - 06 a 14 anos  
**Raio 1,5 km**
- Áreas vulneráveis fora do raio de atendimento do SCFV - 06 a 14 anos
- Regiões de Campinas
- Perímetro Urbano
- Área Rural

Fonte: Censo IBGE 2010, Secretaria de Assistência Social e Segurança Alimentar e Fundação FEAC  
Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



7450000

280000

310000

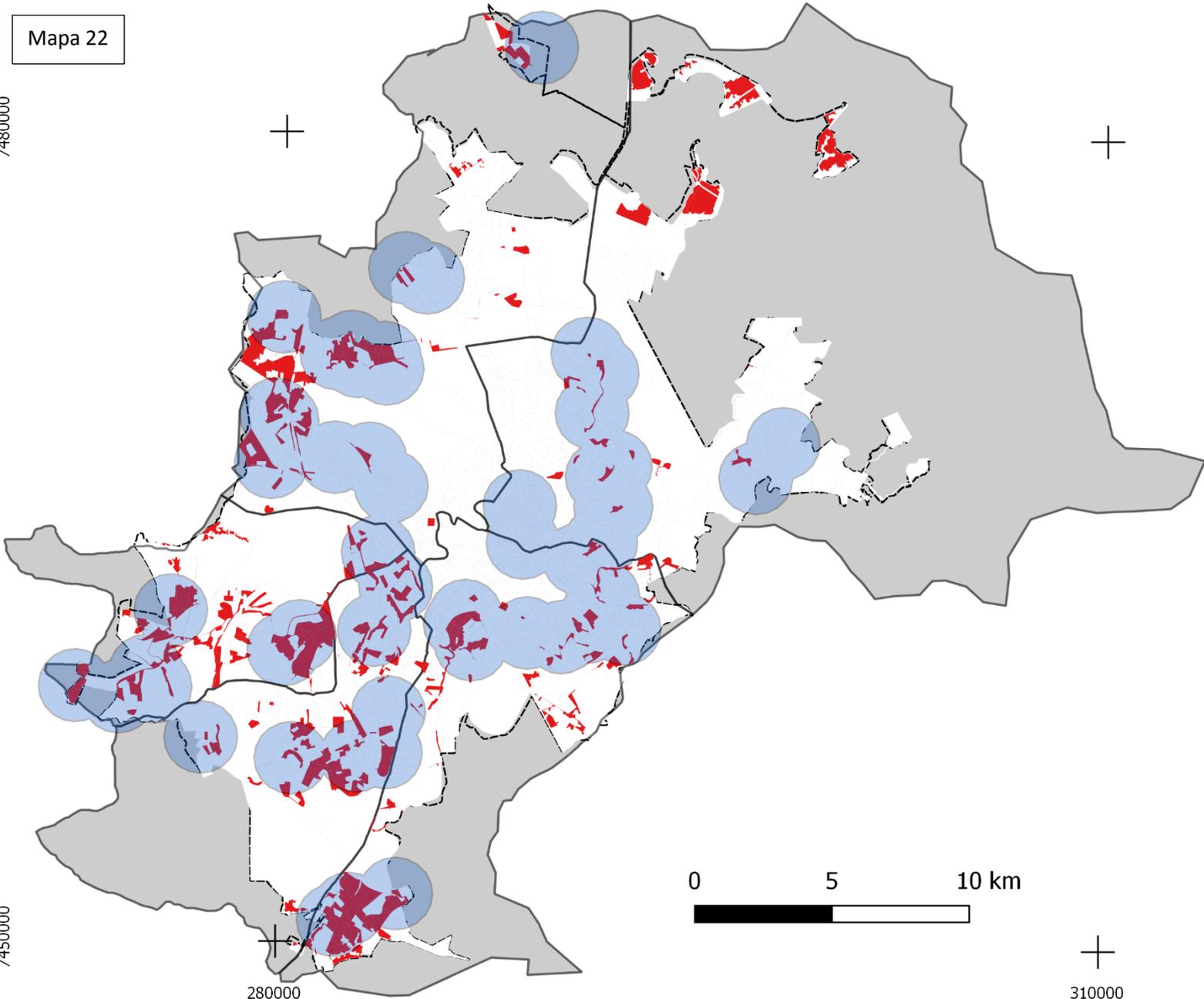
# Área de abrangência do SCFV - 06 a 14 anos de Campinas (cenário atual) - 2017

Mapa 22



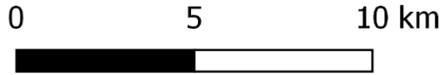
7480000

7480000



**Legenda**

- Área de abrangência de atendimento do SCFV - 06 a 14 anos  
Raio 1,5 km
- Áreas vulneráveis
- Regiões de Campinas
- Perímetro Urbano
- Área Rural



7450000

7450000

280000

310000

Fonte: Censo IBGE 2010, Secretaria de Assistência Social e Segurança Alimentar e Fundação FEAC  
 Projeção/DATUM  
 EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



280000 310000

Áreas de abrangência de atendimento do SCFV - 06 a 14 anos de Campinas (Cenário ideal) - 2017

Mapa 23

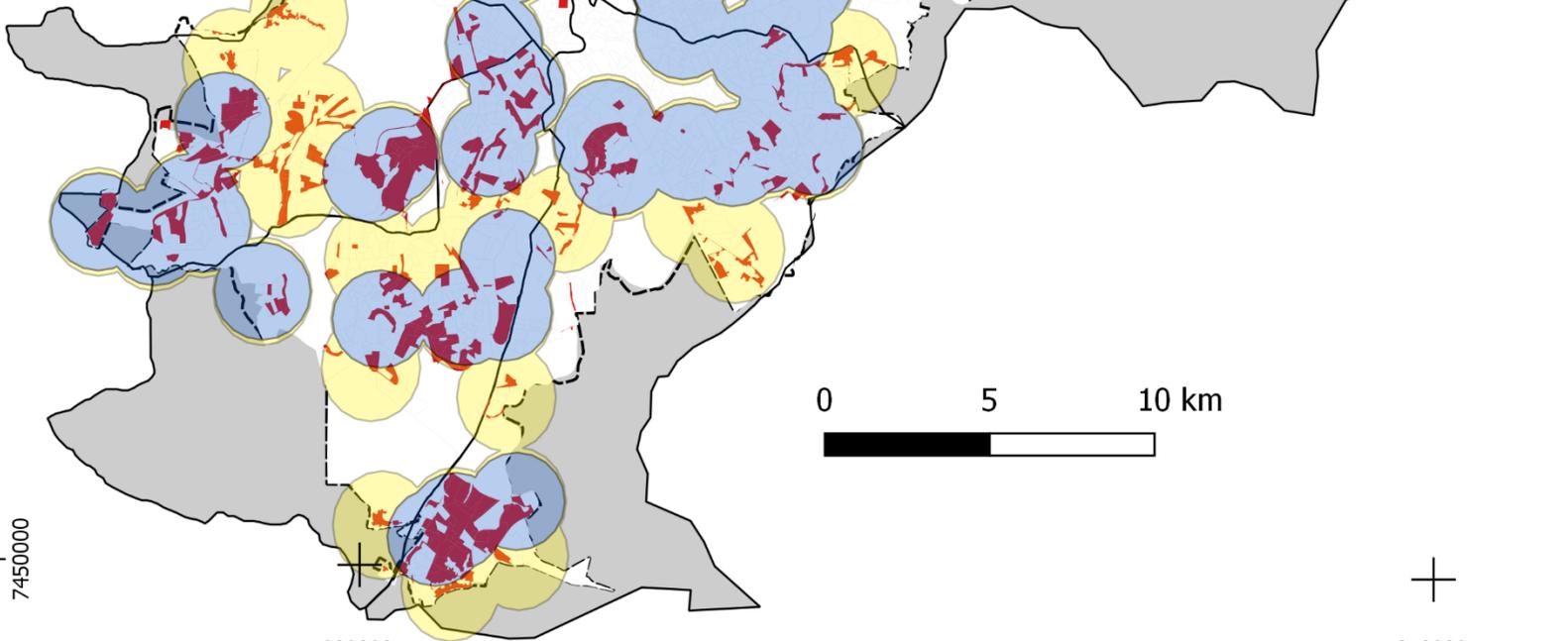


7480000

7480000

**Legenda**

-  Novas áreas de abrangência do SCFV - 06 a 14 anos  
Raio 1,5 km
-  Atuais áreas de abrangência do SCFV - 06 a 14 anos  
Raio 1,5 km
-  Áreas vulneráveis
-  Divisão territorial
-  Perímetro urbano
-  Área Rural



0 5 10 km



7450000

7450000

Fonte: CENSO IBGE 2010 e Fundação FEAC

Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



280000

310000

#### **4.4 – atendimentos de jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade nos SCFV – CCII (Fonte: Secretaria de Assistência Social e Segurança Alimentar de Campinas – SMASA/PMC)**

Ainda em relação aos SCFVs, o atendimento de jovens de 15 a 24 deve ser realizado nos SCFV – CCII (Centro de convivência inclusivo Inter geracional). Assim como o atendimento a crianças, este serviço oferecido para os jovens é uma importante forma de prevenção do serviço de assistência social básica de forma preventiva ao agravo da vulnerabilidade social em casos que, mais tarde, poderiam precisar ser direcionados a serviços mais custosos como os de média e alta complexidade.

Conforme dados do CENSO 2010, no município de Campinas haviam, em 2010, aproximadamente, 41.550

jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade social, que residiam nas áreas exibidas no Mapa 24.

Para atendimento deste público, no ano de 2017, existiam na cidade 42 SCFV-CCII dispostos conforme exibido no Mapa 25, que somavam capacidade para atender cerca de 7.370 pessoas. De acordo com dados da Coordenadora Setorial de Avaliação e Controle – CSAC da Secretaria de Assistência Social, destas 7.370 vagas, apenas 2.217 eram ocupadas por jovens de 15 a 24 anos, ou seja, aproximadamente 30% do total de oferta. Este número indica que, dos 41.550 jovens em situação de vulnerabilidade, 39.333, ou quase 95% do total, não estão sendo atendidos pela rede de assistência social básica, que teria como demanda potencial todos os jovens residentes nas áreas de demanda potencial exibida nos Mapas 24 e 25.

Destes 39.333, cerca de 13.174 não estão no raio de cobertura dos SCFV – CCII estabelecido em 1,5 km para que, pelos mesmos motivos apresentados em demandas anteriores, o atendimento seja feito nos microterritórios e leve a política de assistência ao local onde ela é demandada.

Como possibilidade de elaboração de um cenário ideal, seria preciso adicionar novos CCII até que fosse atingida a integralidade de área de cobertura e da demanda potencial de jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade conforme disposto no Mapa 26. Mais uma vez, no entanto, além do aumento da cobertura territorial seria necessária também uma ampliação no número de metas do serviço para cobrir integralmente a demanda potencial da população de jovens nesta faixa etária. Para que isso ocorresse, estas novas unidades

teriam que ser adicionadas e uma estimativa de 34.080 novas metas criadas e distribuídas pelas unidades de atendimento do município, saindo dos atuais 5% de atendimento para chegar a 100% de atendimento da demanda potencial desta faixa etária.

**Tabela 9: Estimativa de demanda potencial de atendimento de jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade - 2017**

<b>Atendimento e cobertura de jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade</b>	<b>Total de jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade (cenário atual)</b>	<b>Total de jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade (cenário ideal)</b>
Total de jovens de 15 a 24 anos atendidos pelo SCFV – CCII	2.217	41.550
Total de jovens de 15 a 24 anos sem atendimento e dentro da cobertura do SCFV – CCII	26.159	---
Total de jovens de 15 a 24 anos sem atendimento e fora da cobertura do SCFV – CCII	13.174	---
<b>Total</b>	<b>41.550</b>	<b>41.550</b>

Fonte: CENSO IBGE 2010, Secretaria de assistência social e Fundação FEAC

280000

310000

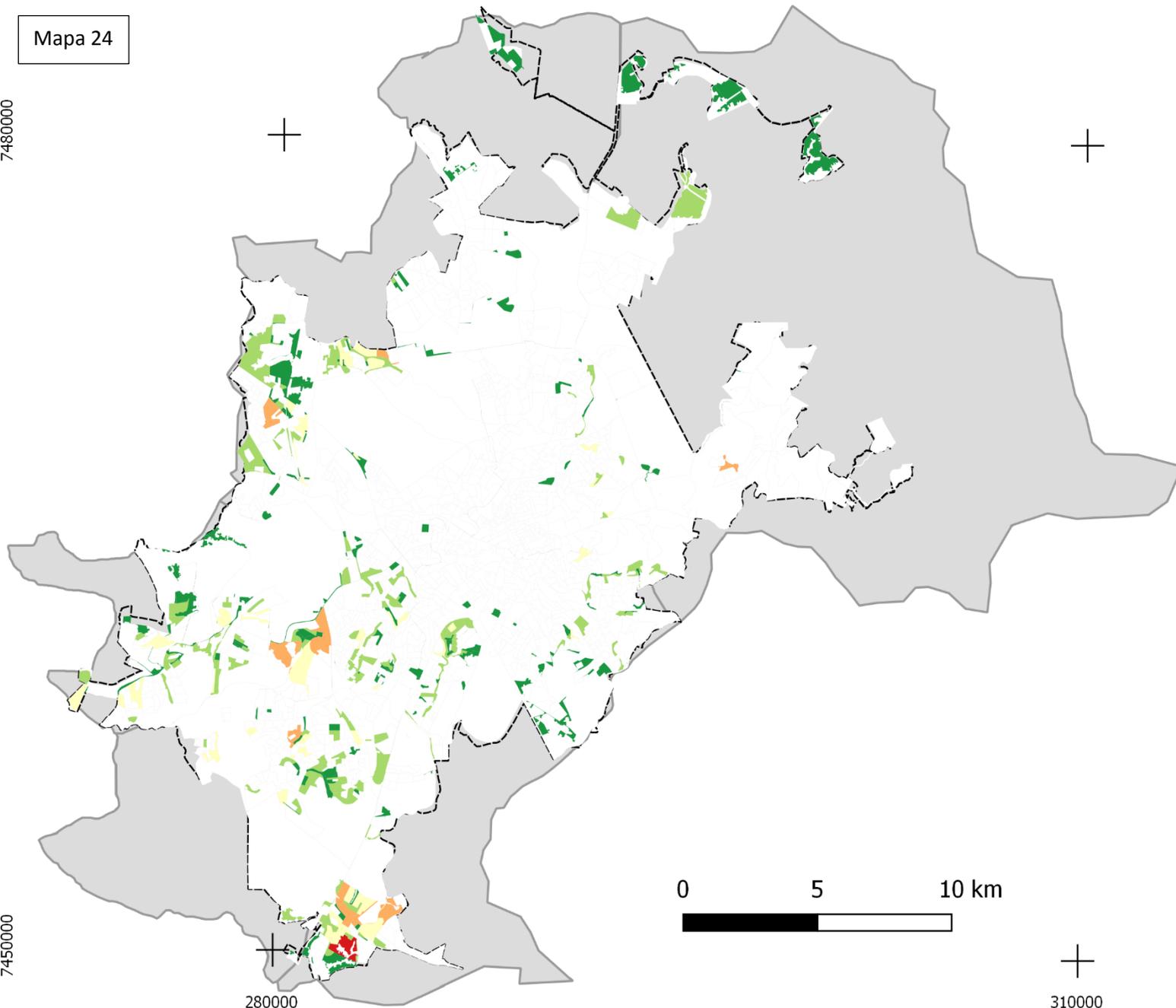
# Jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade - 2010

Mapa 24



7480000

7480000



## Legenda

Total de jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade

- 0 - 100
- 101 - 200
- 201 - 300
- 301 - 400
- 401 - 496

- Perímetro Urbano
- Área Rural

0 5 10 km



Fonte: Censo IBGE 2010 e Fundação FEAC

Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



7450000

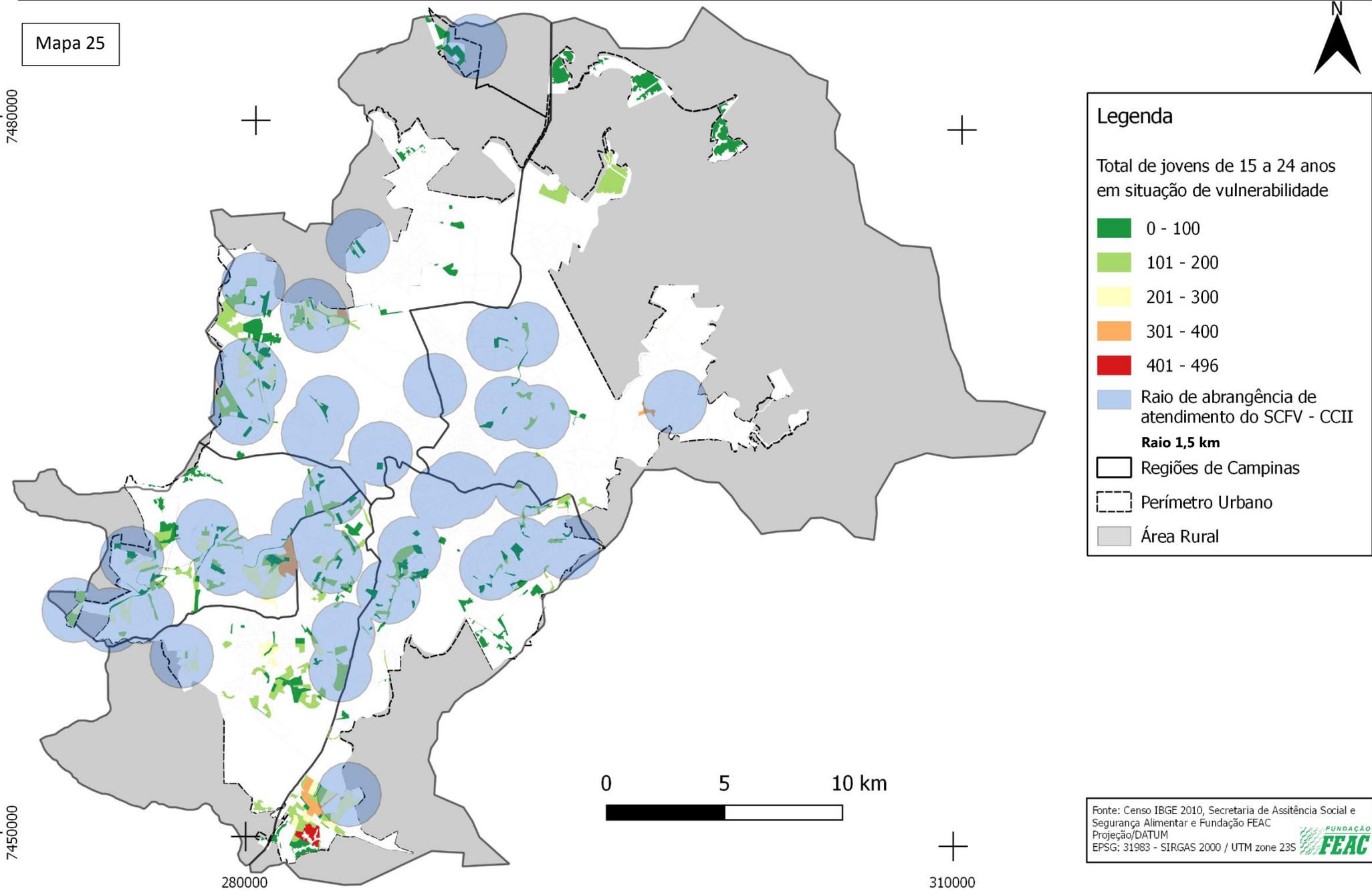
7450000

280000

310000

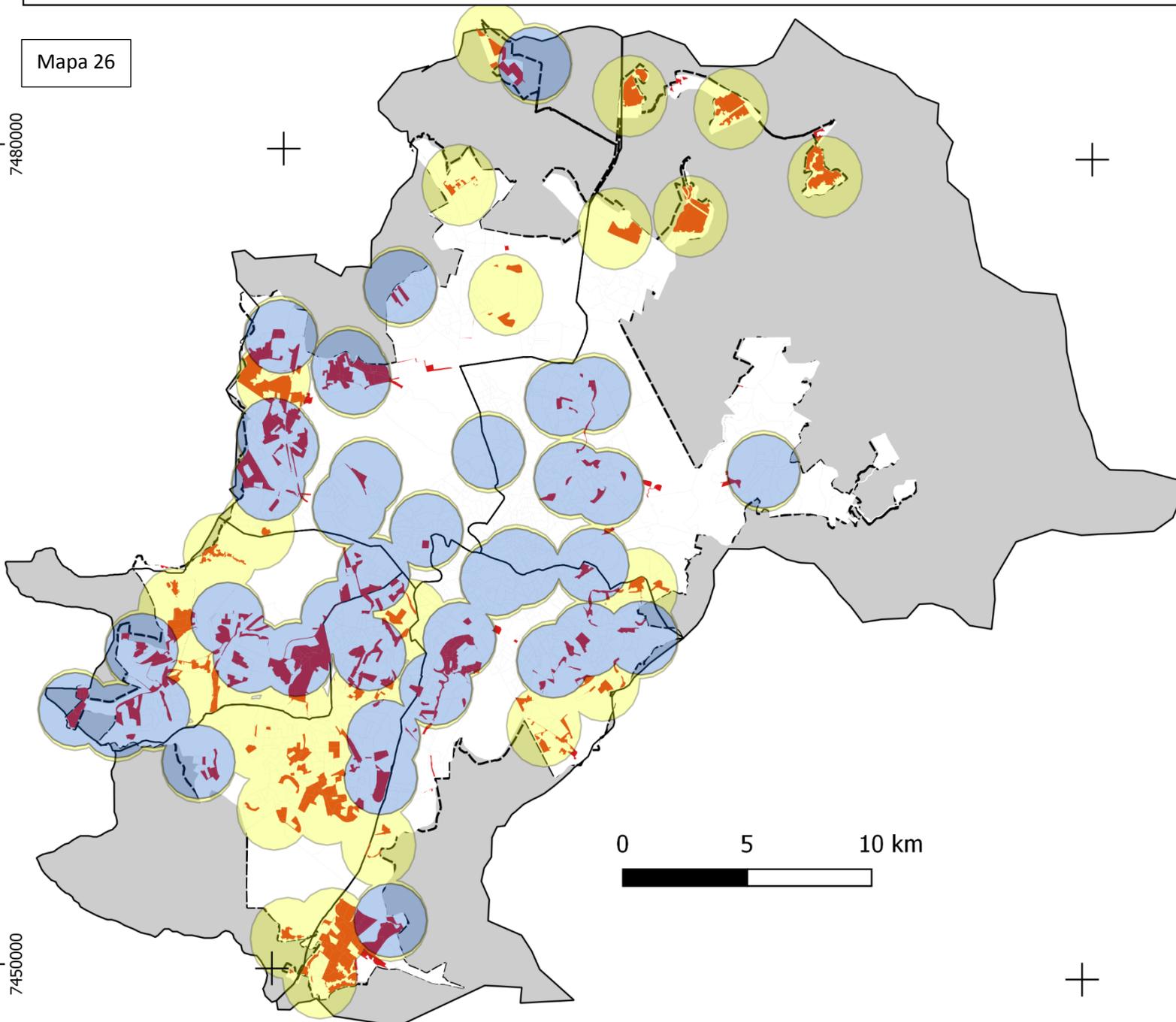
Abrangência de atendimento do SCFV - CCII em relação aos jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade de Campinas (cenário atual) - 2010

Mapa 25



# Abrangência de atendimento aos jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade no SCFV - CCII (Cenário ideal) - 2017

Mapa 26



**Legenda**

- Novas áreas de abrangência do SCFV - CCII - Raio 1,5 km
- Atuais áreas de abrangência do SCFV - CCII - Raio 1,5 km
- Áreas vulneráveis
- Divisão territorial
- Perímetro urbano
- Área Rural



Fonte: CENSO IBGE 2010 e Fundação FEAC  
 Projeção/DATUM  
 EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



#### **4.5 – Mínimo de 30% de atendimento a jovens de 15 a 24 anos no SCFV – CCII (Fonte: Conselho Municipal de Assistência Social de Campinas – CMAS Campinas)**

Nos dias 21, 22 e 23 de Julho de 2017 foi realizada a XII Conferência Municipal de Assistência Social de Campinas. Esta conferência visa, através da participação popular, indicar deliberações e recomendações sobre as políticas de assistência social do município de Campinas, do Estado de São Paulo e da União.

Na conferência de 2017, foram deliberadas 9 indicações ao município, dentre elas, a de número 9, uma que indica “Garantir que 30% dos atendimentos realizados no Centro de Convivência Inclusivo e Inter geracional seja de jovens (15 a 24 anos) e que as metodologias desenvolvidas atendam às necessidades específicas e os interesses da juventude”.

Esta recomendação visa, além da oferta de proteção básica, o fortalecimento de ações e diálogo para combate ao racismo.

Atualmente no município há 42 SCFV – CCII, responsáveis pelo atendimento a este público. A média de atendimento em cada um dos serviços é de 175, o que totaliza uma oferta de 7.370 vagas de atendimento. Para obter o dado de quantos jovens de 15 a 24 anos eram atendidos nesses SCFV - CCII, foi solicitado à Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle – CSAC o total de atendidos nesta faixa etária. Os dados obtidos se referem ao mês de setembro de 2017. Das 7.370 metas ofertadas, 2.217 eram ocupadas por jovens de 15 a 24 anos o que atingia, na média, os 30% mínimos do total conforme o exibido na Tabela 10. Nas Tabelas 11,12, 13, 14 e 15 foram detalhados os dados de atendimento por região.

Observando os dados, constata-se que o número médio de 30% é alcançado no município. A partir dos dados compilados nas Tabelas 11,12, 13, 14 e 15, no entanto, pode-se constatar que nas regiões Noroeste, Norte, e Sudoeste, o mínimo de 30% não é alcançado e chega a um mínimo de 23% na região Sudoeste. Este número é relevante devido aos altos índices de vulnerabilidade social encontrados nesta região, que tornam importante as ações de assistência social básica neste contexto.

Olhando para as regiões, ainda não é possível ter uma dimensão exata desta demanda. Por esse motivo, nas Tabelas 11, 12, 13, 14 e 15 que há, dentro dos microterritórios, OSCs distribuídas que ficam ainda mais distantes do mínimo de 30% estabelecido na diretriz. Na tabela 16 estão dispostas e colocadas em % de atendimentos todas as organizações do município que

atendem o mínimo de 30%. Em contrapartida, na Tabela 17 são exibidas todas que atuam como SCFVs e não atendem este mínimo estabelecido, havendo SCFVs que chegam a 0% de atendimento.

O objetivo desta diretriz preconizava o atingimento do mínimo de 30% nos SCFVs do município. Todavia, não foi levada em conta a possibilidade de haverem áreas de vulnerabilidade onde essa diretriz não é atendida e o trabalho de assistência social básica fica comprometido.

Como recomendação desta demanda, sugere-se que seja cumprido o mínimo de 30% de atendimentos em cada uma das unidades executoras, e não apenas na média de atendimentos. Isso poderia ser feito apenas a partir de uma reordenamento do número de atendimentos atual, já que na média geral do município, o mínimo de 30% é cumprido. Respeitado este percentual mínimo em cada uma das

unidades de atendimento, seriam atendidos adequadamente e conforme recomendações publicadas todo o público alvo dos SCFV - CCII.

**Tabela 10: Dados Gerais – Atendimento a jovens de 15 a 24 anos no SCFV – CCII em (Divisão Territorial da Assistência Social) 2017.**

<b>Região</b>	<b>Total de metas</b>	<b>Total de atendimento de 15 a 24 anos</b>	<b>Porcentagem de atendimento</b>
Leste	1.140	450	39%
Noroeste	2.220	556	25%
Norte	1.730	494	29%
Sudoeste	1.020	230	23%
Sul	1.260	487	39%
<b>Total Geral</b>	<b>7.370</b>	<b>2.217</b>	<b>30%</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar de Campinas – SMASA-PMC, 2017

**Tabela 11: Dados específicos 2017 – Atendimento a jovens de 15 a 24 anos SCFV - CCII - Região Leste**

<b>Nome Fantasia</b>	<b>Metas</b>	<b>Total de Atendimento de 15 a 24 anos</b>	<b>% de Atendimento</b>
Padre Haroldo - Sede	30	28	93%
Anhumas Quero-Quero	30	18	60%
OSSJB - Centro	300	153	51%
SETA - Santana	300	139	46%
Casa Santana - Centro	90	36	40%
SETA - Guaraçá	210	58	28%
Associação Cornélia - Casa dos Sonhos	180	18	10%
<b>Total</b>	<b>1.140</b>	<b>450</b>	<b>39%</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar de Campinas – SMASA-PMC, 2017

**Tabela 12: Dados específicos 2017 – Atendimento a jovens de 15 a 24 anos SCFV - CCII - Região Noroeste**

<b>Nome Fantasia</b>	<b>Metas</b>	<b>Total de Atendimento de 15 a 24 anos</b>	<b>% de Atendimento</b>
Casa de Maria de Nazaré - Casa dos Anjos	120	134	112%
CEDAP - Campo Grande	240	91	38%
Casa Santana - Jd. Florence	120	39	33%
PROGEN - Satélite Iris	360	90	25%
Progen - Matriz	540	93	17%
Fundação Gerações	210	33	16%
PROGEN - Jd. Bassoli	510	62	12%
Casa Santana - Jd. Rossin	120	14	12%
<b>Total</b>	<b>2.220</b>	<b>556</b>	<b>25%</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar de Campinas – SMASA-PMC, 2017

**Tabela 13: Dados específicos 2017 – Atendimento a jovens de 15 a 24 anos SCFV - CCII - Região Norte**

<b>Nome Fantasia</b>	<b>Metas</b>	<b>Total de Atendimento de 15 a 24 anos</b>	<b>% de Atendimento</b>
CEAK - Educandário Eurípedes	240	201	84%
CPTI - Unidade Parque Shalon	30	22	73%
CPTI - Espaço Regina Amélia	120	74	62%
Direito de Ser	30	18	60%
Ação Forte	90	32	36%
ABC - Núcleo São Marcos	60	18	30%
Dias da Cruz	270	65	24%
AMIC - Village - SEDE	60	14	23%
Semear - Vila Olímpia	30	7	23%
CPTI - Unidade Fórum da Família	260	28	11%
COF	150	9	6%
NAS	90	5	6%
FIRMACASA	30	1	3%
MAE Maria Rosa	270	0	0%
<b>Total</b>	<b>1.730</b>	<b>494</b>	<b>29%</b>

**Tabela 14: Dados específicos 2017 – Atendimento a jovens de 15 a 24 anos SCFV - CCII - Região Sudoeste**

<b>Nome Fantasia</b>	<b>Metas</b>	<b>Total de Atendimento de 15 a 24 anos</b>	<b>% de Atendimento</b>
CEPROMM - Bom Pastor - Sede	60	39	65%
OSSJB - Vida Nova	210	85	40%
Casa da Criança Maria Luísa Hartzler	60	10	17%
Nossa Senhora da Visitação	360	56	16%
Santa Lúcia	330	40	12%
<b>Total</b>	<b>1.020</b>	<b>230</b>	<b>23%</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar de Campinas – SMASA-PMC

**Tabela 15: Dados específicos 2017 – Atendimento a jovens de 15 a 24 anos SCFV - CCII - Região Sul**

<b>Nome Fantasia</b>	<b>Metas</b>	<b>Total de Atendimento de 15 a 24 anos</b>	<b>% de Atendimento</b>
AEDHA	300	280	93%
Anhumas Quero-Quero - VI. Paraíso	30	19	63%
Fundação Eufraten - VI. Palmeiras	210	81	39%
Fundação Eufraten - Jd. Do Lago II	240	48	20%
AMIC - Monte Cristo	90	17	19%
Romília Maria	180	26	14%
Vianney - Cura d'Ars - Sede	90	11	12%
Casa Santana - Jd. Esmeraldina	120	5	4%
<b>Total</b>	<b>1.260</b>	<b>487</b>	<b>39%</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar de Campinas – SMASA-PMC

**Tabela 16: Dados específicos 2017 – Relação de entidades por ordem de % de atendimento – Acima de 30%**

<b>Nome Fantasia</b>	<b>Região</b>	<b>Metas</b>	<b>Total de Atendimento de 15 a 24 anos</b>	<b>% de Atendimento</b>
Casa de Maria de Nazaré - Casa dos Anjos	Noroeste	120	134	112%
AEDHA	Sul	300	280	93%
Padre Haroldo - Sede	Leste	30	28	93%
CEAK - Educandário Eurípedes e Creche Mãe Luiza	Norte	240	201	84%
CPTI - Unidade Parque Shalon	Norte	30	22	73%
CEPROMM - Bom Pastor - Sede	Sudoeste	60	39	65%
Anhumas Quero-Quero - Vl. Paraíso	Sul	30	19	63%
CPTI - Espaço Regina Amélia	Norte	120	74	62%
Anhumas Quero-Quero	Leste	30	18	60%
Direito de Ser	Norte	30	18	60%
OSSJB - Centro	Leste	300	153	51%
SETA - Santana	Leste	300	139	46%
OSSJB - Vida Nova	Sudoeste	210	85	40%
Casa Santana - Centro	Leste	90	36	40%
Fundação Eufraten - Vl. Palmeiras	Sul	210	81	39%
CEDAP - Campo Grande	Noroeste	240	91	38%
Ação Forte	Norte	90	32	36%
Casa Santana - Jd. Florence	Noroeste	120	39	33%
ABC - Núcleo São Marcos	Norte	60	18	30%

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar de Campinas – SMASA-PMC

**Tabela 17: Dados específicos 2017 – Relação de entidades por ordem de % de atendimento – Abaixo de 30%**

Nome Fantasia	Região	Metas	Total de Atendimento de 15 a 24 anos	% de Atendimento
SETA - Guaraçai	Leste	210	58	28%
PROGEN - Satélite Íris	Noroeste	360	90	25%
Dias da Cruz	Norte	270	65	24%
AMIC - Village - SEDE	Norte	60	14	23%
Semear - Vila Olímpia	Norte	30	7	23%
Fundação Eufraten - Jd. Do Lago II	Sul	240	48	20%
AMIC - Monte Cristo	Sul	90	17	19%
Progen - Matriz	Noroeste	540	93	17%
Casa da Criança Maria Luisa Hartzler	Sudoeste	60	10	17%
Fundação Gerações	Noroeste	210	33	16%
Nossa Senhora da Visitação	Sudoeste	360	56	16%
Romília Maria	Sul	180	26	14%
Vianney - Cura d'Ars - Sede	Sul	90	11	12%
Progen - Jd. Bassoli	Noroeste	510	62	12%
Santa Lúcia	Sudoeste	330	40	12%
Casa Santana - Jd. Rossin	Noroeste	120	14	12%
CPTI - Unidade Fórum da Família	Norte	260	28	11%
Associação Cornélia - Casa dos Sonhos	Leste	180	18	10%
COF	Norte	150	9	6%
NAS	Norte	90	5	6%
Casa Santana - Jd. Esmeraldina	Sul	120	5	4%
FIRMACASA	Norte	30	1	3%
MAE Maria Rosa	Norte	270	0	0%

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar de Campinas – SMASA-PMC

#### **4.6 - Apoio do serviço de assistência social na erradicação Trabalho Infantil (Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano)**

Dentre os 17 objetivos propostos pela ONU na agenda do desenvolvimento sustentável 2030 está a erradicação do trabalho infantil em todas as suas formas até 2025. Para avançar com este objetivo no âmbito nacional, a política de assistência social constituiu o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

O PETI é constituído pela articulação de um conjunto de ações sócio assistenciais e de acompanhamento familiar que tem como objetivo a retirada de crianças e adolescentes de até 16 anos de práticas de trabalho precoce – excetuando a condição de menor aprendiz que é uma forma de trabalho preconizada por lei e permitida a partir dos 14 anos de idade.

A execução do conjunto de políticas do PETI, por sua vez, é realizada através da articulação entre os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Centro de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Sendo assim, é fundamental que o trabalho seja articulado e que crianças e áreas de potencial exposição à situação de trabalho infantil estejam assistidas por todos estes serviços. Desta forma, é necessário que as microrregiões estejam aparelhadas dos instrumentos de execução de políticas de assistência social para realizar estes serviços.

Conforme o relatório da Comissão Interinstitucional para Elaboração do Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (2016), Campinas possuía, em 2010, cerca de 3.833 crianças e adolescentes de 10 a 14

anos em situação de trabalho infantil, o que representa 4,3% do total nessa faixa etária. Porém, como foi possível observar no Mapa 27, a observação a nível dos microterritórios torna possível constatar a real dimensão do problema. Apesar desta média de 5%, há territórios em que estão presentes taxas muito maiores, chegando a um máximo de 20,7% desta faixa etária em situação de trabalho infantil.

A quantidade dos dados disponíveis assevera o problema do trabalho infantil. Estes dados, levam em conta apenas o levantamento feito pelo IBGE e dizem respeito à situação autodeclarada – onde os responsáveis das crianças declaram que elas trabalham ou que estão em busca de um trabalho. Sendo assim, não é possível afirmar que este número corresponde ao total de crianças em situação de trabalho infantil. Existe ainda o potencial de

haverem outras crianças em situação de trabalho doméstico, rural e outras faixas etárias, abaixo dos 10 anos e também jovens acima de 14, para as quais, no melhor entendimento deste trabalho, não há dados consolidados. Além disso, dados internacionais como o da Organização Internacional do Trabalho (ILO), (2017) apontam fortes indícios de que os números de trabalho infantil são, em geral, subnotificados. Essa situação ocorre principalmente no caso do trabalho infantil feminino, mais propenso a situações impostas de atividades domésticas que caracterizam exploração de trabalho infantil. Sendo assim, a situação de subnotificação não pode ser descartada no âmbito deste diagnóstico e precisa ser levada em consideração para a construção da política de assistência social.

Dentro dos dados disponíveis, no Mapa 29 observa-se que, das 3.833 crianças identificadas em situação de trabalho, 1.395 estavam na área de cobertura de CRAS e SCFV. Além destas, outras 204 estavam apenas na cobertura de CRAS indicadas no Mapa 28, e 1.055 na cobertura do SCFV. Por fim, 1.779, ou seja, cerca de 47% não estão na cobertura nem do CRAS e nem do SCFV. Os dados acima citados refletem apenas o total de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil dentro dos territórios e da área de atendimento dos serviços de assistência social, não é possível afirmar se estas crianças estavam efetivamente sendo atendidas ou não.

Para aumentar a área de cobertura territorial da rede de atendimento aos serviços que combatem a problemática do trabalho infantil, nos Mapas 30 e 31 foram

propostos, respectivamente, cenários ótimos e ideais de cobertura do serviço na cidade de Campinas.

No cenário ótimo, proposto no Mapa 30, priorizou-se abranger o maior número possível de crianças em situação de trabalho infantil sob as áreas de cobertura territorial tanto de CRAS quanto de SCFV de 06 a 14 anos. Para a elaboração deste Mapa, foi sobreposto o cenário otimizado de reorganização dos CRAS e proposto um deslocamento das unidades do SCFV para mais próximo das populações vulneráveis. Desta forma, seria possível, apenas da reorganização espacial das unidades de atendimento, reduzir o número de crianças e adolescentes fora da área de atendimento tanto de CRAS quanto de SCFVs de 1.179, ou 36,4% para 780 (23%), uma redução de 13,4% no número de descobertos territorialmente pelos serviços. Além disso, neste cenário houve um aumento na

possibilidade de atendimento e crianças e adolescentes na área de cobertura de 1.395 para 1.735. No entanto, neste cenário ótimo de reorganização espacial, haveria um trade-off entre o número de atendidos apenas pelos CRAS e número de atendidos apenas pelo SCFV 06 a 14 anos. No caso de pessoas na área de cobertura apenas de SCFVs de 06 a 14 anos, haveria uma queda de 1.055 para 441. Por outro lado, aquelas na cobertura apenas do CRAS, subiriam de 204 para 877 no cenário da forma como foi proposto. Todavia, é preciso novamente considerar a questão do número de metas dos SCFVs. O número teria de ser ampliado para que pudesse ser atendido também o público em situação de trabalho infantil.

Já no cenário ideal, proposto no Mapa 31, estão sobrepostos os cenários de 100% de área de cobertura dos CRAS – Mapa 16 – e 100% da área de cobertura dos SCFV –

06 a 14 anos – Mapa 23. Desta forma, seria garantida uma área de cobertura territorial de 100% para ambos CRAS e SCFV, potencializando a política de combate ao trabalho infantil. Mais uma vez, no entanto, é preciso levar em conta a questão do número de metas ofertadas pelos SCFVs do município. Para chegar a esta integralidade de atendimento, seria preciso a adição de novas metas nos serviços conforme o estabelecido nas demandas 4.1 e 4.3

**Tabela 18: Cobertura de atendimento das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil - 2017**

<b>Cobertura de Atendimento</b>	<b>Cenário Atual</b>	<b>Cenário Ótimo</b>	<b>Cenário Ideal</b>
Total de crianças e adolescentes dentro da cobertura de CRAS e SCFV	1.395	1.735	3.833
Total de crianças e adolescentes somente na cobertura de CRAS	204	877	-
Total de crianças e adolescentes somente na cobertura do SCFV	1.055	441	-
Total de crianças e adolescentes fora tanto da cobertura de CRAS, quanto SCFV	1.179	780	-
<b>Total</b>	<b>3.833</b>	<b>3.833</b>	<b>3.833</b>

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, Secretaria de assistência social e Fundação FEAC

280000

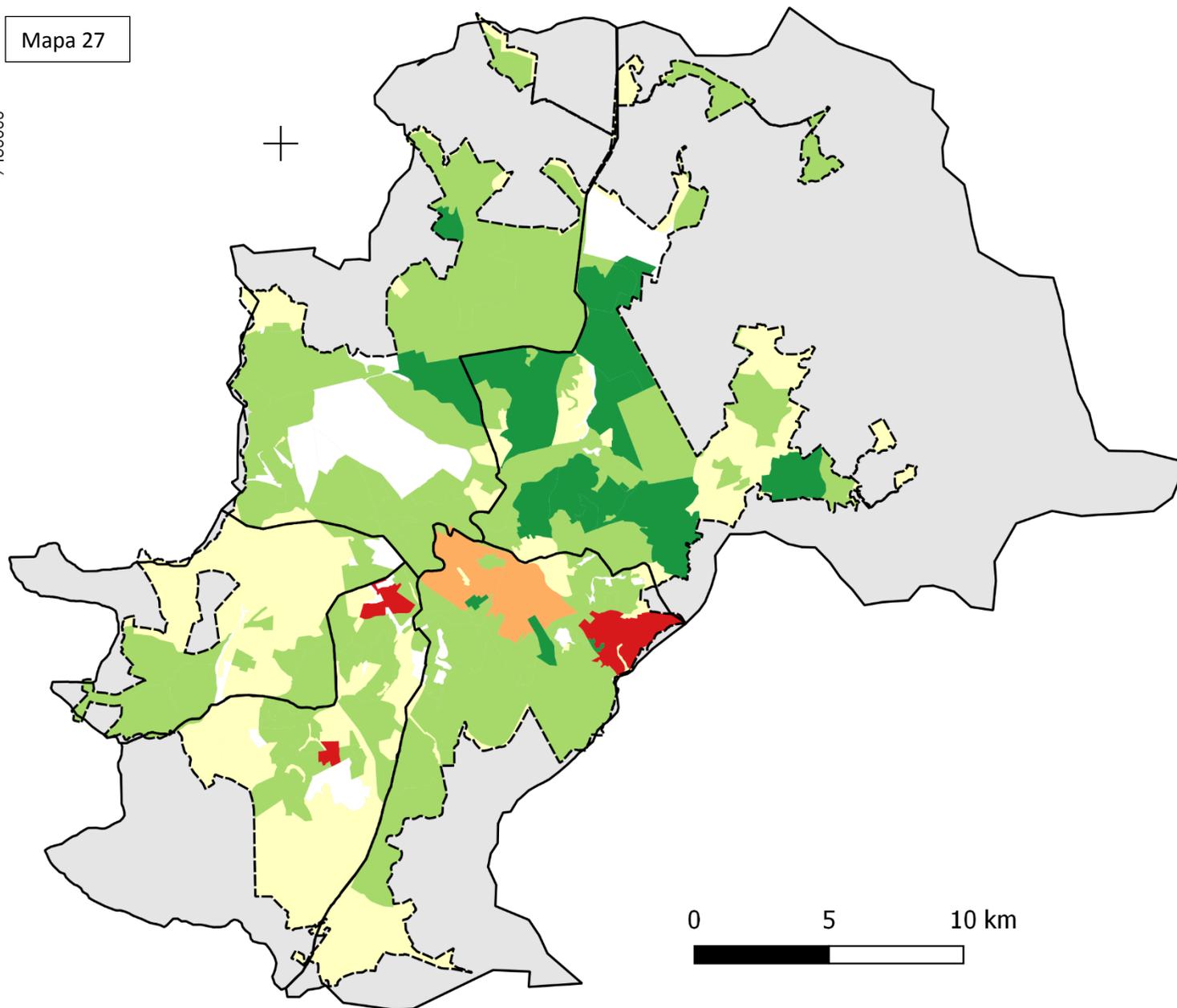
315000

# Taxa de trabalho infantil de Campinas - 2010

Mapa 27

7480000

7480000



## Legenda

Taxa de trabalho infantil (%)

- 0
- 1 - 5
- 6 - 10
- 11 - 15
- 16 - 20.8

- Perímetro Urbano
- Regiões de Campinas
- Área rural

0 5 10 km

280000

315000

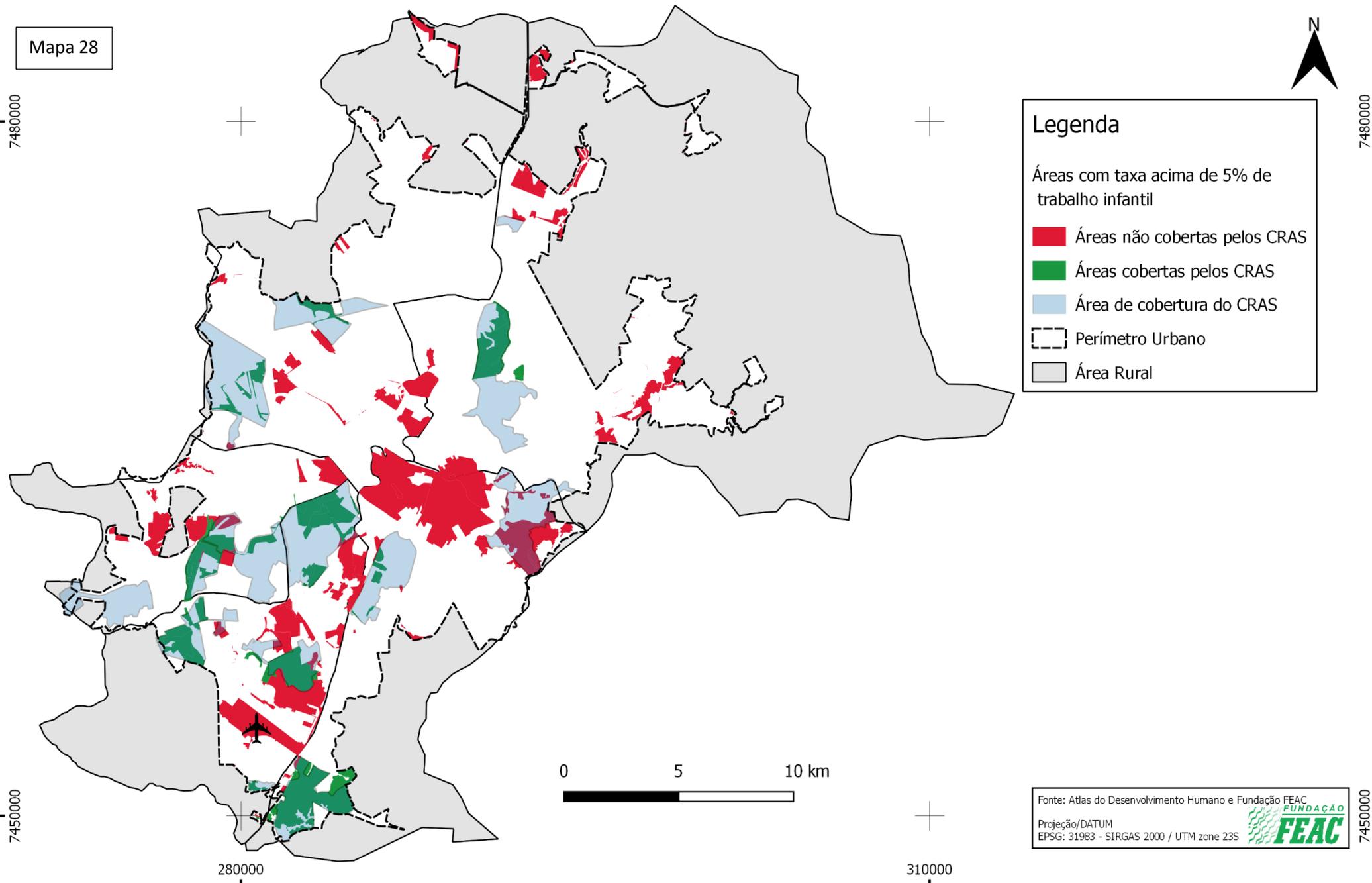
Fonte: Atlas do desenvolvimento humano e Fundação FEAC

Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



# Áreas com taxa superior a 5% de trabalho infantil cobertas e não cobertas pelos CRAS's - 2010

Mapa 28



### Legenda

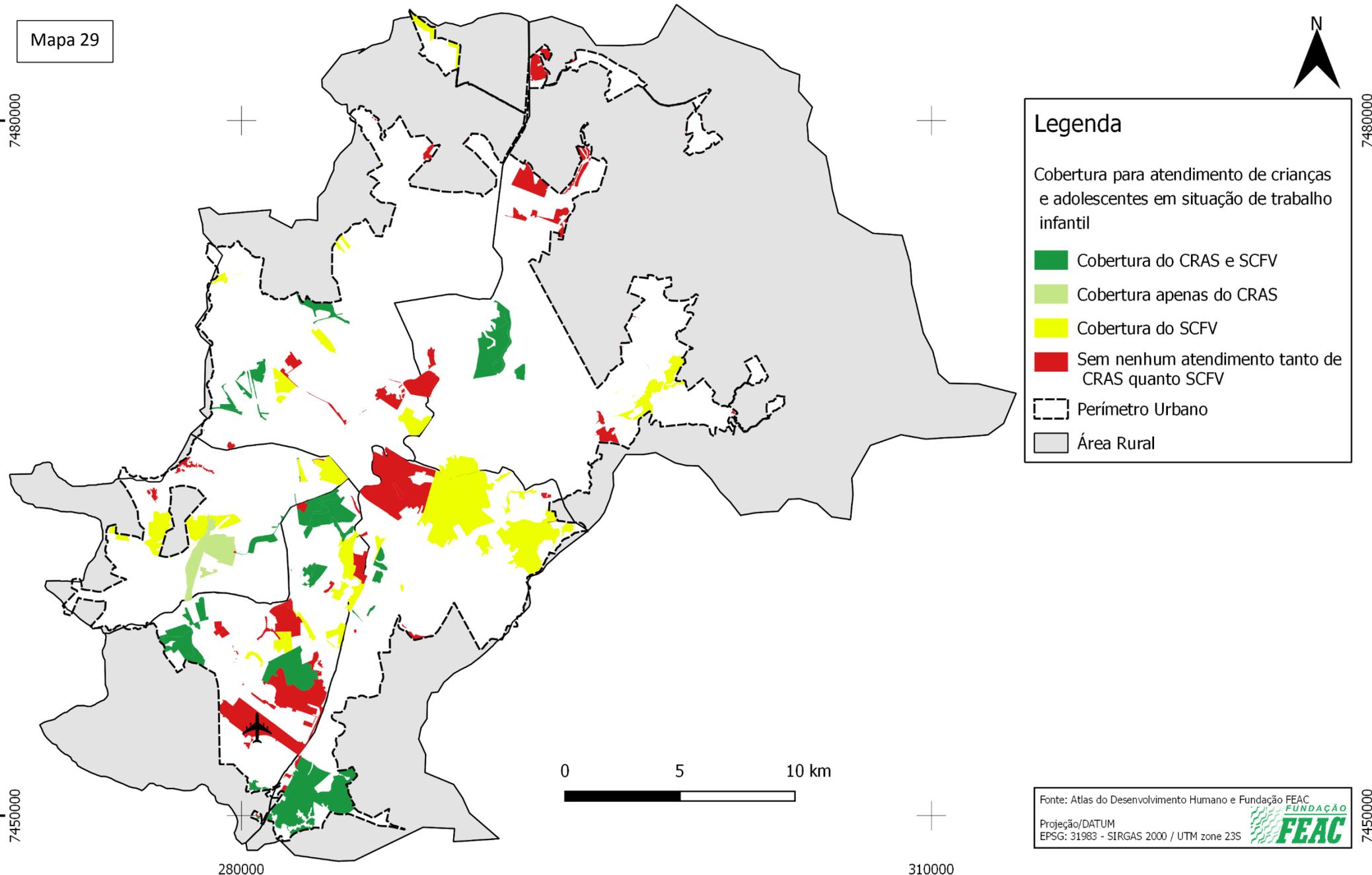
- Áreas com taxa acima de 5% de trabalho infantil
  - Áreas não cobertas pelos CRAS
  - Áreas cobertas pelos CRAS
- Área de cobertura do CRAS
- Perímetro Urbano
- Área Rural

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano e Fundação FEAC  
Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



# Áreas com taxa superior a 5% de trabalho infantil cobertas e não cobertas pelos CRAS's e SCFV - 2010

Mapa 29



## Legenda

Cobertura para atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil

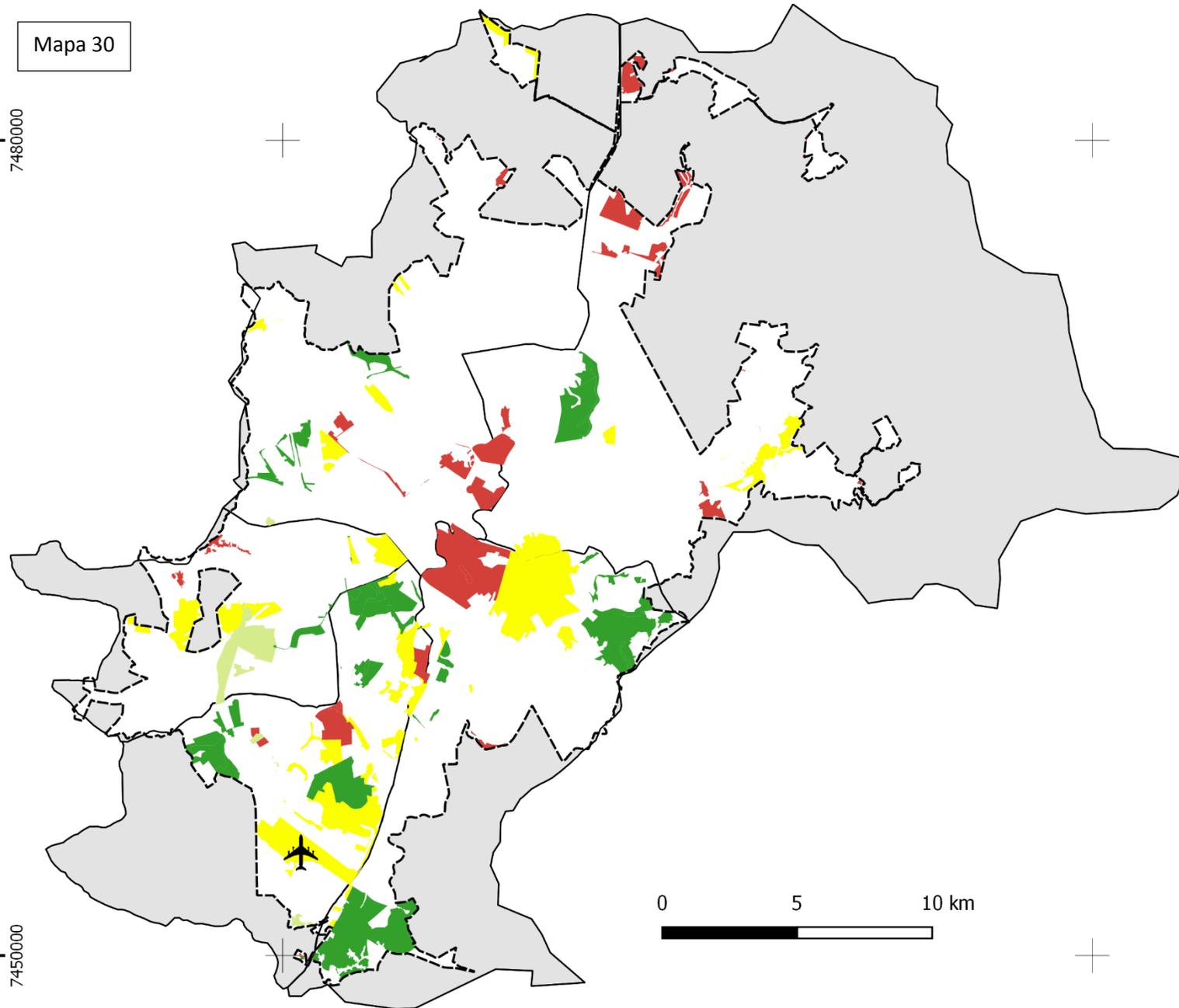
- Cobertura do CRAS e SCFV
- Cobertura apenas do CRAS
- Cobertura do SCFV
- Sem nenhum atendimento tanto de CRAS quanto SCFV
- Perímetro Urbano
- Área Rural

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano e Fundação FEAC  
Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



# Áreas com taxa superior a 5% de trabalho infantil cobertas e não cobertas pelos CRAS's (Cenário Ótimo) - 2010

Mapa 30



## Legenda

Cobertura para atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil

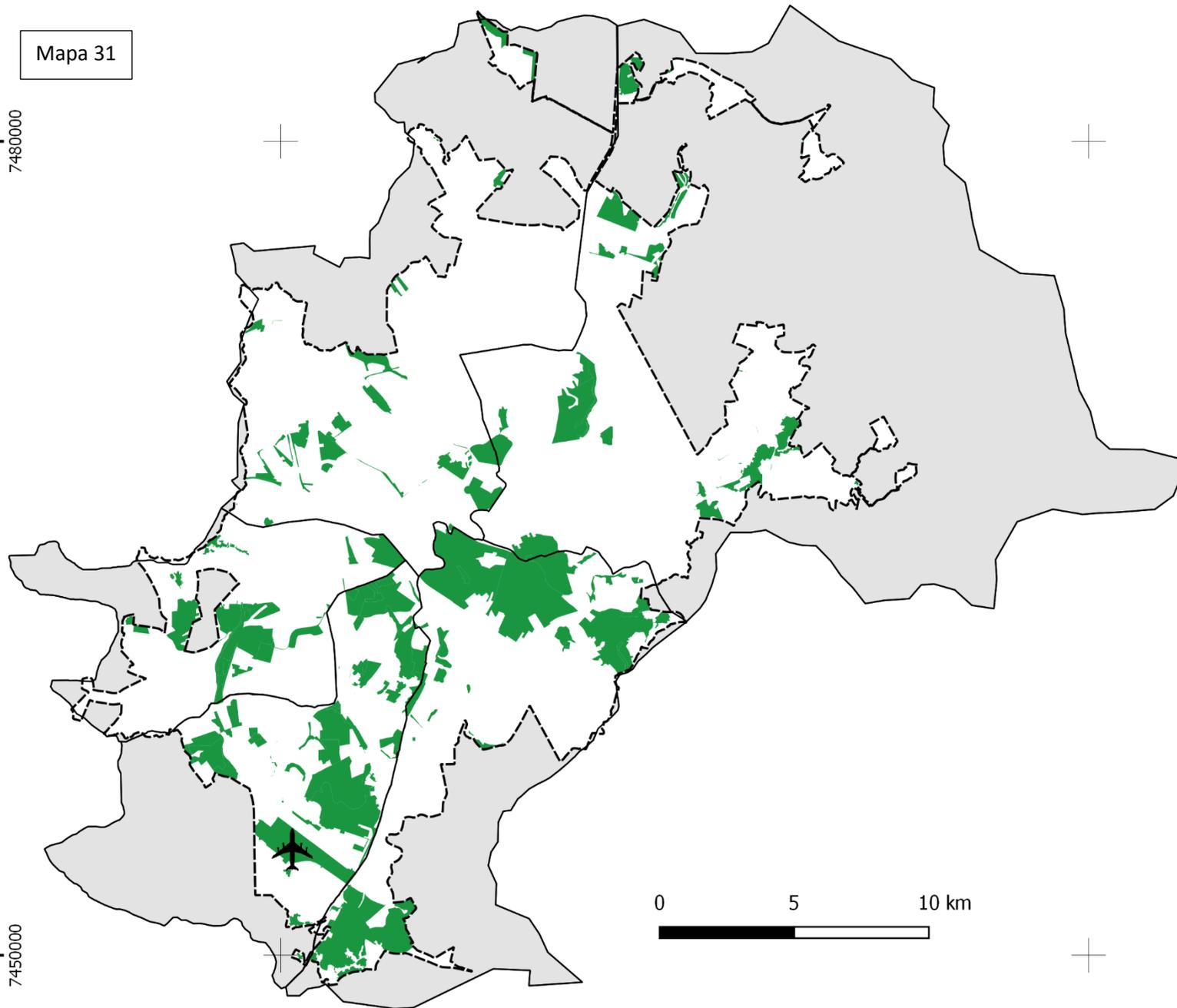
-  Cobertura apenas do CRAS
-  Cobertura do CRAS e SCFV
-  Nenhuma cobertura tanto do CRAS quanto do SCFV
-  Cobertura apenas do SCFV
-  Regiões de Campinas
-  Área Rural
-  Perímetro Urbano

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano e Fundação FEAC  
Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



# Áreas com taxa superior a 5% de trabalho infantil cobertas pelos CRAS's (Cenário Ideal) - 2010

Mapa 31



## Legenda

Cobertura para atendimentos de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil

 Cobertura do CRAS e SCFV (Cenário Ideal)

 Regiões de Campinas

 Perímetro Urbano

 Área Rural

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano e Fundação FEAC  
Projeção/DATUM  
EPSG: 31983 - SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



#### **4.7 – Atendimento a pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade nos SCFVs (Ministério do Desenvolvimento Social – MDS)**

O Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚnico) é o cadastro de referência para o acesso a todos os benefícios da assistência social. É através dele que a população tem acesso, por exemplo, a programas de transferência de renda como o Bolsa Família. No caso das pessoas com deficiência, o CADÚnico é o meio de acesso ao BPC (Benefício de prestação continuada), garantia de renda equivalente a um salário mínimo à população idosa ou pessoa com deficiência que comprova não ser capaz de garantir a própria manutenção. Para esta demanda, o CADÚnico foi utilizado como método de mapeamento da distribuição territorial das pessoas com deficiência no município de Campinas.

Em relação à oferta dos serviços, o atendimento às pessoas com deficiência é, segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, prioritário para a assistência social, sendo que parte importante deste atendimento é realizada também nos SCFVs, que devem ser oferecidos nos territórios e tem como objetivo o fortalecimento dos vínculos e da autonomia das pessoas com deficiência.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), haviam em Campinas, em 2016, cerca de 5.899 pessoas com deficiência cadastradas no CADÚnico, distribuídas conforme o Mapa 32, ou seja, pessoas em situação de vulnerabilidade que demandaram atendimento em serviços de assistência social e, por esse motivo, precisaram acessar o CADÚnico.

Para o atendimento da proteção social básica, a rede de SCFVs atual está disposta, e sobreposta à distribuição da

população de pessoas com deficiência do município cadastrada, no Mapa 33. É possível observar que há áreas de alta concentração de pessoas cadastradas que não estão na área de atendimento de nenhum tipo de SCFV. Segundo levantamento, as pessoas fora da área de cobertura representam cerca de 12,1% do total de pessoas cadastradas. Lembrando que no caso das pessoas com deficiência, o deslocamento a um SCFV distante pode se tornar particularmente custoso devido a dificuldades de mobilidade. Por esse motivo, a territorialização do serviço se torna ainda mais relevante para a proteção social destas pessoas.

Apesar de se considerar que 12,1% estão fora da área de cobertura de qualquer SCFV, há ainda que se levar em conta a informação de que o público residente em uma determinada área pode não ter um SCFV adequado a seu

perfil. Por exemplo, uma pessoa com deficiência que tenha acima de 14 anos, pode estar dentro da cobertura de um SCFV – 06 a 14 anos, ser considerada coberta pelo serviço e não ter acesso ao atendimento territorial.

Para uma análise efetiva da melhor distribuição dos serviços dos SCFVs, seria necessário ter conhecimento das faixas etárias e tipos de deficiências das pessoas com deficiência por região, dados que não estão atualmente detalhados.

Nas propostas de cenários ótimo e ideal para a distribuição de SCFV colocadas nos Mapas 34 e 35, foram utilizados critérios que respeitem a economicidade para a realocação de SCFVs. Com a realocação dos SCFVs, dentro de um mesmo microterritório, em um cenário de otimização, seria possível diminuir o número de pessoas

fora da área de cobertura territorial do serviço de 12,1%, ou 714 pessoas, para 3,32%, ou 196 pessoas.

Já no cenário ideal, seria necessário adicionar novas unidades conforme proposta do Mapa 35 para chegar a 100% de área de cobertura territorial da demanda potencial, sem levar em conta se as pessoas estavam ou não em atendimento. Além disso, mais uma vez é preciso considerar a questão da limitação do número de vagas na rede de SCFVs para atendimento de toda a população vulnerável da cidade. Sendo assim, no âmbito desta demanda é necessário um futuro detalhamento no que diz respeito às não apenas das unidades necessárias para ampliar a cobertura territorial, com especificidade de serviço oferecido conforme dito anteriormente, como também ser pensado o impacto que a adição destes novos

serviços traria para a rede atual de atendimento, oferecendo vagas ao público PCD na rede de atendimento.

**Tabela 19: Cobertura de atendimento de pessoas com deficiência cadastradas no CADÚnico pelo SCFV - 2016**

<b>Cobertura para atendimentos a pessoas com deficiência cadastradas no CADÚnico</b>	<b>Pessoas dentro da área de cobertura (cenário atual)</b>	<b>Pessoas dentro da área de cobertura (cenário ótimo)</b>	<b>Pessoas dentro da área de cobertura (cenário ideal)</b>
Total de pessoas com deficiência cadastradas no CADÚnico dentro da cobertura do SCFV	5.185	5.703	5.899
Total de pessoas com deficiência cadastradas no CADÚnico fora da cobertura do SCFV	714	196	---
<b>Total</b>	<b>5.899</b>	<b>5.899</b>	<b>5.899</b>

Fonte: Ministério do desenvolvimento social – MDS, Secretaria de Assistência Social e Fundação FEAC

280000

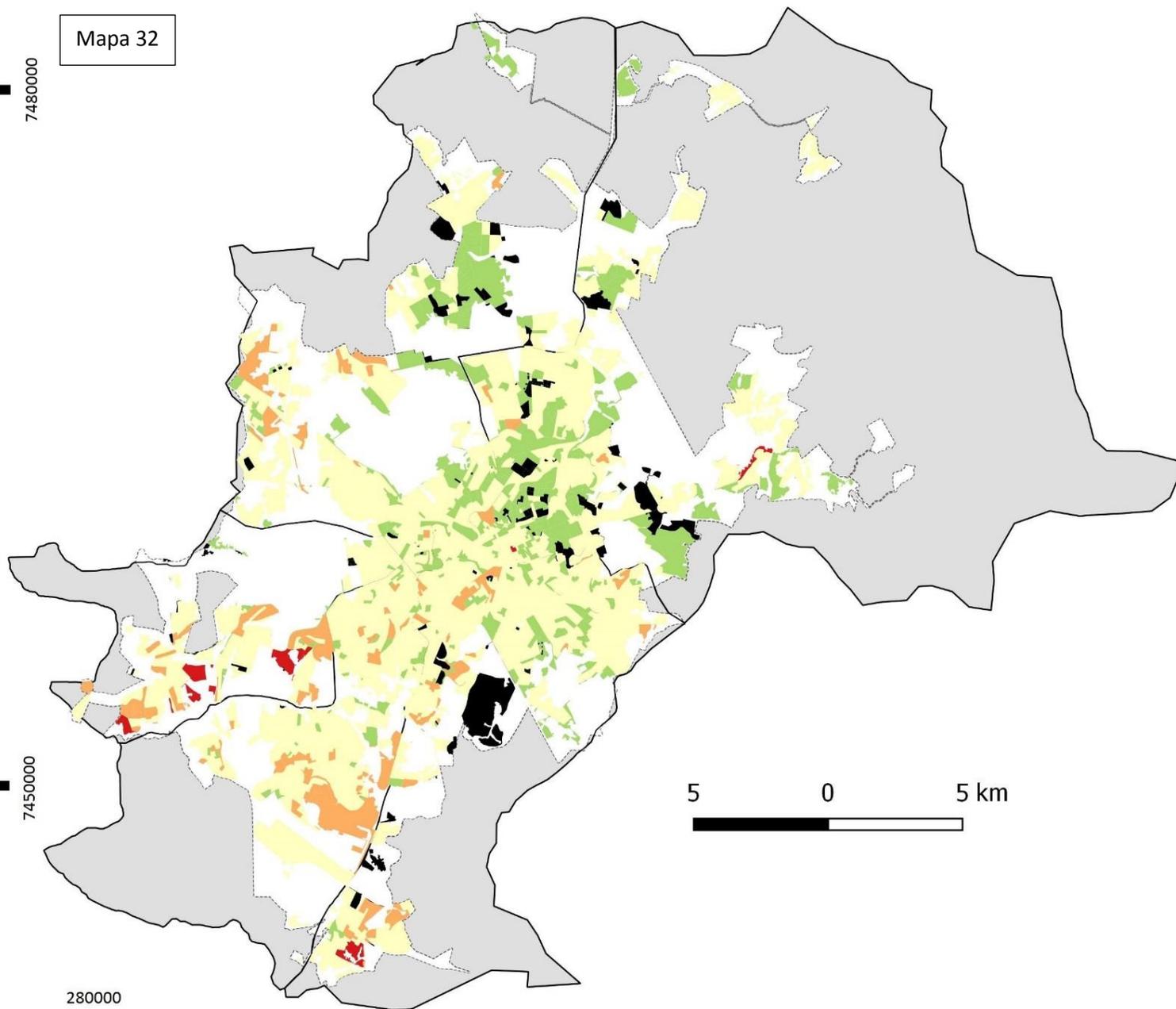
310000

# Pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade cadastradas no CADÚnico - Agosto/2016

Mapa 32

7480000

7480000



## Legenda

Total de Pessoas com Deficiência em Situação de Vulnerabilidade

-  Sem Informação
-  0
-  1 - 10
-  11 - 35
-  36 - 71
-  Perímetro Urbano
-  Área Rural
-  Regiões de Campinas



7450000

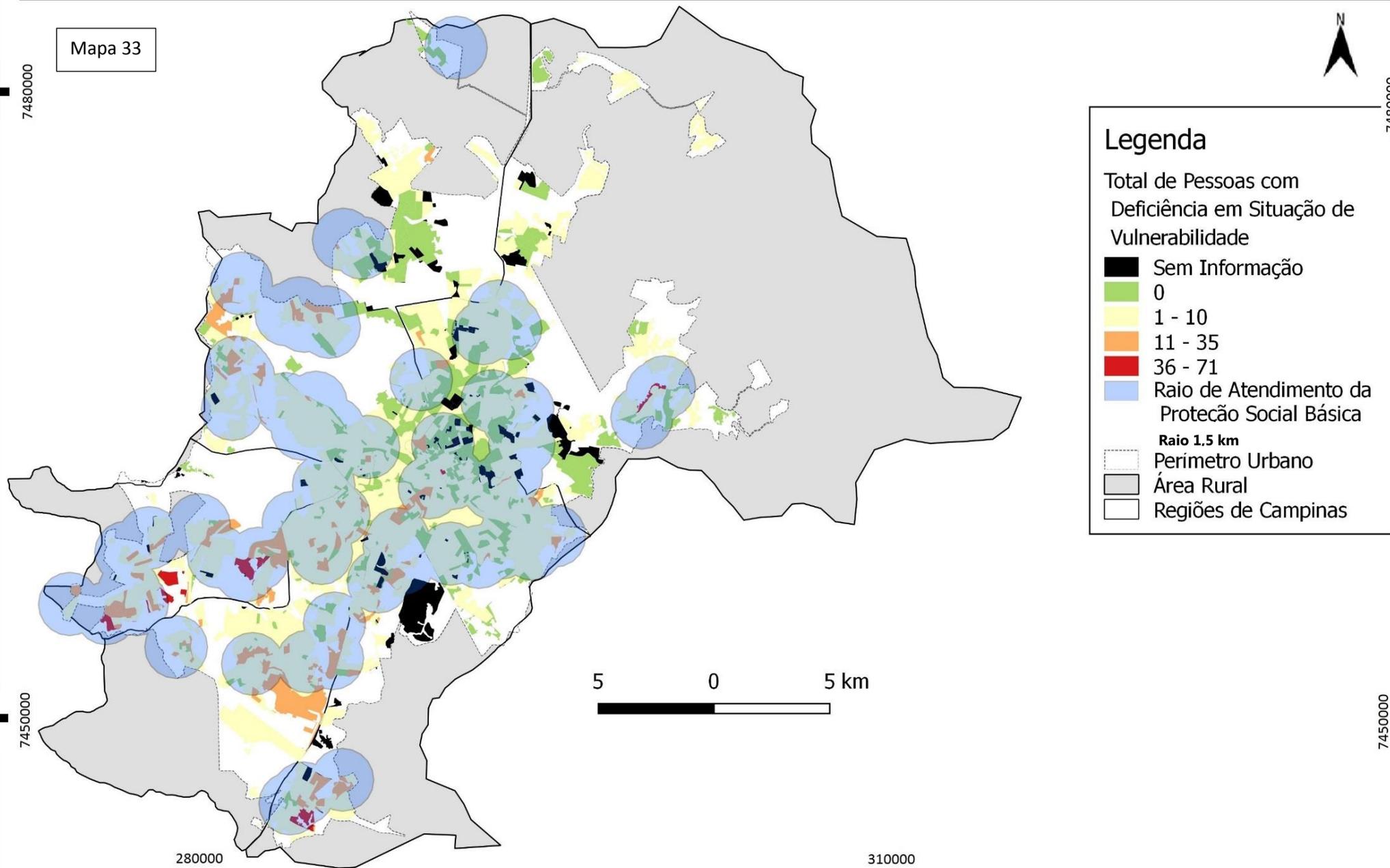
7450000

280000

310000

**Área de abrangência de atendimento da Proteção Social Básica (SCFV - 06 a 14 anos e CCII) em relação as pessoas com deficiência cadastradas no CADÚnico (Cenário Atual) Agosto/2016**

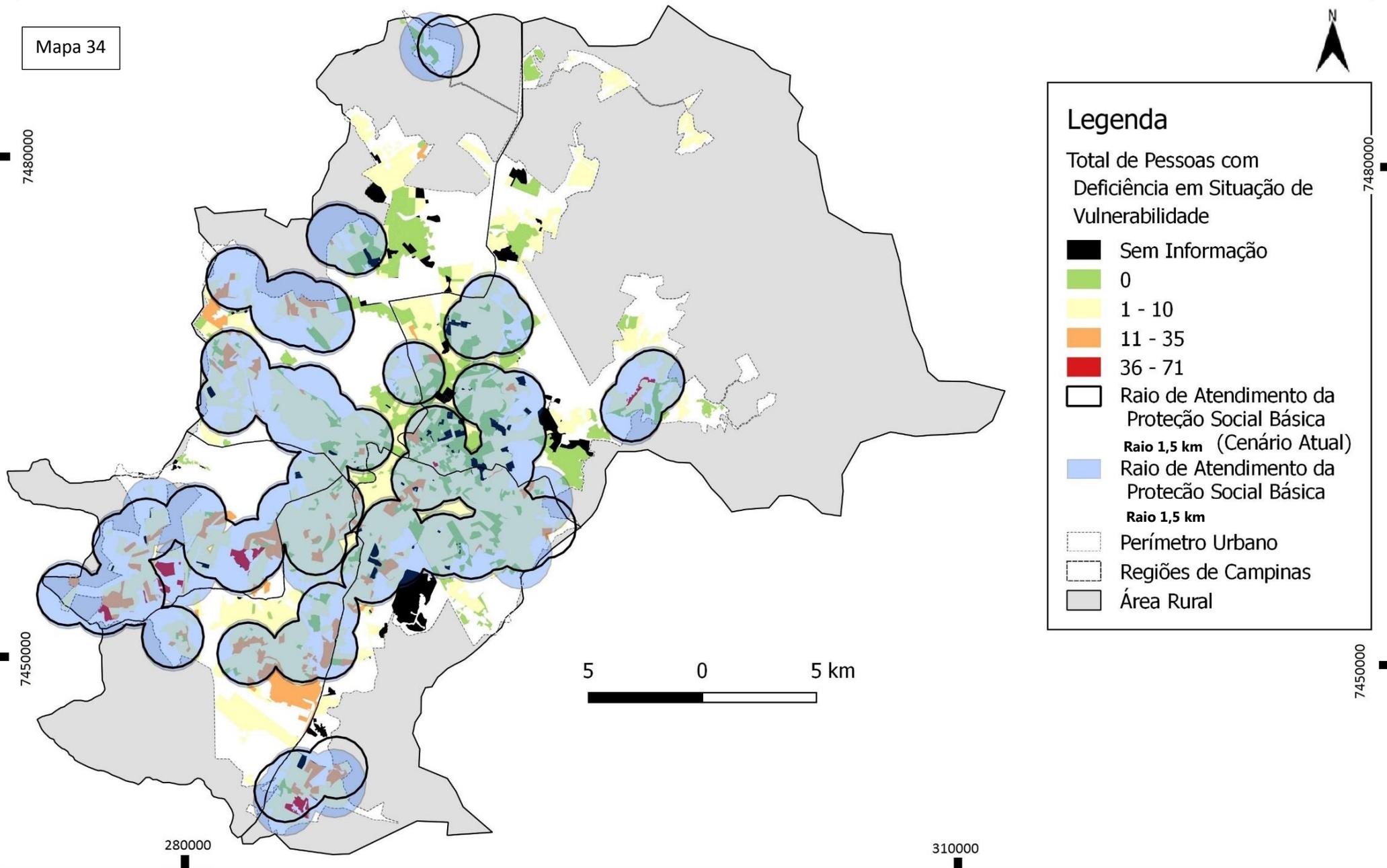
Mapa 33



280000 310000

# Área de abrangência de atendimento da Proteção Social Básica (SCFV - 06 a 14 anos e CCII) em relação as pessoas com deficiência cadastradas no CADÚnico (Cenário Ótimo) Agosto/2016

Mapa 34



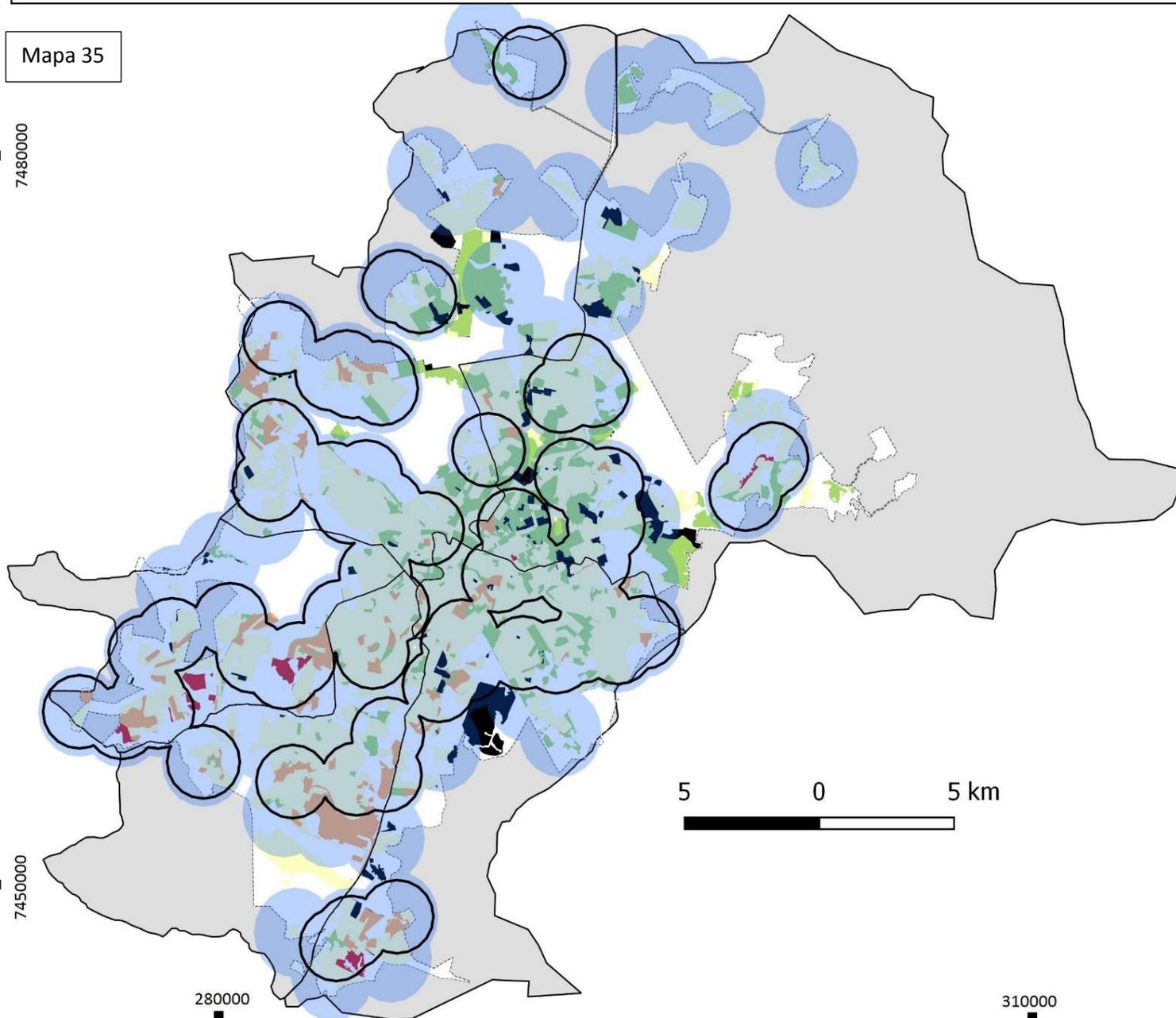
280000

310000

# Área de abrangência de atendimento da Proteção Social Básica (SCFV - 06 a 14 anos e CCII) em relação as pessoas com deficiência cadastradas no CADÚnico (Cenário Ideal) Agosto/2016

Mapa 35

7480000



5 0 5 km

7450000

280000

310000

## Legenda

Total de Pessoas com Deficiência em Situação de Vulnerabilidade

■ Sem Informação

■ 0

■ 1 - 10

■ 11 - 35

■ 36 - 71

□ Raio de Atendimento da Proteção Social Básica

■ Raio 1,5 km (Cenário Atual)

■ Raio de Atendimento da Proteção Social Básica

Raio 1,5 km

□ Perímetro Urbano

□ Regiões de Campinas

■ Área Rural

7480000

7450000

#### **4.8 – Mapeamento de demanda de crianças e adolescentes no Acolhimento Institucional em todas suas modalidades (2016)**

Conforme Tipificação dos Serviços Sócio assistenciais, Resolução CNAS 109, de 11 de novembro de 2009, dentro dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, encontra-se o Serviço de Acolhimento Institucional, que se divide em 4 modalidades segundo as definições a seguir e detalhadas na Tabela 20:

i) abrigo institucional: Unidade institucional com atendimento de cuidadores/educadores sociais para atendimento a até 20 criança e adolescentes; e no caso de adultos (homens e mulheres) pode variar o número de acolhidos de acordo com a demanda: pessoas em situação de rua e/ou mulheres em situação de violência.

ii) casa-lar: Unidade residencial onde uma pessoa ou casal trabalha como cuidador residente/mãe social para até 10 crianças/adolescentes.

iii) casa de passagem: Unidade institucional com atendimento de cuidadores/educadores para situações de acolhimento imediato e emergencial – qualquer hora do dia ou da noite.

iv) Famílias acolhedoras: Serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes afastados da família por medida de proteção em residências de famílias acolhedoras cadastradas.

A idade dos acolhidos é detalhada na Tabela 21.

Diferentemente da Proteção Social Básica, o atendimento em Acolhimento Institucional e familiar, não necessariamente atua de maneira territorializada, mas há a indicação de que haja correlação entre os territórios onde

há locais de atendimento e os dados de vulnerabilidade de crianças e adolescentes.

Em Campinas, haviam, em 2016, 349 crianças e adolescentes entre 0 a 17 anos e 11 meses nos serviços de acolhimento. Este serviço era executado por 27 unidades de atendimento distribuídas no município, sendo duas públicas e 25 privadas atuando em modelo de parcerias e repasses com o poder público.

Das 349 crianças e adolescentes acolhidas, 158 (45,3%) tinham entre 0 a 11 anos e 11 meses, e 180 (51,6%) entre 12 a 17 anos e 11 meses. O restante, 11 (3,2%) crianças e adolescentes, não teve suas idades reveladas por questões de sigilo.

Entre estas crianças e adolescentes, há 28 (8%) de pessoas com algum tipo de deficiência física e 19 (5,4%)

com transtorno mental, o que agrega complexidade ao atendimento nestes casos.

Conforme exibido na Tabela 22, das 349 crianças e adolescentes acolhidas, 142 (40,7%) estão a menos de um ano na instituição e outras 79 estão acolhidas a entre 1 e 2 anos. O restante, 117 (33,5%) acolhido a um período acima de 3 anos - dado preocupante quando levado em conta o caráter excepcional e temporário atribuído ao acolhimento institucional por lei. Vale ressaltar que 11 (3,2%) crianças e/ou adolescentes não tiveram seu tempo de acolhimento divulgado e que tempo médio de acolhimento é de 27 meses – 2 anos e 3 meses.

Em relação à saída do acolhimento, ao todo, em 2016, 57 crianças e adolescentes (16,3%) saíram do serviço de acolhimento para reintegração familiar, sendo 27 por meio de retorno à família de origem e 30 para adoção. Das 27

unidades executoras, 23 indicaram que acompanham a criança e adolescente até 6 meses após o desligamento. Duas acompanham de 7 a 12 meses e outras duas mais de um ano.

Do total de unidades executoras, 22 indicaram que aceitam receber crianças e adolescentes com deficiências, enquanto, 5 não aceitam. Em relação à promoção de atividades com a comunidade 8 instituições dizem não realizar, enquanto 19 o fazem. Por fim, 23 unidades executoras indicaram proporcionar às crianças e adolescentes acolhidas a participação em projetos ou atividades na comunidade, enquanto 4 dizem não estimular.

Apesar de haverem alguns dados sobre as crianças e adolescentes atualmente atendidos pela rede de assistência social do acolhimento institucional, não há

dados detalhados mapeados sobre as principais dificuldades no atendimento e efetividade do serviço, assim como impactos gerados. Como exemplo de informação pertinente, na Tabela 23 são detalhados os motivos atuais de saída do acolhimento, mas, atualmente, não há números acessíveis que indiquem, por exemplo, a porcentagem de reincidências ou a situação destes jovens pós-acolhimento.

Esta modalidade de atendimento é uma modalidade de alto custo e complexidade e, por esse motivo, é de extrema importância a adequação da oferta de forma precisa à necessidade, assim como a realização de um serviço efetivo.

Sendo assim, o conhecimento das principais dificuldades e indicadores de efetividade em relação aos objetivos do acolhimento institucional seria um passo

importante para fins de monitoramento e proposição de ações que possibilitem a melhora da qualidade do serviço. A recomendação deste diagnóstico é então um mapeamento detalhado da efetividade do atual sistema de atendimento, seus fluxos operacionais e principais dificuldades.

**Tabela 20: Dados sintéticos 2016 – Acolhimento institucional de crianças e adolescentes (Total de atendidos e unidades executoras)**

<b>Modalidade</b>	<b>Total Atendidos</b>	<b>%</b>
Abrigo Institucional	170	48,7%
Casa de Passagem	29	8,3%
Casa - Lar	128	36,7%
Família Acolhedora	22	6,3%
<b>Total</b>	<b>349</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

<b>Modalidade</b>	<b>Total Unidades Executoras</b>	<b>%</b>
Abrigo Institucional	8	29,6%
Casa de Passagem	1	7,4%
Casa - Lar	15	55,6%
Família Acolhedora	2	7,4%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

**Tabela 21: Dados sintéticos 2016 – Acolhimento institucional de crianças e adolescentes (Idades dos atendidos)**

<b>Modalidade</b>	<b>0 a 2 anos</b>	<b>3 a 5 anos</b>	<b>6 a 11 anos</b>	<b>12 a 13 anos</b>	<b>14 a 15 anos</b>	<b>16 a 17 anos</b>	<b>N/I*</b>
Abrigo Institucional	9	26	57	22	29	25	2
Casa de Passagem	0	0	5	4	7	11	2
Casa-Lar	2	5	32	22	22	38	7
Família Acolhedora	11	7	4	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>38</b>	<b>98</b>	<b>48</b>	<b>58</b>	<b>74</b>	<b>11</b>

**Tabela 22: Dados sintéticos 2016 – Acolhimento institucional de crianças e adolescentes (Tempo de acolhimento)**

<b>Modalidade</b>	<b>Menos de 1 mês</b>	<b>1 a 3 meses</b>	<b>4 a 6 meses</b>	<b>7 a 12 meses</b>	<b>1 a 2 anos</b>	<b>3 a 4 anos</b>	<b>5 a 6 anos</b>	<b>Acima de 6 anos</b>	<b>N/I*</b>
Abrigo Institucional	8	19	21	35	42	33	6	6	0
Casa de Passagem	3	16	2	5	1	2	0	0	0
Casa-Lar	3	2	3	14	32	18	25	20	11
Família Acolhedora	1	4	5	1	4	7	0	0	0
<b>Total Geral</b>	<b>15</b>	<b>41</b>	<b>31</b>	<b>55</b>	<b>79</b>	<b>60</b>	<b>31</b>	<b>26</b>	<b>11</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS / \*N/I - Não identificado

**Tabela 23: Dados sintéticos 2016 – Acolhimento institucional de crianças e adolescentes (Saída do serviço)**

<b>Modalidade</b>	<b>Retorno a Família de Origem</b>	<b>Adoção</b>	<b>Total Saída</b>	<b>% em relação ao total da modalidade</b>
Abrigo Institucional (170)	8	20	28	16,5%
Casa de Passagem (29)	2	1	3	10,3%
Casa-Lar (128)	15	0	15	11,7%
Família Acolhedora (22)	2	9	11	50%
<b>Total Geral (349)</b>	<b>27</b>	<b>30</b>	<b>57</b>	<b>16,3%</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

**4.9 – Novos casos de famílias e indivíduos atendidos na Proteção de Média Complexidade - Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI /2016)  
(Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social – MDS)**

O PAEFI e o SESF são serviços de assistência social de média complexidade ofertados de forma continuada e com a finalidade de assegurar atendimento especializado para apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. A Gestão do PAEFI e do SESF deve ser realizada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e é através destes centros que a população tem acesso aos serviços assistência pertinentes para suas situações. A diferença entre o serviço do PAEFI do SESF é a forma de oferta. Enquanto o PAEFI é executado pelo poder público, o SESF é executado por Organizações da Sociedade Civil conveniadas. O Município de Campinas

possui 3 CREAS, sendo eles: CREAS Leste/Norte/Sudoeste (localizado na região leste); CREAS Noroeste (localizado na região sudoeste, mas na divisa com a noroeste); e, CREAS Sul (localizada na região Sul).

Para realizar o levantamento do número de atendimentos nos CREAS de Campinas, assim como os dados sobre novos casos de violação de direito reportados na cidade, dados foram coletados no Censo SUAS 2016 e então divididos em “Média de atendimentos totais e por CREAS”; e “novos casos”. Vale apontar que os dados do mês de dezembro do CREAS Noroeste, não foram identificados na planilha do MDS.

Conforme elaborado no Gráfico 5, em 2016 os CREAS de Campinas, acompanharam, em média, 1.659 casos por mês no PAEFI. Sendo que em outubro houve um pico de casos

atendidos (1.856) e Dezembro (1.267) foi o mês com o menor número de atendimentos.

O CREAS Leste/Norte/Sudoeste é o que apresenta a maior média de casos em atendimento, com 802 (48%), seguido pelo CREAS Noroeste com 461 (28%) e o CREAS Sul com 435 (24%). Além destes casos em atendimento, no entanto, pode-se constatar com o levantamento de novos casos feito no Gráfico 6 que há uma evolução no número de casos, que precisa ser atendida pelos CREAS para acompanhamento e por isso, e pela gravidade da situação de violação de direitos, se caracteriza como uma das demandas de assistência social de Campinas.

No ano de 2016 foram constatados 555 novos casos, detalhados mês a mês no Gráfico 6, para atendimento no PAEFI, sendo que o mês de março, individualmente, foi a

maior ocorrência e correspondeu a 25% do total de casos, com 140 ocorrências (140 – 25%).

O CREAS Leste/Norte/Sudoeste foi o que mais recebeu novos casos no ano, com um total de 250 (45%), seguido pelo CREAS Sul com 160 (29%) e o CREAS Noroeste com 145 (26%). Os dados por região e detalhamento de sexo e faixa etária das vítimas pode ser observado com mais detalhe nas Tabelas 25, 26 e 27.

Em 2016, foram então identificados 555 novos casos de violação de direitos, que correspondiam 1.168 pessoas. Conforme a definição do Ministério do Desenvolvimento Social, MDS, novos casos podem ser pessoas ou famílias, assim, não sendo separados para o tratamento de dados. A demanda da assistência social para este tipo de atendimento não se traduz apenas na identificação e atendimento de novos casos. Para dar conta de atender de

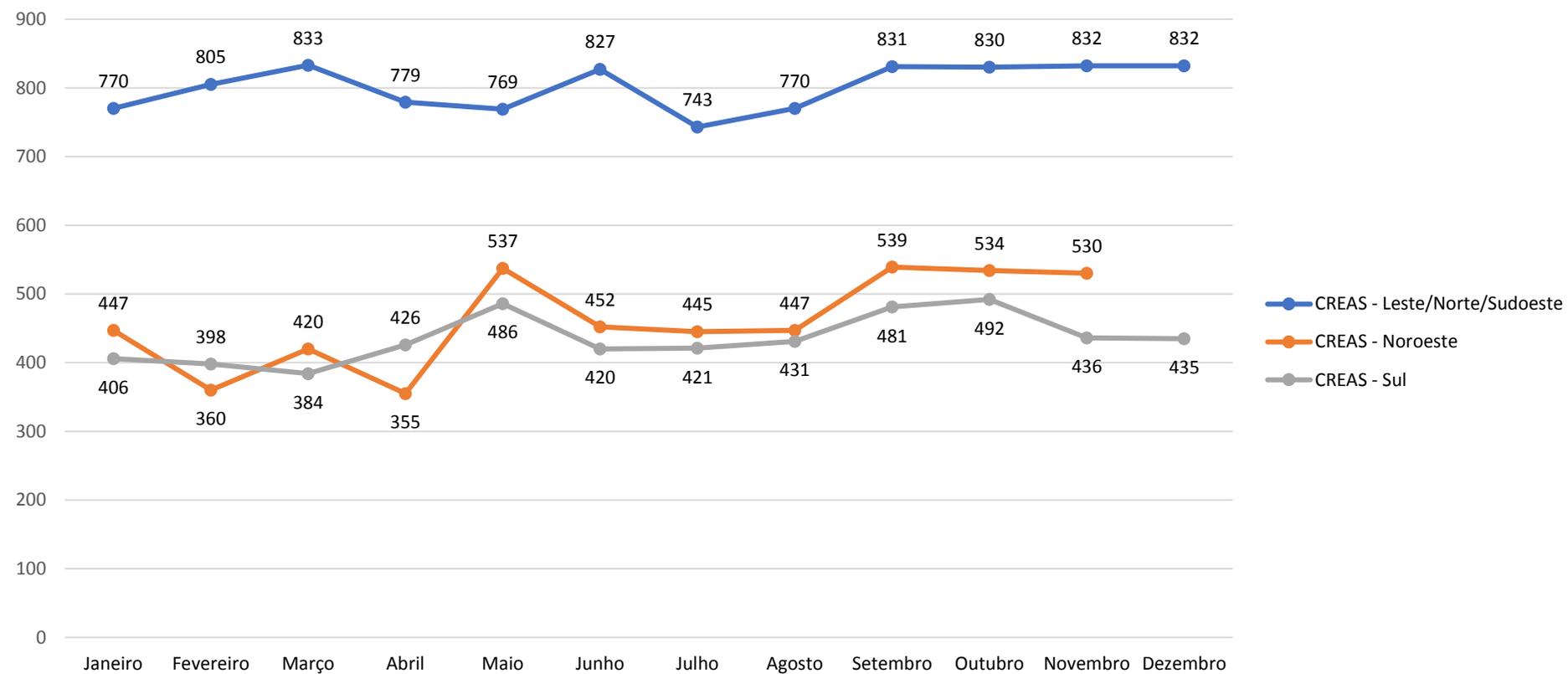
forma qualificada e efetiva este serviço de média complexidade e as situações de violação de direitos, é preciso identificar a demanda reprimida pelo serviço e a qualidade e impacto atuais do atendimento para adequar continuamente a oferta do município à medida que são conhecidos os dados.

No alcance do conhecimento deste diagnóstico, não existe avaliação contínua dos resultados dos serviços oferecidos em relação aos impactos produzidos, reincidência ou número de casos que é posteriormente encaminhado para a alta complexidade.

As informações sobre a existência de demanda reprimida e dos impactos gerados pelo serviço são atualmente, e no melhor entendimento deste trabalho, indisponíveis de uma maneira publicizada. Para atuar efetivamente sobre este nível protetivo, a recomendação

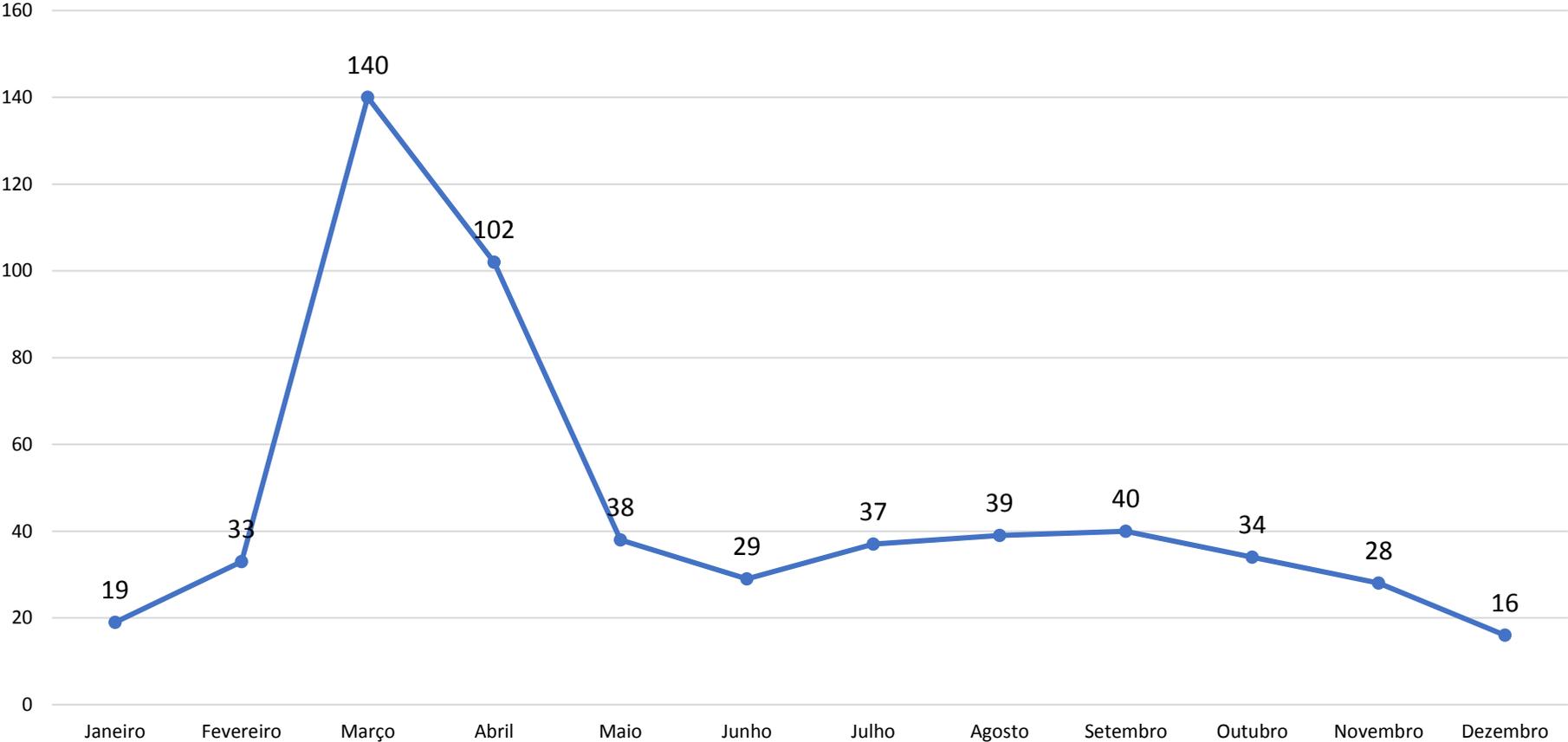
deste diagnóstico é que haja um esforço de levantamento e publicização destas informações, compartilhando-as também atores da sociedade civil envolvidos no atendimento. O mapeamento detalhado da quantidade de indivíduos e famílias, seus perfis e necessidade de atendimento e também os impactos e resultados do modelo atual de atendimento, assim como as dificuldades de realização do serviço são dados importantes a serem conhecidos e detalhados em futuros estudos. Assim, seria possível adequar a oferta de serviço do município às áreas que necessitam de mais atenção de atendimentos e facilitar a proposição de ações para a resolução de questões de atendimento.

**Gráfico 5: Dados de evolução dos casos em acompanhamento pelos CREAS's em 2016**



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

**Gráfico 6: Evolução dos novos casos nos CREAS's em 2016**



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

**Tabela 24: Dados gerais dos novos casos de atendimento do PAEFI em 2016**

<b>Sexo</b>	<b>Total</b>	<b>Porcentagem</b>
Feminino	628	53,8%
Masculino	540	46,2%
<b>Total Geral</b>	<b>1168</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

<b>Idade</b>	<b>Total</b>	<b>Porcentagem</b>
0 - 12 anos	603	51,6%
13 - 17 anos	288	24,7%
18 - 59 anos	197	16,9%
Acima de 60 anos	80	<u>6,8%</u>
<b>Total</b>	<b>1.168</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

<b>Feminino</b>		
<b>Idade</b>	<b>Total</b>	<b>Porcentagem</b>
0 – 12 anos	288	45,9%
13 – 17 anos	163	26%
18 – 59 anos	123	19,6%
Acima 60 anos	54	8,5%
<b>Total</b>	<b>628</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

<b>Idade</b>	<b>Total</b>	<b>Porcentagem</b>
0 - 12 anos	315	58,3%
13 - 17 anos	125	23,1%
18 - 59 anos	74	13,7%
Acima de 60 anos	26	4,9%
<b>Total</b>	<b>540</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

**Tabela 25: Dados gerais dos novos casos de atendimento do PAEFI em 2016 – CREAS Leste/Norte/Sudoeste**

<b>Pessoas Vítimas (Novos Casos)</b>					
<b>CREAS</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Total</b>	<b>Total Por Sexo</b>	<b>Total Geral por CREAS</b>
CREAS – Leste/Norte/Sudoeste 250 Casos – 402 pessoas	Masc.	0 - 12	112	175	402 Pessoas - 34,4% do total
		13 - 17	31		
		18 - 59	23		
		Acima 60	9		
	Fem.	0 - 12	97	227	
		13 - 17	57		
		18 - 59	52		
		Acima 60	21		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

**Tabela 26: Dados gerais dos novos casos de atendimento do PAEFI em 2016 – CREAS Noroeste**

<b>Pessoas Vítimas (Novos Casos)</b>					
<b>CREAS</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Total</b>	<b>Total Por Sexo</b>	<b>Total Geral por CREAS</b>
CREAS – Noroeste* 145 Casos – 409 pessoas	Masc.	0 - 12	111	197	409 Pessoas - 35% do total
		13 - 17	52		
		18 - 59	25		
		Acima 60	9		
	Fem.	0 - 12	112	212	
		13 - 17	69		
		18 - 59	19		
		Acima 60	12		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS / \*Não foram contabilizados pelo MDS os dados de dezembro de 2016

**Tabela 27: Dados gerais dos novos casos de atendimento do PAEFI em 2016 – CREAS Sul**

<b>Pessoas Vítimas (Novos Casos)</b>					
<b>CREAS</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Total</b>	<b>Total Por Sexo</b>	<b>Total Geral por CREAS</b>
CREAS – Sul 160 Casos – 357 pessoas	Masc.	0 - 12	92	168	357 Pessoas - 30,6% do total
		13 - 17	42		
		18 - 59	26		
		Acima 60	8		
	Fem.	0 - 12	79	189	
		13 - 17	37		
		18 - 59	52		
		Acima 60	21		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

#### **4.10 – Abordagem Social de crianças e adolescentes em situação de rua (Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social – MDS)**

A abordagem social de crianças e adolescentes em situação de rua é um serviço ofertado de forma continuada pela assistência social de Campinas com a finalidade de realizar uma busca ativa, de forma continuada, programada e visando identificar nos territórios a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes e situação de rua, além de outras demandas latentes de assistência social nos territórios. Esta busca é feita através de equipes móveis que identificam e se deslocam até essas populações de rua para realizar a abordagem.

Para a realização do serviço, são consideradas as praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa

circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e onde possa haver demanda potencial.

Os dados disponíveis sobre a abordagem social de rua disponibilizados pelo MDS, retratam hoje a quantidade de crianças e adolescentes abordados e os CREAS de referência nos quais as pessoas abordadas no serviço deveriam ser atendidas, sua idade e gênero. Não são relatados os locais exatos de abordagem e nem o local de residência, fixa ou não, dos atendidos. Da mesma forma, não estão disponíveis dados específicos sobre quais as principais demandas identificadas e atendidas pelas equipes.

Crianças e adolescentes identificados pelo serviço de abordagem social, podem ser tipificadas em situações de: i) trabalho infantil; ii) exploração sexual; iii) usuárias de

drogas ou outras drogas ilícitas; e, iv) migrantes. Cada situação tem suas especificidades de atendimento e necessidade de acompanhamento do serviço de assistência social para encaminhamento específico e atendimento adequado.

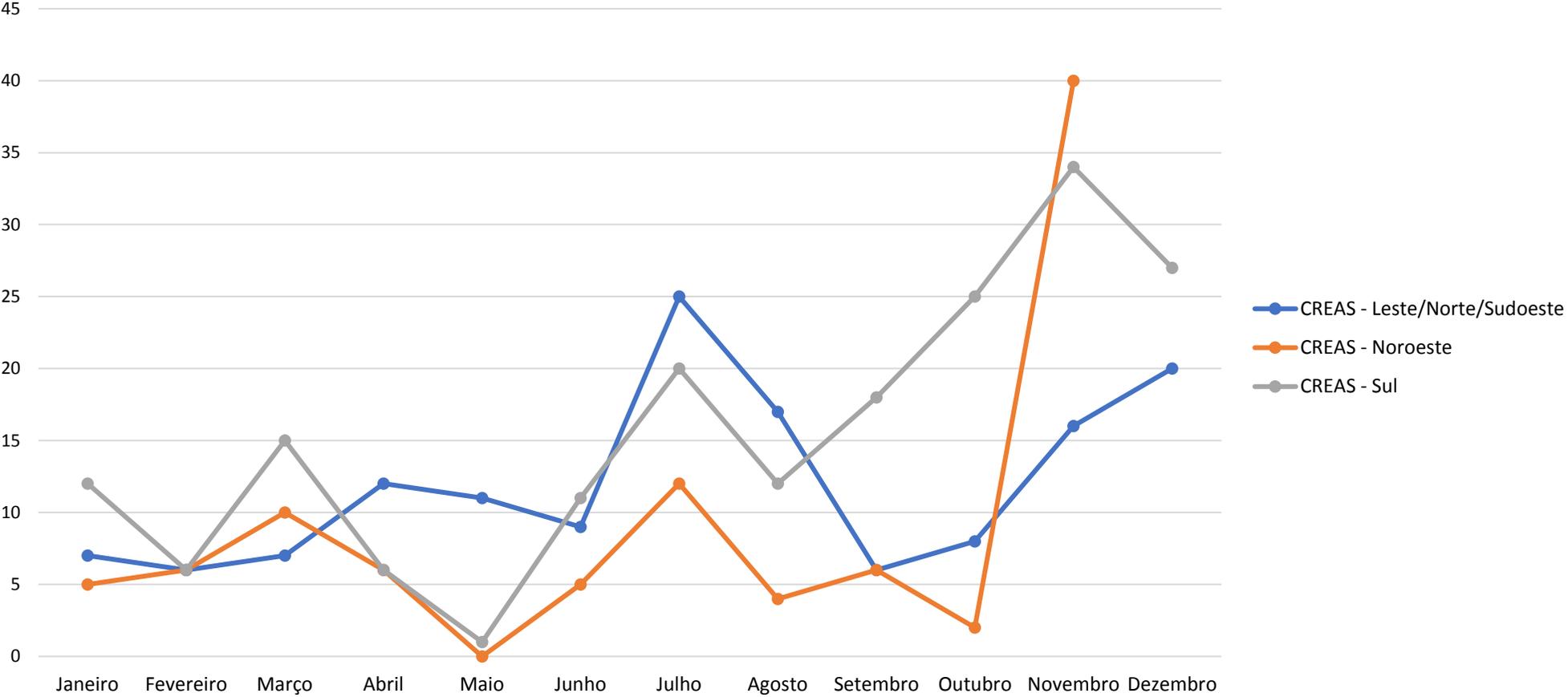
Em Campinas foram realizadas, em 2016, 579 abordagens sociais de rua, cujos dados gerais são apresentados nas Tabelas 28, 29, 30 e 31. De forma geral, foram identificadas 427 crianças e adolescentes sendo que uma única criança ou adolescente poderia ser abordada mais de uma vez, podendo levar à contagem em duplicidade. A evolução no número de abordagens seguiu a distribuição do Gráfico 7 disposto a seguir. Como é possível observar, o mês de novembro, foi o que teve maior identificação de crianças e adolescentes (90 – 21%), enquanto no mês de maio, foram apenas 12.

Apesar de haverem estes dados disponíveis sobre o número de atendimentos, a rede de assistência social não tem uma base de dados que indique, individualmente, os dados das pessoas abordadas, assim como não estão disponíveis indicadores ou procedimentos para identificar a quantidade de casos que foram acompanhados. Para que o atendimento à demanda desta população em extrema situação de vulnerabilidade seja feito de forma efetiva e o sistema de atendimento da assistência social seja capaz de propor ações sobre essa situação, um detalhamento maior seria necessário.

Sem a identificação das pessoas e procedimentos para acompanhamento de cada caso, não é possível saber se as pessoas que foram abordadas seguiram as recomendações da equipe de abordagem social de rua e/ou se foram atendidas pela rede de assistência social, mitigando ou mesmo deixando a situação de vulnerabilidade. Da mesma

forma, não é possível propor ações efetivas, pois não são conhecidas as principais causas e demandas que levam esta população à situação de vulnerabilidade. Por estes motivos, a recomendação deste estudo é que seja realizado um diagnóstico posterior com dados detalhados sobre as abordagens sociais de rua.

**Gráfico 7: Evolução das abordagens sociais por CREAS's em 2016**



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

**Tabela 28: Dados gerais das abordagens sociais em 2016**

<b>Sexo</b>	<b>Total</b>	<b>Porcentagem</b>
Masculino	332	78%
Feminino	95	22%
<b>Total</b>	<b>427</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

<b>Masculino</b>		
<b>Sexo</b>	<b>Total</b>	<b>Porcentagem</b>
0 – 12 anos	112	34%
13 – 17 anos	220	66%
<b>Total</b>	<b>332</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

<b>Sexo</b>	<b>Total</b>	<b>Porcentagem</b>
0 – 12 anos	163	38%
13 – 17 anos	264	62%
<b>Total</b>	<b>427</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

<b>Feminino</b>		
<b>Sexo</b>	<b>Total</b>	<b>Porcentagem</b>
0 – 12 anos	51	54%
13 – 17 anos	44	46%
<b>Total</b>	<b>95</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

**Tabela 29: Dados gerais das abordagens sociais em 2016 – CREAS Leste/Norte/Sudoeste**

<b>Abordagem Social a Crianças e Adolescentes</b>					
<b>CREAS</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Total</b>	<b>Total crianças e adolescentes por gênero</b>	<b>Total Geral crianças e adolescentes</b>
CREAS – Leste/Norte/Sudoeste	Masc.	0 – 12 anos	36	107	144 crianças e adolescentes 34%
		13 – 17 anos	71		
	Fem.	0 – 12 anos	22	37	
		13 – 17 anos	15		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

**Tabela 30: Dados gerais das abordagens sociais em 2016 – CREAS Noroeste**

<b>Abordagem Social a Crianças e Adolescentes</b>					
<b>CREAS</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Total</b>	<b>Total crianças e adolescentes por gênero</b>	<b>Total Geral crianças e adolescentes</b>
CREAS – Noroeste		0 – 12 anos	35	73	96 crianças e adolescentes - 22%
		Masc.	38		
	Fem.	0 – 12 anos	13	23	
		13 – 17 anos	10		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

**Tabela 31: Dados gerais das abordagens sociais em 2016 – CREAS Sul**

<b>Abordagem Social a Crianças e Adolescentes</b>						
<b>CREAS</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Total</b>	<b>Total crianças e adolescentes por gênero</b>	<b>Total Geral crianças e adolescentes</b>	
CREAS – Sul		0 – 12 anos	41	152	187 crianças e adolescentes 44%	<hr/>
		Masc.	111			
	Fem.	0 – 12 anos	16	35		
		13 – 17 anos	19			

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

## Referências

BRASIL. IBGE. **Cidades:** Panorama. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

CAMPINAS. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Assistência Social e Segurança Alimentar.** 2018. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/assistencia-social-seguranca-alimentar/>>. Acesso em: 1 mar. 2018.

CAMPINAS. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. (Org.). **Campinas.** 2017. Disponível em: <[www.campinas.sp.gov.br](http://www.campinas.sp.gov.br)>. Acesso em: 1 mar. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009: Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasil

IBGE. **Censo 2010.** Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 de março de 2017

MDS. **Ministério do Desenvolvimento Social.** Disponível em: <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>. Acesso em 11 de setembro de 2017

ONU. **Sustainable Development Goals.** Disponível em: <<http://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>>. Acesso 3 de abril de 2018

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em 1 de março de 2017

Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, Brasília, novembro de 2005. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS**.

SUIÇA. INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Child Labour**. 2018. Disponível em: <<http://www.ilo.org/global/topics/child-labour/lang--en/index.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

UN. **United Nations**. <<http://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>> acesso em: 3 abr. 2018